

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ

DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA

DISSERTAÇÃO

INCLUSÃO DIGITAL: ESTUDO DE CASO OFICINA ESPERANÇA

Flávio José de Almeida Ferreira

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM TECNOLOGIA

Ilda Maria de Paiva Almeida Spritzer, D.Sc.
Orientadora

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL.
ABRIL / 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
I - INCLUSÃO DIGITAL	8
I.1 - Sociedade da Informação.....	8
I.2 - Histórico da Internet.....	14
I.3 - Evolução da Internet no País	16
I.4 - Indicadores de inclusão digital	18
I.4.1 - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios - IBGE	18
I.4.2 - Índice de Convergência Digital - IBCD.....	23
I.4.3 - Pesquisa sobre o uso da Tecnologia e Comunicação no Brasil–CGI 2006.....	26
I.4.4 - Pesquisa sobre o uso da Tecnologia e Comunicação no Brasil–CGI 2007.....	30
I.5 - Projetos para Inclusão Digital.....	36
I.6 - Tecnologia Educacional	42
I.6.1 - Considerações Gerais	42
I.6.2 - História da Tecnologia Educacional	45
II - PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL	48
II.1 - Considerações Gerais	48
II.2 - Centro Público de Formação Profissional (CPFP) de Santo André.....	48
II.3 - Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente (CEACA).....	51
II.4 - ONG Associação Ressurgir – Escola Família	53
II.5 - Ação Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro	55
II.6 - WebAula	59
III - ESTUDO DE CASO: OFICINA ESPERANÇA	63
III.1 -Considerações Gerais	63
III.2 -Histórico	63
III.3 -Objetivo	64

III.4 -Público Alvo	64
III.5 -Infra-Estrutura	66
III.6 -Aplicabilidade.....	68
III.7 -Problema.....	69
III.8 -solução.....	72
CONCLUSÕES	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
BIBLIOGRAFIA	82
APÊNDICES	
APÊNDICE I – Questionário usada nas entrevistas.....	A1
APÊNDICE II – Formulário do perfil do estudante	A2
APÊNDICE III – Formulário de Avaliação do Curso.....	A3
APÊNDICE IV – Apostila BrOffice 2.0	A4
APÊNDICE V– Configurando os terminais leves com o LTSP v4.2	A27
ANEXOS	
ANEXO I – Instruções para o Preenchimento do Formulário de Inscrição de Projetos	A40
ANEXO II – Cinco Passos que Levam a Fundação de uma ONG	A45
ANEXO III – Programa de Inclusão Digital do Banco do Brasil	A49
ANEXO IV – Lista de Documentos para Concessão ou Renovação do Certificado	A52

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET-RJ

- F383 Ferreira, Flávio José de Almeida
Inclusão digital : Estudo de caso Oficina Esperança / Flávio José de Almeida Ferreira.—2008.
82f. + Apêndices e Anexos : il. , graf., tabs. , enc.
- Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2008.
Bibliografia: f.77-82
1. Projeto Oficina Esperança 2.Tecnologia educacional-Aspectos sociais 3.Sociedade da informação 4.Inclusão digital. I.Título
- CDD 303.483

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Emmanuel Castanha Ferreira e Maria Auxiliadora de Almeida Ferreira, aos quais tenho verdadeiro amor e admiração.

Aos meus irmãos Cláudio de Almeida Ferreira e Christiane de Almeida Ferreira pelos dias memoráveis que ficamos juntos durante a nossa infância e juventude.

À minha esposa pelo apoio, compreensão e incentivo.

AGRADECIMENTOS

- Ao corpo docente do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET – RJ, seus coordenadores, pelo apoio;
- A Professora Ilda Spritzer (D.C.), pela dedicação, incentivo e orientação para realização deste trabalho;
- À minha Esposa Simone Saad (professora de português), pela análise e correção dos textos;
- Ao Carlos Seraphim (analista de suporte – CADAN Informática), pelas críticas, sugestões e participação no Projeto Oficina Esperança;
- Ao pastor Josephat (Igreja de São João de Meriti), pelo apoio ao Projeto Oficina Esperança;
- Ao Alexandre Rencka (instrutor do CFPF), pelas informações a respeito do projeto Centro Público de Formação Profissional (CFPF).
- Ao Alexander Carlos (coordenador do projeto de informática) e ao Renato Rodrigues da Silva (coordenador do projeto de informática), pelos dados fornecidos referentes ao projeto CEACA (Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente).
- À Dr^a. Albenita Correia, Presidente/Fundadora da ONG Associação Ressurgir - Escola Família.

Resumo da Dissertação submetida ao PPTEC /CEFET- RJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestre em tecnologia (M.T.)

INCLUSÃO DIGITAL: ESTUDO DE CASO OFICINA ESPERANÇA

Flávio José de Almeida Ferreira

Abril de 2008

Orientadora: Ilda Maria de Paiva Almeida Spritzer, D. Sc.

Programa: PPTEC

A Sociedade está cada vez mais se conscientizando da importância da inclusão digital. Neste contexto, o trabalho aborda primeiramente os conceitos básicos da inclusão digital e sua importância devido ao surgimento da Sociedade da Informação ou Sociedade Digital, ou seja, os excluídos desta sociedade sofrem alguma perda - social, política, cultural ou profissional.

Veremos também que, conforme o estudo “Retornos da Educação no Mercado de Trabalho” (Neri, 2005), a escolaridade do indivíduo impacta na sua vida profissional, por isso o objetivo do “Projeto Oficina Esperança” descrito nesta dissertação é a capacitação dos jovens como usuários de informática para o mercado de trabalho. Apresentamos, através de pesquisas feitas por instituições representativas como o IBCD, CGI e IBGE, o quanto o país está excluído digitalmente, e precisa urgentemente de uma política para mitigar esta exclusão como veremos no decorrer do trabalho.

Após a apresentação dos conceitos e das pesquisas, descrevemos cinco projetos de inclusão digital: Centro Público de Formação Profissional (CPFP), Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente (CEACA), ONG Associação Ação Ressurgir – Escola Família, Ação Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro e WebAula, que serão fundamentais para implantação de um projeto de inclusão digital na comunidade carente de São João de Meriti: o Projeto Oficina Esperança.

Palavra-chaves: Sociedade da informação, Inclusão digital, Excluído digitalmente.

Abstract of dissertation submitted to PPTEC/CEFET/RJ as partial fulfillment of the requirements for the degree of Master in Technology (M.T.)

DIGITAL INCLUSION: CASE STUDY OFICINA ESPERANÇA

Flávio José de Almeida Ferreira

April / 2008

Supervisor: Ilda Maria de Paiva Almeida Spritzer, D. Sc.

Program: PPTEC

The Society is each time more if acquiring knowledge of the importance of the digital inclusion. In this context, the work first approaches the concepts basic of the digital inclusion and its importance due to the appearing of the Society of the Information or Digital Society, that is, the excluded ones from this society suffer some loss - social, politics, cultural or professional.

We will also see that, as the “Retornos da Educação no Mercado de Trabalho” (Neri, 2005), the studentship affects in your professional life, therefore the objective of the “Projeto Oficina Esperança” described in this dissertation is the qualification of young as the users of computer science for the work market. We present, through research made for representatives institutions as the IBCD, CGI and IBGE, how much the country is excluded digitally, and it needs one politics urgently to mitigate this exclusion as we will during the work.

After the presentation of the concepts and the researches, we describe five projects of digital inclusion: Centro Público de Formação Profissional (CPFP), Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente (CEACA), ONG Associação Ação e Ressurgir – Escola Família, Ação Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro and WebAula, that will be basic for implantation of a project of digital inclusion in the devoid community of the São João de Meriti: o Projeto Oficina Esperança.

Keyword: Information Society, Digital Inclusion, Digitally excluded.

LISTA DE FIGURAS

Figura I.1 – Cinco canais de Inclusão Digital	11
Figura I.2 – Número de usuários ativos da Internet residencial Brasileira	18
Figura I.3 – Índice de Brasileiros que acessam a Internet por região	19
Figura I.4 - A Internet no Brasil	20
Figura I.5 – Por local de acesso à Internet (%)	20
Figura I.6 – Índices de homens e mulheres que acessam a Internet.....	20
Figura I.7 - Por finalidade de acesso à Internet.	21
Figura I.8 – Por tipo de conexão.....	21
Figura I.9 – Por que não é usuário da rede.....	22
Figura I.10 - Porcentagem de brasileiros que usam celulares.	23
Figura I.11 - Índice Brasil para a Convergência Digital.....	24
Figura I.12 - Proporção de domicílios que possuem equipamento de TIC.	27
Figura I.13 – Proporção domicílios com computador e Internet por região	28
Figura I.14 - Atividades desenvolvidas na Internet	31
Figura I.15 – Local de acesso por indivíduo à Internet	32
Figura I.16 – Centro público de acesso por região	33
Figura I.17 - Centro público de acesso por renda	33
Figura I.18 - Centro público de acesso por sexo e idade	34
Figura I.19 - Centro público de acesso por escolaridade	34
Figura I.20 - Os Pilares da Inclusão Digital	36
Figura I.21 - O microcomputador da MIT	39
Figura I.22 – Paul Otellini, Presidente da Intel, mostra o Classmate PC.	39
Figura I.23 – Componentes de um sistema de informação baseado em computador	43
Figura III.1 – ONG Vila do João - Complexo da Maré	56
Figura III.2 – ONG Cidade Alta – Cordovil	56

Figura III.3 – Passaporte da Cidadania	61
Figura III.4 – Os dez cursos mais procurados	62
Figura III.5 – Os cursos com maior índice de conclusão	62

LISTA DE FOTOS

Foto IV. 1 – Nove micros doados..... 67

Foto IV. 2 – Dois servidores..... 67

LISTA DE TABELAS

Tabela I.1 – A posição do Brasil no ranking de uso da Internet.....	19
Tabela I.2 - Comparação do índice atual com o desejado.....	25
Tabela I.3 – Custo de serviços de conexão à Internet	26
Tabela I.4 – Barreiras ao acesso à banda larga no domicílio	29
Tabela I.5 – Proporção de indivíduos que acessaram a Internet	31
Tabela IV. 1 – Ementa do curso	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico IV. 1 - Escolaridade média dos jovens no Brasil, Chile e elite na região Sul..... 64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abreviaturas e Siglas	Descrição
ACB/RJ	Ação Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro
AMD	Advanced Micro Devices
ARPANET	Advanced Research Projects Agency Network
CDI	Comitê de Democratização da Informática
CEACA	Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente
CGI	Comitê Gestor de Internet
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPFP	Centro Público de Formação Profissional
CTSC	Community Teleservice Center
CVT	Centros de Vocação Tecnológica
DNS	Domain Name System
EAC	Escola de Informática e Cidadania
ERP	Enterprise Resource Planning
FAETEC	Fundação de Apoio às Escolas Técnicas
GE	General Electric
GESAC	Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBCD	Instituto Brasil de Convergência Digital
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IDC	International Data Corporation
IP	Internet Protocol
ITI	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
LTSP	Linux Terminal Server Protocol
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MP	Medida Provisória
MIT	Massachusetts Institute of Technology
NSFNET	National Science Foundation Network
OLPC	One Laptop Per Child – um Computador Portátil por Criança
ONG	Organização não Governamental
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PADEF	Plano de Desenvolvimento Familiar
PC	Personal Computer – Computador Pessoal
PIB	Produto Interno Bruto

PIQ	Programa Integrado de Qualificação
PIS	Programa de Integração Social
P&D	Planejamento e Desenvolvimento
RNP	Rede Nacional de Pesquisa
SASDEP	Serviço de Assistência Social Deus Proverá
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
TAM	Técnicas Avançadas de Microinformática
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
TIs	Tecnologia de Informações
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UCA	Um Computador por Aluno
UUCP	Unix to unix copy
WWW	World Wide Web

INTRODUÇÃO

A dinâmica tecnológica mundial mudou significativamente nas duas últimas décadas, aliada a grande variedade de invenções e de inovações radicais e incrementais, ocasionando mudanças de paradigmas. Trata-se de uma nova revolução tecnológica que está, assim, afetando todos os setores, embora em níveis distintos.

Um dos segmentos de grande transformação é o mercado de trabalho, que está cada vez mais exigente com a qualificação do trabalhador frente a novas tecnologias. Podemos citar o surgimento de novas profissões que requerem um maior grau de conhecimento em detrimento das profissões que estão desaparecendo que exigiam menor grau de conhecimento. Esta mudança tornou o conhecimento da informática um recurso indispensável na busca de emprego, fazendo-se necessário a implantação de políticas de inclusão digital.

Outro setor é a educação, que é a base para a formação de um profissional. Aqueles que estão em escola que não possui nenhuma estrutura computacional, como a maioria das públicas e algumas privadas, podem ser considerados excluídos digitalmente agravando a exclusão social. Esta, por sua vez, depende de dois fatores fundamentais que são a renda e a educação. Infelizmente a educação brasileira está apresentando índice de desenvolvimento de educação básica (IDEB) muito baixo, conforme o MEC (2005): 3,8 na 1ª fase do ensino fundamental; 3,5 na 2ª fase do ensino fundamental e 3,4 no ensino médio. Devido ao baixo índice IDEB, foi adotado uma política educacional que visa a redução dos índices de repetição e evasão, por isso foi implantado o sistema de aprovação automática dos alunos (resolução da prefeitura do Rio de Janeiro nº 946) estabelecendo avaliações eliminatórias apenas nos finais dos três ciclos fundamentais, sem nenhuma preocupação aparente com a qualidade de ensino. Devemos considerar também, em termos gerais, a falta de infra-estrutura nas escolas públicas, onde os professores estão sobrecarregados, lecionam para classes numerosas em ambientes frequentemente precários e socialmente hostis; assim como o despreparo da maioria dos professores por falta de uma boa formação.

A evolução da tecnologia da informação e comunicação (TIC) requer mais investimentos em equipamentos, treinamentos, infra-estrutura, com a finalidade de adquirir conhecimento em informática que é um recurso indispensável para qualificação da mão de obra.

Justificativa

A escolha do tema “Inclusão Digital: Estudo de Caso Oficina Esperança” explica-se por associação de fatores que conjugam afinidade pessoal e profissional. Pessoal no sentido de se tornar útil à sociedade com objetivo de melhorar as condições das pessoas que não têm condições de ingressar na sociedade da informação. Já o profissional refere-se à minha formação de Analista de Suporte que agrega informações suficientes para elaborar um projeto eficiente com custo reduzido, que é fundamental para um projeto de inclusão digital.

Não há como deixar de mencionar que a tecnologia está inserida em minha vida profissional desde o tempo de universitário, fazendo-me perceber o quanto a evolução tecnológica aumenta a exigência de qualificação do trabalhador; por isso o interesse por este assunto, principalmente às ações de inclusão digital que representam um canal privilegiado para a criação de oportunidades para o mercado de trabalho. E, no Mestrado em Tecnologia, encontrei um ambiente favorável para construir os primeiros pilares para fundamentar a minha pesquisa em inclusão digital numa sociedade cada vez mais tecnológica.

Em 2004 conheci a Igreja Nova Vida em São João de Meriti. Comecei a freqüentá-la e pude observar as carências da comunidade, em contato com o pastor Josephat, apresentei a proposta de um projeto de inclusão digital pois este poderia agregar valores desconhecidos ainda à comunidade, como a informática e o emprego desta para fins profissionais, facilitando a inserção no mercado de trabalho. Com o interesse do pastor obtive o apoio na implementação do projeto.

Problema

O Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) que foi lançado em 24 de maio de 2007 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, indica que 2/3 dos estudantes de 15 a 17 anos não têm acesso à rede de computadores, e o principal motivo alegado para a exclusão digital é a falta de condição de obter um computador devido ao alto custo. De acordo com os indicadores de inclusão digital: PNAD/2005 (IBGE), Índice de Convergência Digital (IBCD) e Segunda Pesquisa sobre o uso da Tecnologia e Comunicação no Brasil (CGI) apresentados neste trabalho mostram a realidade brasileira referente a este assunto. Outro estudo do FGV “Motivações e Metas Educacionais” de Marcelo Néri aborda a questão de usar a informática como forma de motivar os jovens no aprendizado e no estudo e como um potencial de atração aos jovens para as escolas.

Podemos citar também o estudo “Retornos da Educação no Mercado de Trabalho” (Neri, 2005) mostra que 35 % da desigualdade de renda brasileira é explicada pelo número de anos completos de estudo das pessoas. Por exemplo, cursos completos apresentam salários maiores que cursos incompletos seja no ensino fundamental ou no médio. Outro indicador é a alfabetização que mostra que um adulto alfabetizado possui um salário 10 % maior do que um adulto que nunca frequentou a escola. Por isso o Projeto Oficina Esperança tem por objetivo capacitar e motivar os jovens no aprendizado e no estudo através da informática, tendo como objetivo maior empregabilidade, principalmente dos que estão excluídos digitalmente.

O público alvo do projeto Oficina Esperança são jovens de baixa renda, desde modo a localização do projeto fica em área que não apresenta uma boa infra-estrutura na parte elétrica e há dificuldade de acesso ao local. Ocasionalmente ocorre também, falta de banda larga, tornando, deste modo, acesso discado necessário, porém é muito lento para prática em laboratório, o que resulta na dificuldade em viabilizar o projeto.

Outro fator crítico é o custo de manter em funcionamento um projeto de inclusão digital, podemos citar despesas na manutenção dos computadores, na rede elétrica, na banda larga, se tiver, conforme a Tabela I.3.

Objetivo Geral

Contribuir para o processo de inclusão digital em comunidades carentes por intermédio do projeto Oficina Esperança, baseando-se no levantamento e análise de dados dos seguintes projetos: Centro Público de Formação Profissional (CPFP), Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente (CEACA), ONG Associação Ação Ressurgir – Escola Família, Ação Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro e WebAula.

Objetivos Específicos

- Mostrar o problema do Brasil referente à inclusão digital através de indicadores. (Índice de Convergência Digital - IBCD, Segunda Pesquisa sobre TIC no Brasil - CGI e PNAD/2005 - IBGE).
- Apresentar os projetos referentes à inclusão digital tanto governamentais quanto privados;
- Fazer o levantamento e analisar os dados dos cinco projetos de inclusão digital;

Método de Pesquisa

O presente trabalho utiliza a metodologia de estudo de caso. Segundo Yin (2005, p. 23, *apud* BRESSAN, 2000), o estudo de caso é "uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real", no qual os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas onde é possível se fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas. Caracteriza-se pela "capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações" (YIN, 2005, p. 19, *apud* BRESSAN, 2000). Podemos afirmar também que conduz o pesquisador através do processo de coletar, analisar e interpretar observações.

Antes de apresentar os dados coletados referente aos cinco estudos de casos, faz necessário o desenvolvimento dos conceitos do assunto proposto: inclusão digital, tecnologia educacional e depois a descrição dos projetos de inclusão digital, chegando à conclusão através da análise de dados decorrentes das informações coletados e do próprio estudo de caso Oficina Esperança.

Para o desenvolvimento da dissertação foi necessário estabelecer fontes distintas tais como livros, revistas especializadas, sites de órgãos públicos e ONGs e entrevistas.

Conforme a justificativa e o objetivo deste trabalho, tornei-me um observador participativo, por assumir várias funções neste contexto. Quando o pesquisador está envolvido de modo participativo ou cooperativo com a finalidade de resolver um problema ou suprir uma necessidade através de um plano de ação, neste caso temos um tipo de pesquisa denominado pesquisação ou pesquisa-ação (Thiollent, 1986, p.14).

Conforme Desroche (Thiollent, 2006) os aspectos da concepção da pesquisa-ação, destacam-se os seguintes:

Relação de reciprocidade que se estabelece entre atores e autores. O desafio da pesquisação consiste em estabelecer um compartilhamento da produção do conhecimento entre pesquisadores e atores da situação investigada e/ou em transformação. Para Desroche, essa reciprocidade é mais que um compartilhamento, pois os atores deveriam tornar autores, e os pesquisadores (normalmente autores) deveriam tornar atores.

Conjugação de três aspectos: explicação, aplicação e implicação. A pesquisa-ação apresenta um grau de complexidade superior ao de coleta de dados ou de uma técnica de planejamento. Desroche combina estes três aspectos fundamentais como definidores do objeto da pesquisa-ação. A primeira caracteriza a finalidade da investigação científica; a segunda se volta para a resolução de problemas da sociedade, em que o autor se refere explicitamente ao conceito que Roger Bastide propôs em sua obra e a última refere-se aos relacionamentos entre pesquisadores e atores, no caso, marcados pelas exigências de reciprocidade.

Tipologia de formas de participação nos dispositivos de pesquisa-ação. A partir da combinação das ênfases atribuídas aos aspectos de explicação, aplicação e implicação, Desroche constrói uma tipologia com oito graus de participação.

Devido aos aspectos citados acima, existe uma reciprocidade entre atores e autores. Conforme Desroche esta dialética - o diálogo entre os papéis representados pelos atores e autores - gera uma série de combinações, e uma delas é quando o autor e o ator se identificam e combinam os dois papéis na mesma pessoa, como pesquisador e organizador.

Outro aspecto, são as formas de participação que Desroche construiu e, neste trabalho, podemos classificá-lo como participação integral. Segundo Desroche "Participação Integral: trata-

se de uma pesquisa sobre os atores e sua ação. A pesquisa é feita por eles mesmos: são eles quem a assumem e a gerem.” (Thiollent, 2006).

Foi aplicado o questionário (Apêndice I) com intuito de facilitar e tornar padronizadas as entrevistas conforme a estrutura abaixo:

Histórico - Menciona de forma reduzida a origem do projeto de inclusão digital

Objetivo - Descreve a meta que pretende atingir e o público alvo do projeto.

Infra-estrutura - Relata a infra-estrutura tanto de hardware (computadores) quanto de software (sistema operacional e aplicativo)

Aplicabilidade - Mostra de forma resumida o processo usado, os meios de divulgação e o retorno pretendido com o projeto.

Os resultados foram consolidados com as informações coletadas nos sites oficiais dos projetos, ou sites que lhes fizessem referência, folder, documentos impressos correlatos aos projetos com a finalidade de complementar o estudo em questão, e o resultado deste texto foi submetido para avaliação dos entrevistados. Este procedimento facilitou a descrição dos projetos de inclusão digital: Centro Público de Formação Profissional - CPFP, Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente - CEACA, ONG Associação Ação Ressurgir – Escola Família, Ação Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro e WebAula.

Estrutura do Trabalho

O presente trabalho refere-se ao projeto Oficina Esperança que tem como objetivo a capacitação profissional de jovens para o mercado de trabalho, onde serão ministradas aulas de informática na comunidade com baixo índice de IDH em São João de Meriti (Vila Tiradentes -0,683 – 57º lugar no Estado) e Guaratiba (Largo do Correia).

Para apresentação desta dissertação foram elaborados três capítulos:

O capítulo 1 aborda conceitos sobre a sociedade da informação, descreve o histórico e a evolução da Internet no país, mostra os indicadores de três instituições: IBGE, IBCD e CGI. referentes à inclusão digital, alguns projetos de inclusão digital e por último apresenta os conceitos de tecnologia educacional e sua História.

Já o capítulo 2 apresenta a pesquisa dos cinco projetos de inclusão digital: Centro Público de Formação Profissional - CFPF, Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente -CEACA, ONG Associação Ação Ressurgir – Escola Família, Ação Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro e WebAula.

E no último capítulo, refere-se ao estudo do caso Oficina Esperança relatando o histórico do projeto, o objetivo, o público alvo, sua infra-estrutura e análise de sua implementação.

I - INCLUSÃO DIGITAL

I.1 - SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Estamos na Era da Informação, conforme Turban (2003) a riqueza desta Era é de idéias inovadoras e do uso inteligente da informação. A Era da Informação ou Sociedade da informação como também é chamado não é um modismo, alguns consideram um novo paradigma técnico-econômico representando uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, é um fenômeno global. Possui uma dimensão político-econômica, decorrente da contribuição da infra-estrutura de informações para que as regiões sejam mais ou menos atraentes em relação aos negócios e empreendimentos. Sua importância assemelha-se à de uma boa estrada de rodagem para o sucesso econômico das localidades. Tem ainda marcante dimensão social, em virtude do seu elevado potencial de promover a integração, ao reduzir as distâncias entre pessoas e aumentar o seu nível de informação.

Segundo Turban (2003) as empresas na Era da Informação devem concorrer em um mercado repleto de desafios – que mudam rapidamente, é complexo, globalizado, supercompetitivo e voltado para o cliente. As empresas precisam reagir de modo rápido aos problemas e às oportunidades que surgem desse ambiente, e essas reações são facilitadas pelo uso da TIC. Partindo deste paradigma que imprime uma nova dinâmica à sociedade, ao Estado e aos agentes econômicos, países de diferentes realidades tecnológicas, políticas, sociais e culturais têm procurado se adaptar a este contexto.

A TIC reconhecida como um recurso estratégico e propulsor do desenvolvimento pelo governo brasileiro por meio do Programa Sociedade da Informação, iniciado em 1996, pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, tem como finalidade lançar os alicerces de um projeto estratégico, de abrangência nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação, além de suas aplicações na sociedade, de forma a promover a pesquisa e a educação bem como garantir que a economia

brasileira tenha condições de competir no mercado mundial, o qual teve suas diretrizes expressas no chamado Livro Verde, tal iniciativa visa promover o uso das novas tecnologias de comunicação na esfera social, estatal e privada.

Conforme evidencia o Livro Verde, o programa é um conjunto de ações governamentais ousadas e marcadas por muitos desafios que busca contribuir, de forma efetiva, para:

- A construção de uma sociedade mais justa, em que sejam observados princípios e metas relativas à preservação de nossa identidade cultural, fundada na riqueza da diversidade;
- A sustentabilidade de um padrão de desenvolvimento que respeite as diferenças e busque o equilíbrio regional;
- A efetiva participação social, sustentáculo da democracia política.

Na Sociedade da Informação, a comunicação e a informação tendem a permear as atividades e os processos de decisão nas diferentes esferas na sociedade, incluindo a superestrutura política, os Governos Federal, Estaduais e Municipais. Por isso um dos principais indicadores do desenvolvimento da Sociedade da Informação é a penetrabilidade das tecnologias de informação na vida diária das pessoas e no funcionamento e transformação da sociedade como um todo. Em âmbito geográfico, a penetrabilidade é medida principalmente pelo número de usuários da Internet em uma determinada população, como mencionado anteriormente. O Brasil possui 13,4 milhões de usuários residenciais acessando a Internet com uma população estimada de 184 milhões, mostrando um índice baixo de penetrabilidade.

Neste contexto, um elemento essencial para a construção da sociedade da informação no Brasil é a implementação de uma sólida plataforma de telecomunicações, na qual possam difundir as informações. Outro aspecto importante, o governo precisa enfrentar a informação como um recurso de gestão e desenvolvimento para o país, conforme Turban (2003) é uma riqueza desta Era, e também acabar com o analfabetismo digital.

Os excluídos são indivíduos que não têm acesso às informações desta sociedade através dos micros e da Internet: pessoas excluídas de seu grupo por não conhecerem as terminologias ou por não usarem uma ferramenta desta sociedade, por exemplo: e-mail, messenger, videoconferência, tornando-as com menos chances de crescimento profissionais, e impedidas de

exercerem a sua cidadania através do *e-government* ou o governo eletrônico (SEALY, 2003 apud LUCIANO, 2005). Segundo a pesquisa do IBOPE (2007) o total de pessoas com mais de dezesseis anos que acessam a Internet em qualquer ambiente: casa, trabalho, escolas, universidades e outros locais, foi de trinta e seis vírgula nove milhões em setembro.

Nos últimos anos, constatamos, aos poucos, o surgimento da exclusão digital através da Sociedade da Informação (ANTONELLI, 2003 apud LUCIANO, 2005), devido ao aparecimento de um novo alfabeto, o da informática (BOFF, 2003 apud LUCIANO, 2005). De fato, “estamos assistindo ao surgimento de uma transformação tão radical nas culturas humanas que nenhuma ficção soube prevê-la – presenciamos, em nossa era, o nascimento da cibercultura – é a cultura contemporânea fortemente marcada pela TIC, home banking, cartões inteligentes, voto eletrônico, palms, imposto de renda via Internet e outras formas de utilizarem a tecnologia digital” (LÉVY, 2003. p. 13 apud LUCIANO, 2005).

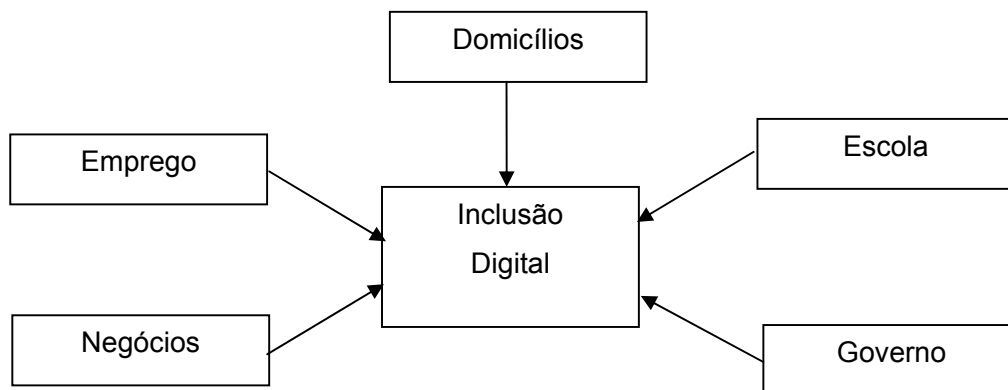
Em relação ao social, a Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) permite troca de informações gerando uma maior interação entre grupos, a socialização, com isso permitindo ao indivíduo conhecer e entender melhor o mundo em que vive (DRAGULANESCU, 2002 apud LUCIANO, 2005).

No aspecto profissional, a familiaridade com as ferramentas computacionais facilita o ingresso no mercado de trabalho e o crescimento profissional resultando na melhoria da remuneração (SAVIANI, 1998 apud LUCIANO, 2005). No aspecto pedagógico, contribui para a melhor compreensão e resolução de problemas, com o fortalecimento do raciocínio lógico-dedutivo. Do ponto de vista do desenvolvimento, pode representar, em longo prazo, a autonomia de uma nação (ANTONELLI, 2003 apud LUCIANO, 2005).

De acordo com Albertin (2004), A Inclusão Digital é a real possibilidade de um indivíduo ou organização poder usufruir da tecnologia, mediante três fatores essenciais: (1) que tenha acesso à tecnologia; (2) que seja capacitado para usá-la e (3) que não tenha resistência a ela.

Dentro deste contexto, Albertin (2004) observa que um modelo de Inclusão Digital deve contemplar pelo menos três dimensões para ser útil na tomada de decisões: o acesso à tecnologia, a capacitação tecnológica e a resistência ou não em manuseá-la.

Baggio (2003) elaborou um Mapa da Exclusão Digital no Brasil, utilizando dados do IBGE, mas também de bases diversas existentes oriundas do Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e emprego, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério das comunicações e entre outras. A pesquisa de Baggio mostra em geral, que a exclusão digital e exclusão social se relacionam, apresentando também conforme a observação de Albertin (2004) apenas uma dimensão - o acesso à tecnologia (computador, internet e celulares) – ou no máximo, duas – acesso e capacitação – em seu conceito de exclusão digital, mostrando os cinco canais de inclusão digital referente ao acesso à tecnologia (Figura I.1).



Fonte: Baggio, 2003

Figura I. 1 – Cinco canais de Inclusão Digital.

Os negócios se referem aos negócios por conta própria, pequenos empregadores, além de empresas de grande, médio e pequeno porte atuantes na área de produção de informação ou usuária da mesma.

E o governo se refere aos três níveis (municipal, estadual e federal) quando permite o exercício da cidadania, tal como, do apertar do voto da urna eletrônica aos cartões eletrônicos da Bolsa Escola, passando pelo contato inicial do jovem ao computador através de programas de inclusão digital, podemos citar, os telecentros do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, a Casa Brasil do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Casa Civil.

Através da estrutura apresentada na Figura I.1, Albertin (2004) define uma classificação similar, entretanto tendo como parâmetro a facilidade de acesso:

1. Particular: o usuário tem acesso à tecnologia (computador caseiro, telefone celular próprio).
2. Profissional: o usuário tem acesso à tecnologia a partir do seu local de trabalho e o acesso está condicionado à permanência dele na empresa (computador, notebook, celular fornecido pela empresa).
3. Organizacional: o usuário acessa a tecnologia através de alguma organização à qual o usuário pertence, sem vínculo empregatício (Telecentros, Rede Brasil, bibliotecas públicas com acesso gratuito à Internet, computadores em Organizações Não-Governamentais das quais faça parte).
4. Terceiro Privado: tem acesso à tecnologia mediante um serviço prestado por terceiro privado (lan houses, caixas de auto-atendimento de bancos, máquinas alugadas).
5. Terceiro Público: a tecnologia é disponibilizada através de um serviço prestado por terceiro público (caixa de auto-atendimento da previdência social, programa bolsa escola, urna eletrônica).

É essencial observar que tais pesquisas querem construir um indicador social de exclusão/inclusão e, nesse caso em particular, o acesso é provavelmente o fator mais indicado.

A segunda dimensão é a capacitação tecnológica que devemos considerar ao tentar compreender o grau de inclusão digital de uma população. Por capacitação entendemos os conhecimentos e habilidades em manusear uma determinada tecnologia.

Independente da capacitação do indivíduo em relação à tecnologia, é indispensável que ele tenha uma predisposição em conhecer esta tecnologia, caso contrário não irá utilizá-la. O maior exemplo disso é a resistência natural de aceitar novos hábitos e a descrença em relação à segurança das transações eletrônicas.

A aceitação ou não da tecnologia como parte da vida social pode, assim, atuar como incluyente ou excluyente do indivíduo nos ambientes digitais, esta é a terceira dimensão proposta pelo Albertin (2004).

Conforme Rodrigues (RODRIGUES, 1995 apud ALBERTIN, 2004, p. 250) o conceito de atitude vem, nesse sentido, nos auxiliar no entendimento desta dimensão da inclusão digital. Atitude compreende a predisposição interna de um indivíduo para avaliar determinado objeto ou aspecto da vida, de forma favorável ou desfavorável. O comportamento dos indivíduos é uma tradução de suas atitudes, ou seja, são as atitudes que predispoem a uma determinada ação.

Segundo Albertin (2004), existem três componentes atitudinais: o cognitivo, o afetivo e o intencional.

O componente cognitivo abrange as crenças, informações e experiências passadas a respeito de um determinado objeto ou aspecto, que o valida como positivo ou negativo. O componente cognitivo é altamente influenciado pelo social, através da transmissão cultural entre pessoas ou entre grupos. Por exemplo, uma atitude negativa sobre implantação de ERP's (Enterprise Resource Planning) pode ser consequência de trocas de experiências de um grupo que passou por uma implantação traumática com outro que nunca passou por ela, formando nesse segundo uma predisposição ao negativo em relação aos ERP's.

As emoções que se ligam ao objeto são essenciais para que uma "opinião" torne-se uma atitude. É um componente emocional que – mesmo que de forma pouco racional – leva a um comportamento seja de aprovação ou de rejeição.

O componente intencional remete a tendência à ação com base na experiência passada. Isso significa que minha atitude leva a um comportamento de "repetição", ou seja, de reagir da mesma forma diante de estímulos semelhantes. É o intencional que leva as pessoas que tiveram problemas com um determinado software, por exemplo, a agirem da mesma forma negativa diante de qualquer outro software.

O aspecto atitudinal é, sem dúvida, o de mais difícil mensuração quando falamos em inclusão digital. Isso porque nem sempre as pessoas expressam suas verdadeiras atitudes em relação aos objetos.

De qualquer forma, as atitudes em relação à tecnologia podem ser positivas, neutras (opiniões), ou negativas.

I.2 - HISTÓRICO DA INTERNET

A cada novo meio de comunicação adotado desde o telégrafo, é criada uma nova rede ou infra-estrutura para disponibilizá-la aos usuários. Assim foi com o telefone, o telex, a comunicação de dados, TV a cabo. Atualmente, com as tecnologias migrando para a linguagem digital, devido à evolução científico-tecnológica desta forma de expressão, principalmente através do uso dos computadores, surge a necessidade de criar uma solução única de infra-estrutura. Conforme o IBCD, nas telecomunicações, quando se fala na convergência significa a redução para uma única conexão de rede que forneça todos os serviços com conseqüente economia de escala, podemos citar a Internet como exemplo, onde pode circular todo tipo de serviços eletrônicos – áudio, vídeo, texto e dados .

A Internet, considerada a super via da informação, devido a grande importância deste meio em distribuir conhecimento. Segundo Barbosa (2004) como conseqüência de avanços tecnológicos, vivemos hoje uma economia, na qual a informação e o conhecimento são considerados matérias primas de muitos processos produtivos. Só este fato já seria suficiente para justificar a necessidade de uma ampla revisão do sistema educacional em todos seus níveis. Podemos concluir a importância da Internet na educação, por isso abordaremos o seu histórico e depois a sua evolução no Brasil.

A INTERNET surgiu como ARPANET em 1969, fundada pela U.S. Advanced Research Projects Agency daí a origem ARPA, a ARPANET foi projetada com a finalidade dos pesquisadores se comunicarem e compartilharem as informações. Este seria um dos principais objetivos, mas a rede seria capaz de sobreviver, mesmo que uma parte dela ficasse inoperante.

Nesta época estávamos no período da Guerra Fria, por isso que a rede foi projetada com esta particularidade, ou seja, construir uma rede de pesquisa que mesmo uma parte fosse destruída, ela continuaria em operação.

Quatro sites ARPANET foram estabelecidos como locais de testes: A Universidade de Utah, o Instituto de Pesquisa Stanford, e dois sites na Universidade da Califórnia, Santa Bárbara e Los Angeles. Em setembro de 1969, a ARPANET foi ativada.

Alguns anos depois, aproximadamente mais de mil pessoas viram a primeira demonstração pública da ARPANET, no inverno de 1972, e foi então que, efetivamente a idéia global de uma rede nacional, ou mesmo internacional, começou a surgir.

A ARPANET existiu até 1990. Nesse meio tempo, ela foi separada em duas partes: a Milnet destinada aos interesses militares e a ARPANET que continuava levando dados de pesquisa para a rede e outros campos.

Em meados dos anos 80, a National Science Foundation ligou seis centros de supercomputadores dos Estados Unidos em uma rede chamada NSFNET. E em 1990, a NSFNET assumiu a ARPANET e esta foi descontinuada.

O termo INTERNET se referia originalmente aos experimentos da ARPA, mas tornou rapidamente a abreviação de rede internacional.

No Brasil, o primeiro serviço da Internet não acadêmica e não governamental começou com o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), o AlterNex. Mas alguns especialistas consideram a data 18 de julho de 1989 a data simbólica de nascimento da Internet brasileira, quando IBASE ativou o primeiro servidor Unix conectado à Internet nos EUA pelo protocolo Unix to Unix Copy (UUCP) – um método antigo, mas ainda usado para transmitir correio e artigos entre computadores. Originalmente feito para fazer a transmissão entre computadores Unix.

Outro marco da Internet brasileira foi o projeto Internet da Eco 92, porque quebrou resistências governamentais à abertura de conexões internet permanentes para a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), criada em 1989 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. Foi assim que foram ativados finalmente canais permanentes de alta velocidade com os EUA a partir de São Paulo - Fapesp e Rio - UFRJ. Depois da Eco 92, o primeiro grande marco da história da Internet e

não só brasileira, foi a chegada da World Wide Web (WWW) que consiste em apresentar as informações da Internet em forma de hipertexto e o Mosaic, o primeiro browser, com este advento as imagens começam a chegar na Internet.

Em abril de 1995, o governo abre o backbone para provedores de acesso comerciais, tem início no Brasil a Internet comercial, por isso foi criado o Comitê Gestor da Internet Brasileira, visando organizar e oficializar, uma atividade voluntária e espontânea de atender ao DNS brasileiro e aos números IP.

I.3 - EVOLUÇÃO DA INTERNET NO PAÍS

O ano de 2005 foi considerado o ano em que a Internet mais cresceu em toda a sua curta história, segundo o site eMarketer o número de domínios registrados já chegou a 75 milhões no mundo. Na época de 1995 foi realizada a primeira pesquisa e constatou 18.957 nomes de domínios registrados, isto mostra como a Internet cresceu dez anos.

No Brasil, isto não é diferente segundo o Comitê Gestor da Internet (CGI) o número de domínios .br registrados no Brasil cresceu 21,7% no acumulado dos últimos 12 meses, de acordo com Demi Getschko, representante do CGI, o crescimento dos registros só não é maior, porque empresas estrangeiras, que não tenham representação no Brasil, não podem ter um nome .br.

Outra pesquisa importante relacionada a este assunto feita pelo CGI revela: 44% das empresas consultadas e 76% das empresas com mais de mil funcionários fizeram pedidos para a compra de produtos ou serviços via e-mails digitados manualmente, em 2005. O percentual de pedidos feitos via internet sobre o total das compras, excluindo os impostos, foi de 25% ou mais, em 15% das empresas consultadas.

As empresas também estão vendendo mais pelas vias eletrônicas: 58% das empresas pesquisadas receberam pedidos via e-mails digitados manualmente no mesmo período, e 28% receberam pedidos por outros meios, via internet (CGI,2006).

Os benefícios mais apontados pelas empresas para o uso dessa ferramenta para gerar negócios são: menor custo (74%); manter o passo com a concorrência (73%); mais qualidade de serviços para o consumidor (70%) e tempo de transação reduzido (68%).

A pesquisa traz ainda uma informação importante para a definição de políticas públicas de inclusão digital: a grande barreira ao uso do computador é a falta de recursos da população para comprar o equipamento e pagar pelo acesso à Internet. "Quando o preço cai, aumenta a decisão de consumo. Se fosse cobrado R\$ 10,00 mensais pelo acesso, por exemplo, 72% dos pesquisados estariam dispostos a pagar", analisou Rogério Santanna.

Por esta razão que o número de usuários ativos da Internet residencial brasileira manteve-se em 13,4 milhões em julho de 2006, o que significa uma estabilização em relação ao mês anterior e crescimento de 17% na comparação com julho de 2005, conforme a Figura 1.2. Apesar desta estatística, uma pesquisa interessante feita pelo IBOPE (2006), constatou que os usuários brasileiros estão em primeiro lugar em termos de horas navegadas no domicílio, com 20h39min. Assim como a televisão tomou o lugar do rádio na geração dos anos 70, outro paradigma está surgindo com o advento da Internet. Uma pesquisa da IDC (2006) aponta que os jovens brasileiros entre 15 e 24 anos utilizam a rede como ponto central de informação em suas vidas. O mais incrível é que os jovens acham a televisão "chata" e "inconveniente", enquanto a rede é "necessária" e "importante", por este motivo, os brasileiros são os usuários que mais utilizam o Orkut, um site de relacionamento, e a nossa língua portuguesa está sofrendo uma mudança pela forma que os brasileiros escrevem para se comunicarem através da internet, utilizando uma linguagem curta e objetiva, o internetês, devido a alta velocidade que a Internet está proporcionando.

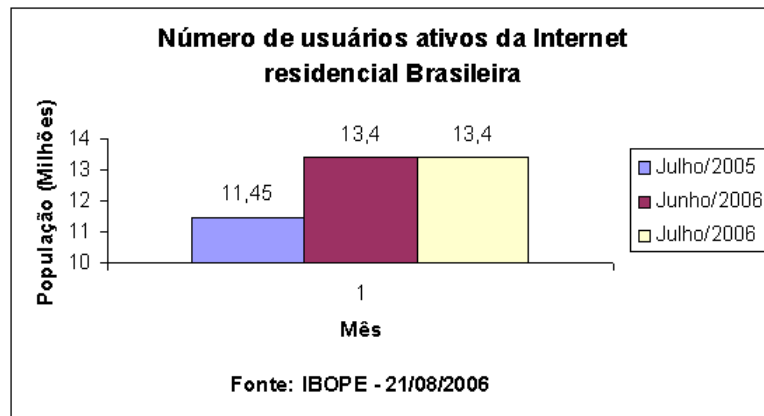


Figura I.2 – Número de usuários ativos da Internet residencial Brasileira.

I.4 - INDICADORES DE INCLUSÃO DIGITAL

I.4.1 - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios - IBGE

A Pesquisa Nacional por Amostragem de domicílios - PNAD/2005 - evidencia a enorme exclusão digital em que ainda vive a população brasileira e apresenta também o perfil dos incluídos e dos excluídos digitalmente.

Referente à exclusão digital, a pesquisa mostra que o Brasil tem 32,1 milhões de cidadãos que acessam a Internet (ALMEIDA, 2007), isto representa apenas 21 % da população brasileira, distribuído por região, conforme a Figura I.3.

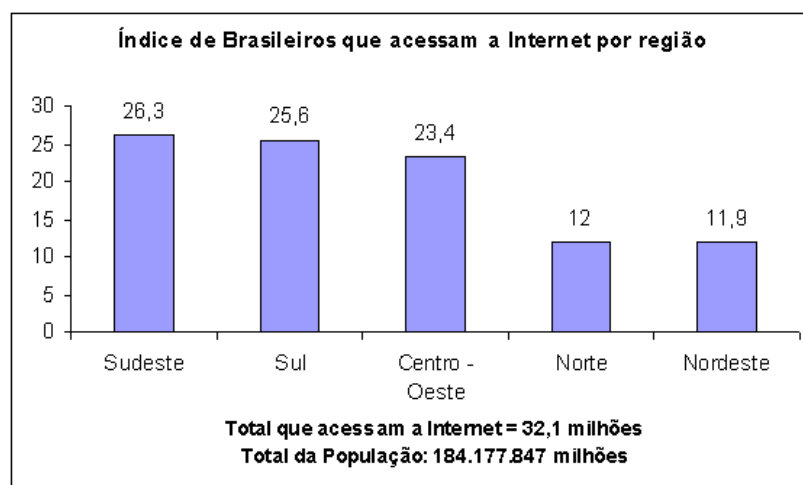


Figura I.3 – Índice de Brasileiros que acessam a Internet por região.

Em decorrência disso, o Brasil está no 62º lugar no ranking de nível de acesso no mundo, e em 4º lugar na América Latina, atrás de países como Costa Rica, Guiana Francesa e Uruguai (Tabela I.1), sabendo-se que a posição do Brasil em relação ao PIB é décimo primeiro lugar em 2007.

Tabela I.1 – A posição do Brasil no ranking de uso da Internet

	Na América Latina	No Mundo
Número de usuários	1º	5º
Em número de domicílios	1º	20º
Percentual de usuários	4º	62º

Fonte: Almeida (2007).

Na pesquisa do IBGE (PNAD 2005) o perfil do usuário da Internet no Brasil: a maioria é estudante, a idade média dos usuários é 28,1 anos (a pesquisa complementa que os jovens entre 15 a 17 anos são os que mais acessam – 33,9 % , contra apenas 7,3 % de pessoas com 50 anos ou mais), número médio de anos de estudo (10,7 anos), e o uso é majoritariamente para educação e aprendizado, citado por 71,7% dos entrevistados (Figura I.4).

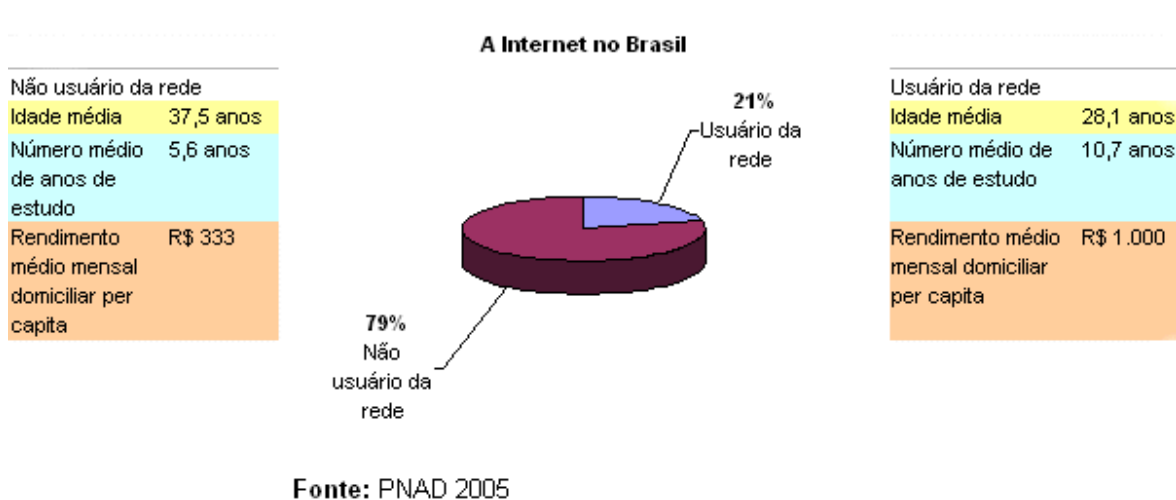
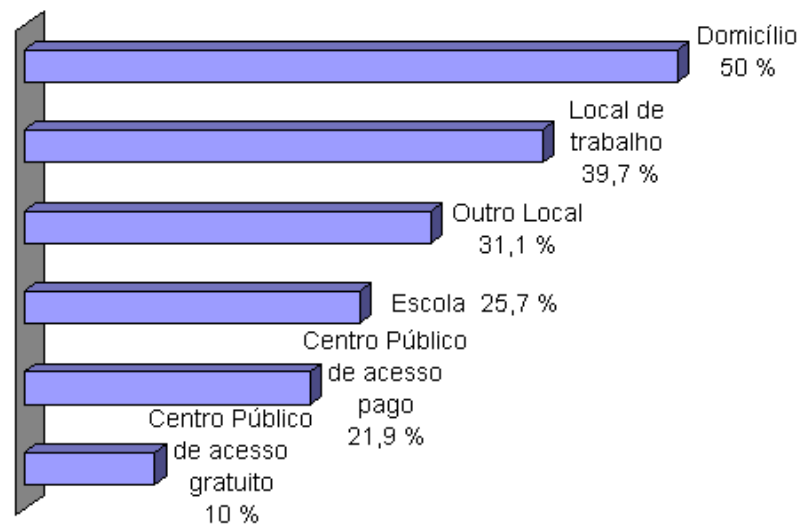


Figura I.4 – A Internet no Brasil

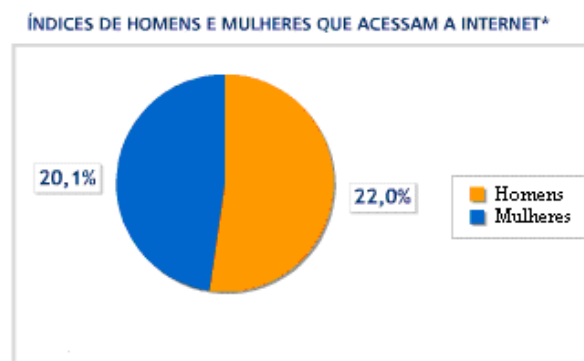
Em relação ao local de acesso, a residência é mais citada por 50 % dos entrevistados, seguida de perto pelo local de trabalho; os centros públicos são os menos citados na pesquisa, exatamente por se apresentarem em número bem reduzido em nossa sociedade. Já as escolas, onde era de esperar, um maior acesso devido as pesquisas escolares, ocupa apenas 25,7 % (Figura I.5).



Fonte: PNAD 2005

Figura I.5 – Por Local de Acesso à Internet (%).

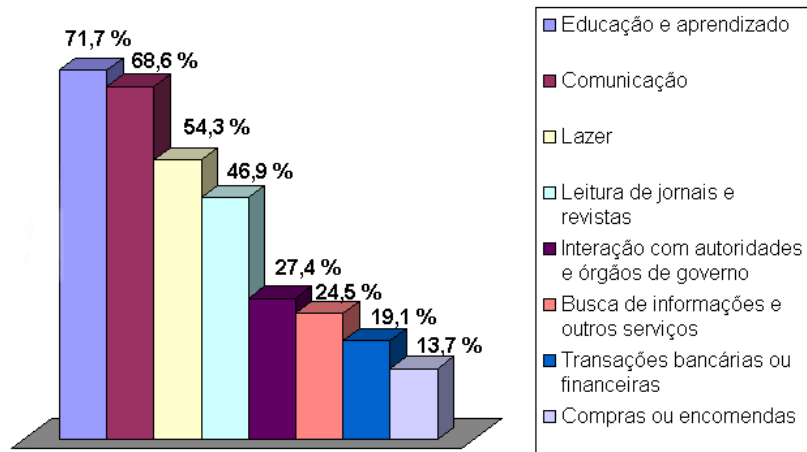
Outro dado interessante da pesquisa: não há diferença por sexo, homens (20%) e mulheres (22%) usam a rede quase na mesma proporção (Figura I.6).



Fonte: IBGE (2005)

Figura I.6 – Índices de homens e mulheres que acessam a Internet

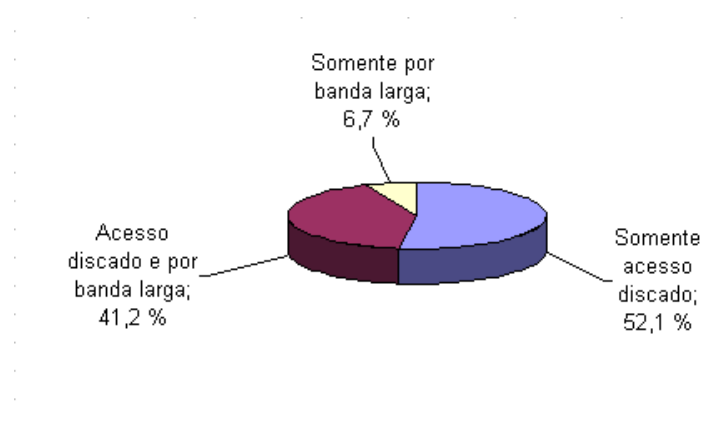
A educação ocupa o primeiro lugar no ranking de motivos de acesso, seguido da comunicação, lazer e leituras de jornais e revistas (Figura I.7).



Fonte: PNAD 2005

Figura I.7 – Por finalidade de acesso à Internet.

Em relação ao tipo de acesso, a maioria dos usuários acessa a Internet via discado, devido ao custo ser menor do que o serviço de banda larga. (Figura I.8).



Fonte: PNAD 2005

Figura I.8 – Por tipo de conexão

A pesquisa mostra também o perfil dos excluídos: idade média de 46,5 anos, desta porção com idade de 26 e 31 anos cita como motivo a falta de acesso à rede e falta de computador e, aqueles com a idade elevada relatam a falta de interesse pela rede (Figura I.9).

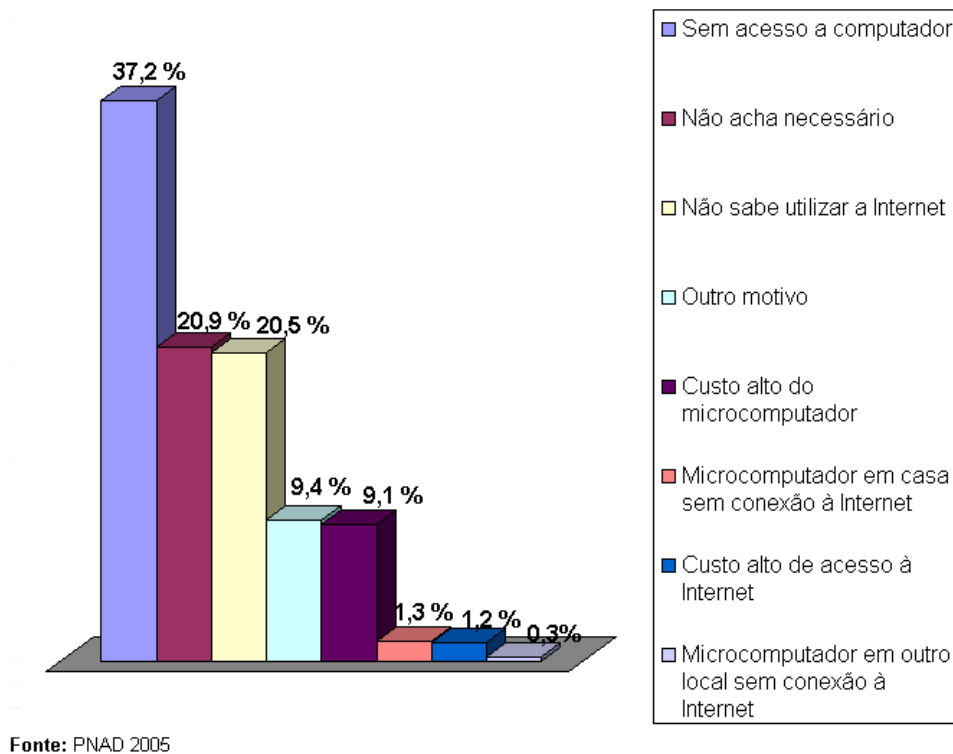
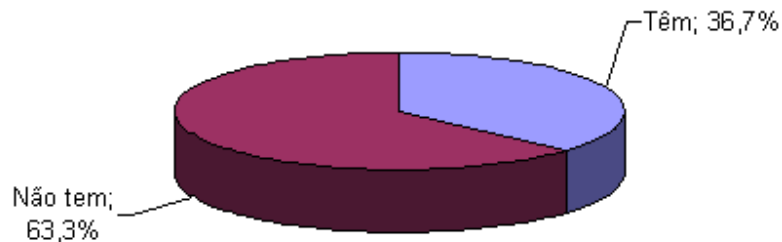


Figura I.9 – Por que não é usuário da rede

Um dado importante é a estagnação da telefonia fixa, onde está cada vez mais concentrada nos grandes centros urbanos; o grande desafio da telefonia fixa é, hoje, chegar em áreas onde é menos interessante para o mercado em termos financeiros, ou seja, fora dos grandes centros urbanos, mas após a privatização estas empresas acabam decidindo atuar exatamente onde já há cobertura das concessionárias tradicionais.

O total de linhas instaladas no país, conforme o Atlas Brasileiro das Telecomunicações da revista Teletime, era, em 2006, de 51,1 milhões, em comparação com as cem milhões de linhas móveis em atividade (Figura I.10), destes totais apenas 31,3 milhões mandam SMS, e somente celulares de terceira geração faz conexão com a Internet que são a minoria.



Fonte: Pnad 2005

Figura I.10 – Porcentagem de brasileiros que usam celulares.

I.4.2 - Índice de Convergência Digital - IBCD

Fundado em 2004 o Instituto Brasil de Convergência Digital (IBCD), congrega empresas de softwares, produtos e serviços referentes ao áudio, vídeo, texto, dados com objetivo de apoiar um caminho de geração, aprimoramento e distribuição de conhecimento humano visando o desenvolvimento sócio econômico do país; e uma de suas ações se refere a promover políticas e programas de inclusão digital com objetivo de minimizar as diferenças sociais.

A convergência digital surge da evolução científico-tecnológica da linguagem digital, através do uso dos computadores e da Internet, por isso a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é o seu principal ativo. Por isso, o IBCD elaborou um índice chamado de Índice de Convergência Digital cujo objetivo é destacar os principais problemas do mercado devido à revolução tecnológica, estabelecer metas e apontar caminhos para os formuladores de políticas públicas.

Em 2006, o IBCD lançou a segunda edição do índice Brasil de Convergência Digital cuja nota foi 5,13. A estrutura do índice é formada pelas dimensões: **ambiente da convergência**, composto por conectividade – a capacidade de comunicação dos dispositivos de hardware ou software com outros hardwares e ou softwares, wi-fi, banda larga; telecomunicações – referem-se à infra-estrutura de telecomunicações, VOIP, telefones fixos, celulares; mídia – meios através do qual uma informação é percebida, apresentada, transmitida ou armazenada, computador, notebook, TV digital; Comércio de produtos e serviços por meio digital, e-commerce, imposto de renda via Internet; **plataforma tecnológica** – composto por hardware – conjunto de componentes físicos de um computador; software – aplicativos desenvolvidos para os computadores; serviços – referente ao hardware e software, manutenção; **formação e inclusão** – composto por inclusão digital – formas de inserção na sociedade da informação, telecentros, cybercafe; formação superior em TI – profissionais em TI, analista de sistemas, analista de suporte, segurança de TI, educação em TI – aplicações das tecnologias de informação na educação, educação a distância. A figura I.11 ilustra a composição deste índice.

	Dimensões	Índices das Dimensões	Índice Brasil
Ambiente da Convergência (43% do índice)	Conectividade	7,11	5,13 (média ponderada dos índices das Dimensões)
	Telecomunicações	5,53	
	Mídia	2,50	
	Comércio de produtos e serviços por meio Digital	6,76	
Plataforma Tecnológica (28% do índice)	Hardware	6,87	
	Software	4,48	
	Serviços	4,50	
Formação e Inclusão (29% do índice)	Inclusão Digital	3,69	
	Formação Superior em T.I.	4,68	
	Educação em T.I.	5,15	

Fonte: Site IBCD - Maio de 2006.

Figura I.11 – Índice Brasil para a Convergência Digital.

De acordo com a Figura I.11, percebe-se que a parte de ambiente da convergência, principalmente o que se refere à conectividade e telecomunicações, obteve uma boa nota devido à boa infra-estrutura de telecomunicações, mas a inclusão digital foi uma das piores notas que compõe o Índice de Convergência Digital, devido a baixa penetração de serviços de telecomunicações ocasionado pela alta taxa destes serviços.

A tabela I.2 faz uma comparação do estágio atual com o índice desejado de acordo com o estudo que seria 7,64; tal nota corresponderia ao grau de maturidade de países como a Espanha, França e Coréia do Sul. Percebe-se claramente que o Brasil precisa adotar uma política mais atuante quando se refere à questão da inclusão digital.

Tabela I.2 – Comparação do índice atual com o desejado.

O PAÍS NO MUNDO DIGITAL		
Comparação do estágio atual com o de equilíbrio		
Índice Brasil para Convergência Digital	5,13	7,64
Domicílios com acesso à Internet	13,4 %	25 %
Inclusão Digital	24,78 %	60 %
Investimento em P&D (em % do PIB)	1 %	2 %
Formados em TI anualmente	22,5 mil	30 mil

Fontes: Instituto Brasil para Convergência Digital, IBGE, MEC.

Entre as razões apontadas para o mau resultado está à baixa penetração dos serviços de banda larga no Brasil; altas tarifas dos serviços de telefonia (Tabela I.3); defasagem anual de profissionais em TI, esta defasagem interfere diretamente na produção de software e serviços para o mercado externo, áreas onde o Brasil apresenta pouca competitividade.

Tabela I.3 – Custo de serviços de conexão à Internet.

Tipo de Conexão	Custo Mensal
Banda Larga – Mega Flash – 2 Mb	R\$ 99,90
Banda Larga – Mega Flash – 4 Mb	R\$ 119,90
Banda Larga – Mega Flash – 8 Mb	R\$ 219,90
Via satélite	R\$ 442,00

Fonte: MONTEIRO(2006).

I.4.3 - Pesquisa sobre o uso da Tecnologia e Comunicação no Brasil–CGI 2006

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) foi criado pela Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995 e é constituído pelo Ministério das Comunicações e Ministério da Ciência e Tecnologia, para coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados.

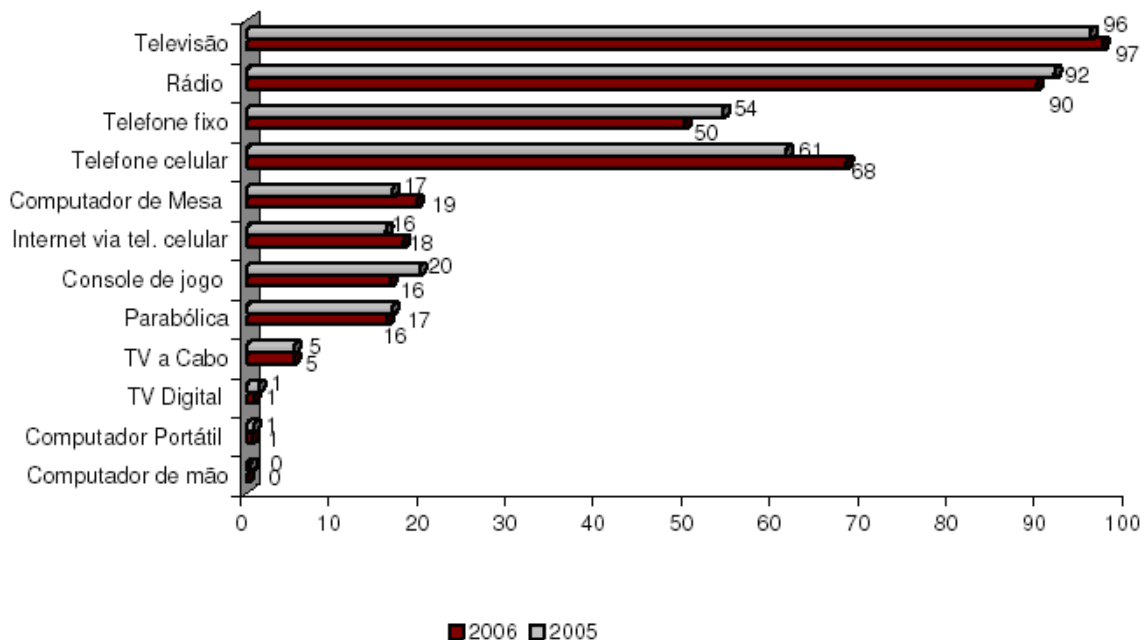
Devido a sua finalidade o CGI elaborou uma pesquisa referente ao uso da Tecnologia da Informação (TIC) no Brasil, divulgada no dia 08 de novembro de 2006, revela que muito pouco se avançou na luta contra a exclusão.

Esta pesquisa foi realizada entre os meses de julho e agosto de 2006 com 10.510 entrevistas na zona urbana, com pessoas a partir de dez anos de idade, abrangendo as cinco regiões do país. A pesquisa em campo utilizou um questionário de 30 minutos através de entrevistas presenciais domiciliares junto à parcela representativa da população. O questionário foi elaborado a partir do modelo de mensuração europeia adaptada à realidade brasileira .

A figura I.12 mostra informações referentes à posse de bens ligados à TIC. Observamos que 97% dos domicílios possuem TV, sendo esse o bem mais “acessível”. Já a TV a cabo continua um bem restrito, devido ao seu alto custo, por isso o acesso fortemente influenciado por fatores econômicos, estando presente em 46% dos domicílios de classe A contra 5% dos domicílios de classe C.

O telefone fixo está presente em 49,7% dos domicílios, tendo caído um pouco em relação ao ano anterior. O telefone celular está presente em 68% dos domicílios, indicando uma tendência de crescimento – percebe-se uma tendência de substituição de telefone fixo pelo celular.

Em relação à posse do computador, cerca de 19,3% dos domicílios brasileiros possuem computador de mesa. Pensando nas regiões do país, as regiões sul e sudeste ficam acima da média nacional com 24,6 % e 24,2% dos domicílios com computador, respectivamente. O nordeste apresenta um índice mais baixo: 8,5 % dos domicílios possuem computador. O centro-oeste 18,38 % e o norte 10,39 % . Já a posse de computador portátil (laptop) e de mão (palmtop) é bastante restrita.

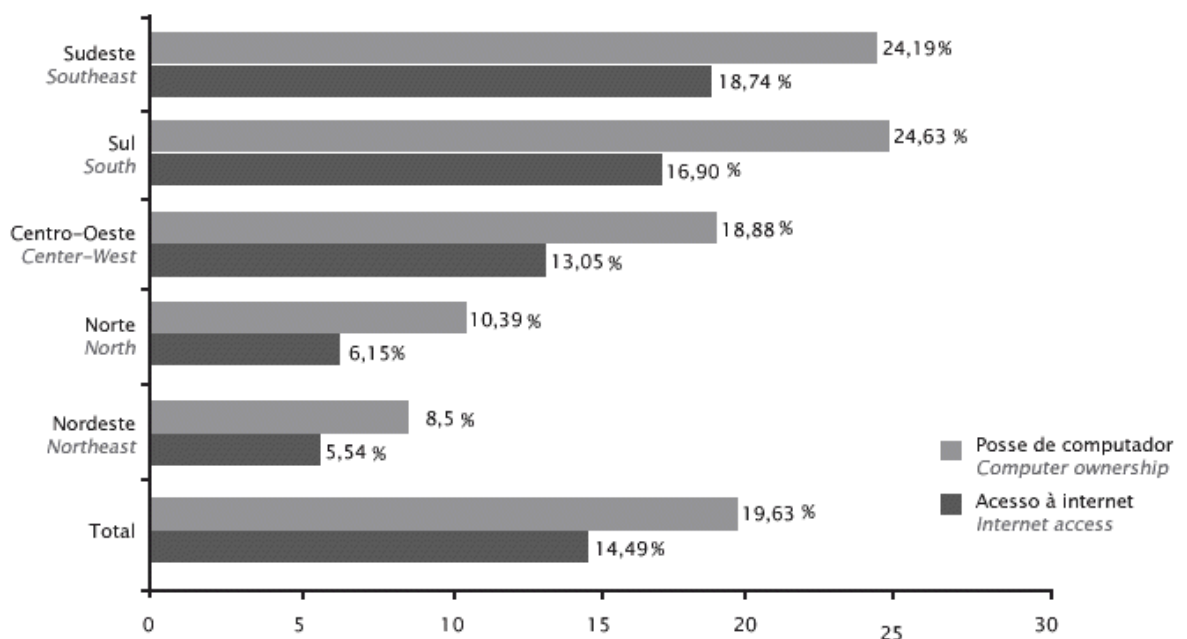


Fonte: CGI 2006

Figura I.12 – Proporção de domicílios que possuem equipamento de TIC.

Observamos que 19,63% dos domicílios têm acesso ao computador, um crescimento de 3 pontos percentuais em relação ao ano de 2005. A posse do computador é fortemente influenciada pela classe social, pela renda e pela escolaridade do respondente: quanto mais alta a classe, a renda e o nível de instrução do respondente, maior a proporção dos domicílios que possuem computador.

A Internet está presente em 14,49% dos domicílios brasileiros pesquisados em 2006. Mais uma vez as residências das regiões Sul e Sudeste apresentam um percentual de acesso superior à média nacional, com 16,9% e 18,7%, respectivamente. O Nordeste, com 5,5%, continua sendo a região que possui a menor proporção de domicílios com acesso à rede, acompanhando os indicadores de posse de computador (Figura I.13)



Fonte: CGI 2006

Figura I.13 – Proporção domicílios com computador e Internet por região.

Outro dado importante coletado durante a pesquisa, refere-se à tecnologia utilizada para acessar à Internet via banda larga que pode ser modem digital via linha telefônica (xDSL - 28,6%), modem via cabo (6%), conexão via rádio (4,8%) e conexão via satélite (0,7%). Na tabela I.4 mostra as barreiras ao acesso à banda larga, mas a conexão predominante é a discada via modem tradicional (dial up), utilizada em 49% dos domicílios.

Tabela I.4 – Barreiras ao acesso à banda larga nos domicílios.

Percentual (%)	Custo Elevado	Não tem necessidade	Falta de disponibilidade na área	Tem acesso à banda larga de outro local	Outras Razões	Não sabe / Não respondeu
TOTAL	51,13	21,50	13,48	3,42	2,75	13,09
Regiões						
Norte/ Nordeste	55,62	21,44	15,06	3,89	2,49	12,75
Sudeste	51,80	20,19	11,61	3,50	1,52	14,38
Sul	49,74	22,98	16,97	3,96	4,35	7,78
Centro-Oeste	50,87	26,98	9,60	1,29	6,41	17,96
Classe Social						
AB	48,99	23,95	14,96	4,06	3,25	10,84
C	55,79	19,38	9,38	2,87	2,32	15,26
DE	41,74	8,23	26,45	-----	-----	23,57

Fonte: CGI (2006).

I.4.4 - Pesquisa sobre o uso da Tecnologia e Comunicação no Brasil–CGI 2007

A terceira pesquisa do CGI, divulgado em março de 2008, foi realizada entre os meses de setembro e novembro de 2007 e investigou 17 mil domicílios na zona urbana, entrevistando pessoas com 10 anos ou mais, nas cinco regiões do país.

O resultado desta pesquisa vem reforçar que o uso do computador está diretamente relacionado com o grau de instrução, com a faixa etária e com a renda familiar, ou seja, quanto maior o grau de instrução, maior o número de indivíduos que usam o computador, aqueles que completaram a educação infantil só 11% acessaram o equipamento pelo menos uma vez nos últimos três meses, já os que estão no nível superior 82 % acessaram o computador por igual período.

Em relação à faixa etária, a proporção é inversa: quanto mais elevada à faixa etária, menor o número de indivíduos que acessam o computador, conforme a tabela I.5, 60 % dos jovens de 16 a 24 anos são usuários. E este percentual diminui gradativamente nas faixas etárias elevadas, ficando em 3% entre os que têm acima de 60 anos.

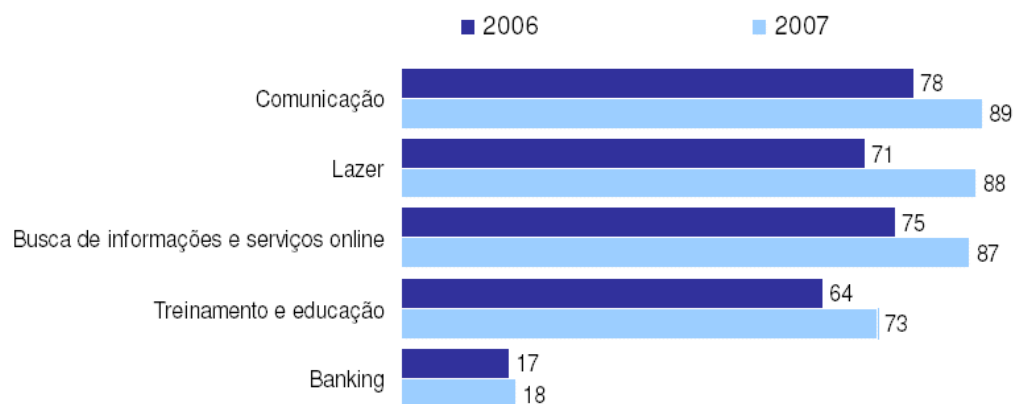
Por último a renda, outro fator determinante: 68 % são usuários que pertencem à família com renda superior a cinco salários mínimos. Percebe-se nesta pesquisa, o aumento de usuários com renda intermediária (38 % nas famílias com renda entre 2 e 3 SM, e 51 % nas famílias com 3 a 5 SM). Conforme a gerente do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CGI, 2007), Mariana Balboni, este aumento das camadas intermediárias se deve aos programas de inclusão digital do Governo Federal, principalmente, o programa Computador para Todos.

Tabela I.5 – Proporção de indivíduos que acessaram a Internet.

Há menos de 3 meses		2005	2006	2007
		Há menos de 3 meses		
Total	Total	30	33	40
REGIÕES DO Brasil	SUDESTE	32	36	43
	NORDESTE	22	23	32
	SUL	33	36	43
	NORTE	27	28	35
	CENTRO-OESTE	34	39	45
SEXO	Masculino	32	36	43
	Feminino	28	30	38
GRAU DE INSTRUÇÃO	Analfabeto/ Educação infantil	5	8	11
	Fundamental	19	29	37
	Médio	49	49	59
	Superior	85	85	82
FAIXA Etária	De 10 a 15 anos	43	54	68
	De 16 a 24 anos	53	54	65
	De 25 a 34 anos	33	40	50
	De 35 a 44 anos	25	25	31
	De 45 a 59 anos	21	13	16
	De 60 anos ou mais	5	3	4
RENDA	Até 1SM	7	9	17
	1SM - 2SM	12	15	27
	2SM - 3SM	21	25	44
	3SM - 5SM	32	41	58
	+ 5SM	60	63	74

Fonte: CGI (2007).

Outro destaque revelado na pesquisa refere-se aos motivos para acessar a internet: os principais foram a comunicação, lazer e busca de informações on-line, que foram realizadas por quase 90% dos internautas brasileiros, Figura I.14



Fonte: CGI 2007

Figura I.14 – Atividades desenvolvidas na Internet.

No que se refere à comunicação, a internet foi usada principalmente na troca de e-mails (78%), na participação em sites de relacionamento como o Orkut (64%) e no envio de mensagens eletrônicas (55%).

Os que acessam a internet para busca de informações on-line destes 87%, 55% acessam para buscar informações relativas a entretenimento e diversão e 49% referente a informações sobre bens e serviços.

E a proporção de usuários que utilizam a internet para lazer é de 88% distribuído da seguinte forma: 47 % dos internautas brasileiros utilizam para ler jornais e revistas, 43 % para jogar ou fazer download de jogos e para assistir vídeos ou filmes utilizando o site You Tube.

Em relação à educação, dos 73 %, a maior parte realiza pesquisas e atividades escolares (64%). Esta atividade está focada principalmente entre os internautas de 10 a 15 anos (84%), mas não está somente nesta faixa etária. Mesmo entre os usuários de internet com mais de 60 anos, 41 % declararam realizar pesquisas escolares.

Outro dado importante refere-se ao local de acesso, conforme a pesquisa (Figura I.15), no ano de 2007, percebeu-se um crescimento do uso da internet em centros públicos de acesso pago (lanhouses, cybercafé), que se transformou no local predominante para o acesso à internet no Brasil, 49%. Isso significa que aproximadamente metade dos brasileiros acessa a internet em um desses locais.

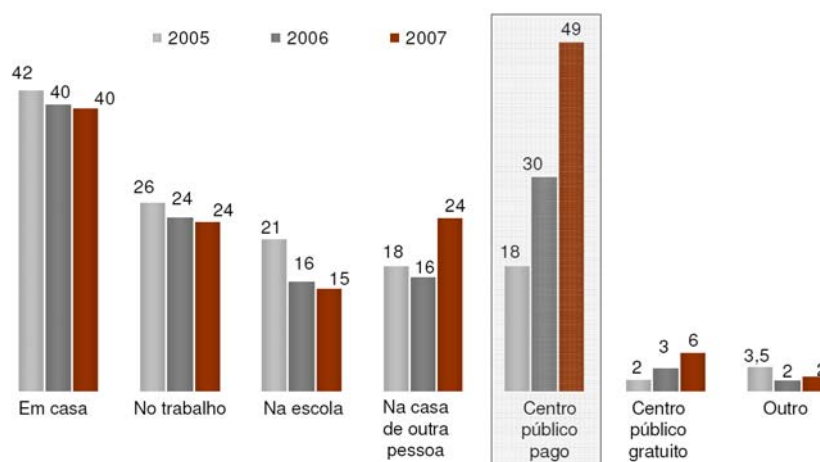


Figura I.15 – Local de acesso por indivíduo à Internet

Historicamente, o principal local de acesso à rede sempre foi o domicílio. Porém, desde 2005 praticamente o acesso ao domicílio ficou estagnado em aproximadamente 40%, por isso deixando o domicílio em segundo lugar em 2007.

O uso de centros públicos de acesso pago cresceu em toda a região do país, conforme a Figura I.16, principalmente na região norte do país com crescimento de 12 % em relação ao ano anterior.

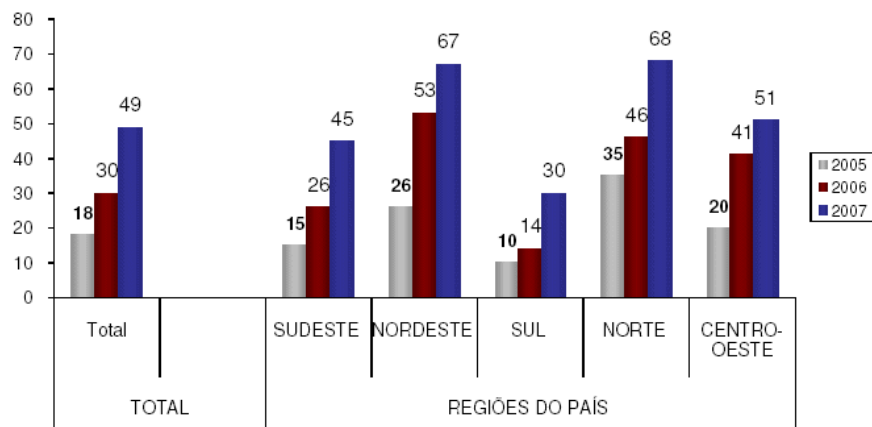


Figura I.16 – Centro público de acesso pago por região

Ainda segundo a pesquisa, 78% dos internautas com renda familiar de até um salário mínimo freqüentam os centros públicos de acesso pago, Figura I.17. Já entre o público com renda superior a cinco salários mínimos, a utilização destes centros cai para 30%.

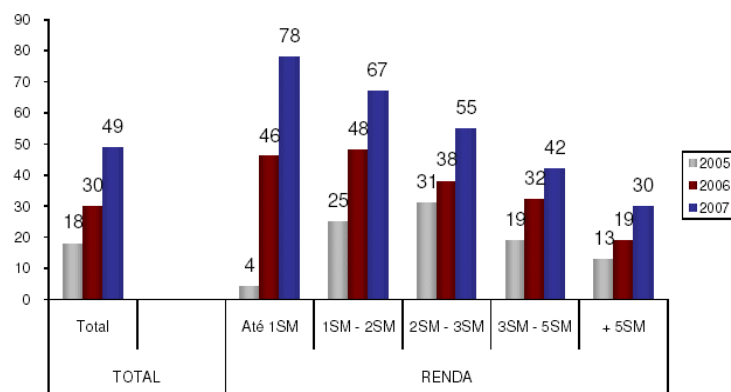


Figura I.17 – Centro público de acesso pago por renda

Os principais usuários dos centros públicos de acesso pago são os jovens que têm até 24 anos, ou seja, os usuários com as idades entre 10-15 anos e 16-24 o percentual de acesso foi de 68% e 59% respectivamente. (Figura I.18)

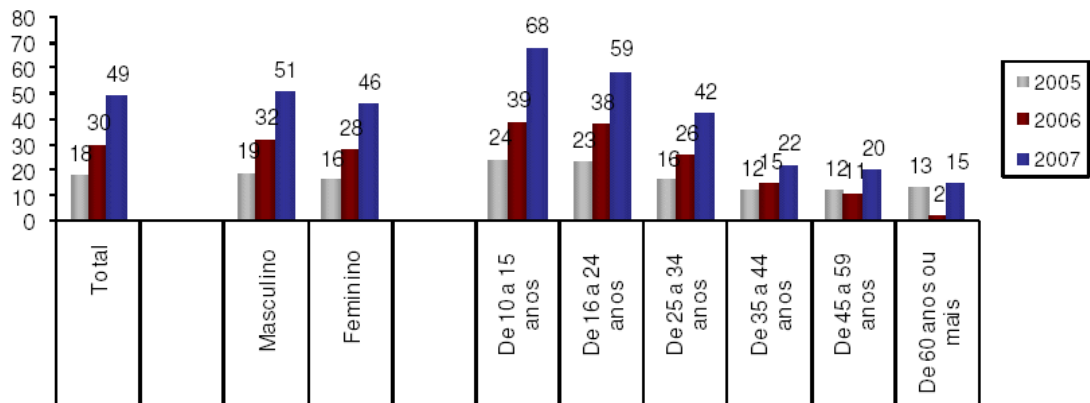


Figura I.18 – Centro público de acesso pago por sexo e idade

Finalmente, em relação à educação conforme a Figura I.19; 64% que acessam o centro público de acesso pago são estudantes de nível fundamental. Entre os usuários de nível superior esta percentagem diminui para 27 %.

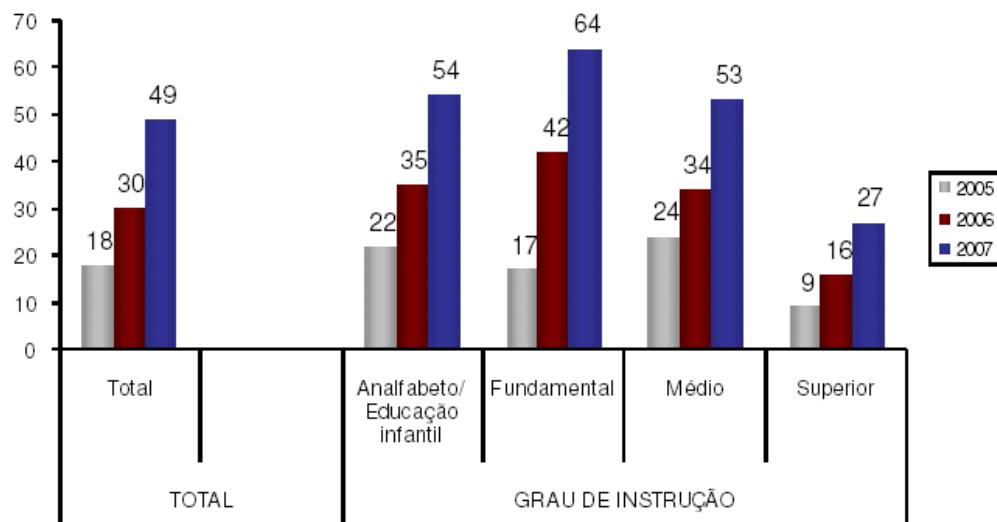


Figura I.19 – Centro público de acesso pago por escolaridade

Conforme a pesquisa, as dificuldades de conexão a partir do domicílio que às vezes utiliza acesso discado, contribuem para manter altos os índices de procura aos centros públicos de acesso pago. Esses estabelecimentos que utilizam normalmente a banda larga (Tabela I.5), segundo a pesquisa, têm se revelado os principais centros de inclusão digital e democratização da internet do Brasil, mais do que os espaços gratuitos dos telecentros que respondem por 6%, mostrando que a iniciativa privada pode contribuir para amenizar o problema social da exclusão digital.

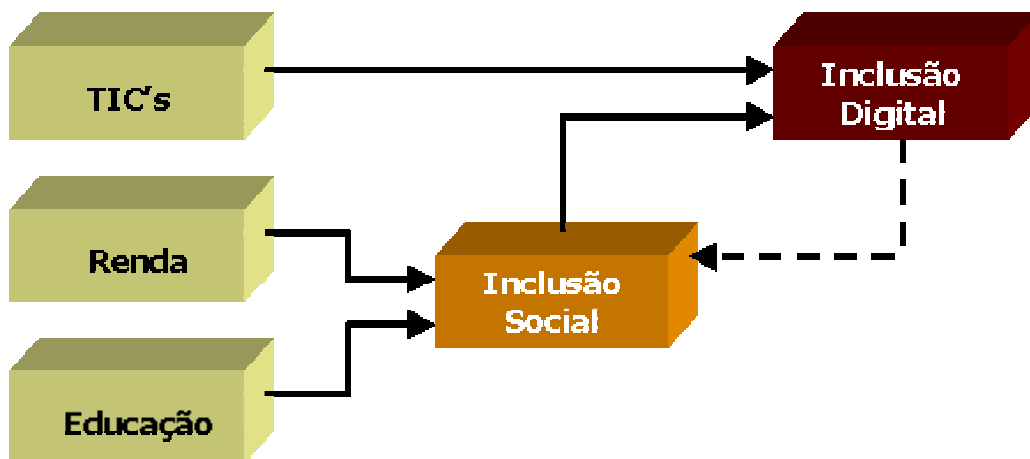
Tabela I.5 – Tipo de conexão para acesso à Internet no Domicílio.

(%)		2006	2007	2006	2007	2006	2007
		Modem Tradicional (acesso discado via telefone)		BANDA LARGA -- TOTAL		OUTROS NS/NR	
Total	Total	49	42	40	50	11	8
Renda	Até 2SM	59	45	27	41	14	14
	2SM - 3SM	57	50	25	43	18	8
	3SM - 5SM	49	43	37	51	14	6
	+ 5SM	47	36	46	57	8	7

I.5 - PROJETOS PARA INCLUSÃO DIGITAL

A Sociedade em geral está cada vez mais se conscientizando da importância da inclusão digital, por isso existem vários projetos tanto da esfera do Governo Federal, Estadual, Municipal e no setor privado. Uma delas é o e-gov ou governo eletrônico que tem como uma das diretrizes, a promoção da cidadania, ou seja, o cidadão é cliente dos serviços públicos. O objetivo deste programa é a implementação de vários programas que, mediante operações via internet permitam otimizar a entrega dos serviços e os processos internos do Governo, como o: Portal de Serviços e Informações do Governo Federal, Governo Eletrônico, E-poupatempo, E-ping.

Como podemos verificar uma das diretrizes é a promoção da cidadania, deste modo a inclusão digital contribui para a cidadania e a inclusão social. É possível a inclusão digital auxiliar no processo de inclusão social, mas para que o processo de inclusão digital seja efetivo, é preciso haver inclusão social uma vez que esta depende de dois fatores essenciais que compreendem renda e educação. Estes dois fatores, por sua vez, juntamente com as TIC's constituem os pilares da inclusão digital. Isto é ilustrado na Figura I.20.



Fonte: Filho (2003).

Figura I. 20 – Os Pilares da Inclusão Digital.

Podemos citar vários projetos de inclusão digital na esfera Federal, como exemplo: “O Projeto Casa Brasil” coordenado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) do Ministério da Ciência e Tecnologia, para levar inclusão digital, cidadania, cultura e lazer às comunidades de baixa renda;

“Computador para Todos” é um projeto administrado pelo SERPRO, criado pelo decreto Presidencial nº 5442, de 20/09/2005, que consiste no incentivo de financiamento de computador com juros baixo, ou seja, pode ser financiado em até vinte e quatro vezes com juros de 2% pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil o valor de R\$ 1.400,00, com sistema operacional e aplicativos em software livre, que atendam ao máximo às demandas de usuários; atualmente a configuração estipulada pelo Governo é de processador de 1,5 Ghz, disco rígido de 40 GB, 128 Mb de memória e monitor de 15 polegadas.

Algumas questões importantes que devem ser observadas: uma delas é o não cumprimento de uma promessa feita em 2005 que a venda do computador seria em qualquer horário; vinculada ao acesso discado por R\$ 7,50 mensais que daria direito a 15 horas de acesso outra refere-se à desatualização dos componentes do computador, por isso o Ministério da Ciência e Tecnologia está elaborando uma portaria para alterar o programa Computadores para todos; o objetivo da alteração é aumentar a variedade de configurações dos equipamentos contemplados pelo programa, sem aumentar o valor para o consumidor.

Outros projetos são os telecentros (Banco do Brasil e da Caixa Econômica) que consistem em um computador compartilhado por várias pessoas através de lugares públicos. O consenso dos estudiosos no assunto é que esses projetos complementam, e não são excludentes.

A Medida Provisória 255, a MP do bem, em novembro de 2005, que previa a inclusão digital da população, assim como benefícios e isenções fiscais. Os computadores com o valor de até R\$2.500,00 tiveram isenção da cobrança de PIS e Cofins, os chamados computadores populares, depois disso os preços começaram a cair no mercado brasileiro.

Não podemos deixar de citar a política adotada em relação à TV Digital, que usa como base o padrão japonês de transmissão (ISDB), mas incorpora inovações tecnológicas desenvolvidas por centros brasileiros de pesquisa. Esta nova televisão permitirá ao consumidor brasileiro ter imagem e som com alta definição, podendo ser acessado em casa, carro, ônibus (mobilidade), no celular, no laptop (portabilidade), e com a possibilidade de interagir com as emissoras, escolhendo programas, serviços, respondendo a pesquisas ou fazendo compras (interatividade)

A proposta do governo federal é de que em sete anos, a TV digital aberta atingirá todos os lares brasileiros. No dia 3 de dezembro de 2007 na região metropolitana de São Paulo, ocorreu a primeira transmissão da TV digital no país. Para as demais capitais, inclusive o Rio de Janeiro, a transmissão começará em 31 de dezembro de 2009. A rede analógica será completamente desligada em 29 de junho de 2016, durante este período os dois sistemas coexistirão pacificamente.

Em relação à educação, podemos citar o Projeto Um computador por Aluno (Projeto UCA) nasceu como um estudo da proposta feita ao governo brasileiro, no início de 2006, pela organização não-governamental One Laptop Per Child (Olpc – Um Computador Portátil por Criança), ligada ao Massachusetts Institute of Technology (MIT), patrocinado por Google, AMD (Advanced Micro Devices – fabricante de processadores, concorrente da Intel), RedHat (uma das Empresas que desenvolve linux) e entre outras, que pretende vender 1 milhão de computadores portáteis a países que ambicionam ampliar a inclusão digital nas escolas (Figura I.21), com custo de US\$ 100 por unidade, mas em novembro de 2007 este custo foi de U\$ 188. Outro projeto com a mesma proposta é o projeto Classmate PC (Figura I.22), que em 2007 é vendido entre US\$ 200 e US\$ 300, computador que a Intel, em parceria com o Governo Federal, quer levar para as escolas públicas. Conforme a Info (2006), a partir de 2007, a multinacional vai treinar professores de informática e criar redes comunitárias de acesso à Internet nas próprias escolas.

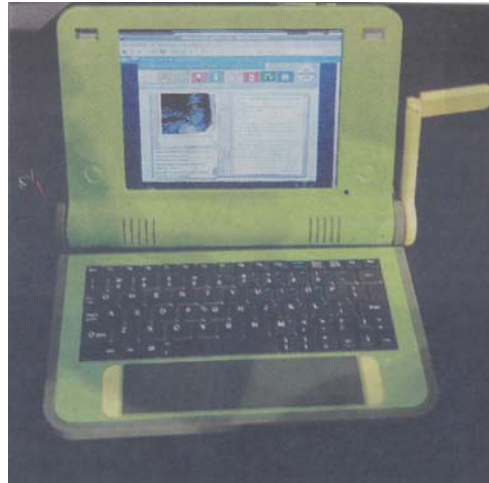


Figura I.21 - O microcomputador da MIT

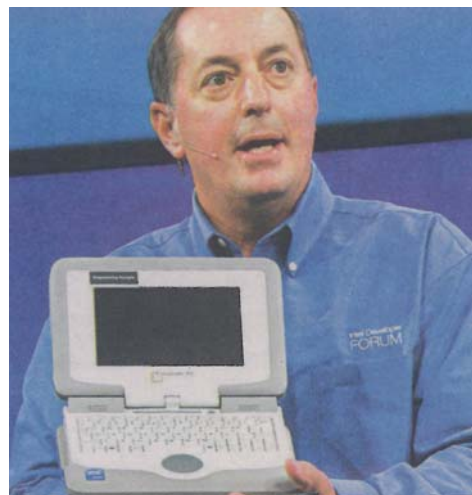


Figura I.22 – Paul Otellini, Presidente da Intel, mostra o Classmate PC.

De acordo com Oliveira (2006), em 2004 a Secretaria de Educação a Distância do MEC (SEED/MEC) investiu 10 milhões de reais na implementação de laboratórios de informática em escolas públicas brasileiras. Cada laboratório contém uma rede de cinco a vinte microcomputadores dependendo das dimensões das escolas. Dez milhões de reais parecem muito dinheiro. Porém, permitiu informatizar apenas quinhentas escolas num universo de cento e setenta e cinco mil (175) escolas públicas.

Conforme Oliveira (2006), em todo Brasil, cerca de vinte mil escolas dispõem pelo menos de um computador para uso didático-pedagógico. Deste total, cerca de cinco mil foram

informatizadas por meio do programa Proinfo do governo federal, após dez anos. O Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) é um programa educacional criado pela Portaria N. 522/MEC, de 9 de abril de 1997, para promover o uso pedagógico da informática na rede pública de ensino fundamental e médio. Este programa funciona de forma descentralizada. Sua coordenação é de responsabilidade federal e a operacionalização é conduzida pelos Estados e Municípios.

Colocar computadores nas escolas é fácil, basta ter dinheiro; o problema deste programa é capacitar os professores para fazer do laboratório uma ferramenta de mudança do processo ensino-aprendizagem, isso é uma questão complexa. No Brasil, quando trazemos este debate, precisamos considerar que nosso professor – além de mal saber utilizar o computador, isso quando sabe – conforme o livro *O perfil dos professores brasileiros - o que fazem, o que pensam, a que aspiram* (Unesco, 2004). Esta obra é resultado de uma pesquisa que avaliou aspectos sociais, econômicos e profissionais dos professores dos ensinos fundamental e médio no Brasil e foi apoiada pelo Instituto Paulo Montenegro e pela Editora Moderna, mostra que 59,6% dos professores declararam não usar correio eletrônico e 58,4% não navegam pela internet.

Outro problema é o da conexão, principalmente conexão com banda larga. De fato, se existem vinte mil escolas públicas informatizadas no Brasil, poucas estão conectadas à Internet.

Conforme MEC (2005), estima-se, a falta nas escolas públicas brasileiras no ensino fundamental e médio cerca de duzentos e cinquenta mil professores de física, química, matemática e biologia. Isto significa que milhões de jovens brasileiros estão concluindo o ensino fundamental e médio sem terem tido uma única aula de matemática ou de ciências exatas.

Como parte do esforço do governo para reverter este quadro, a Secretaria de Educação à distância (SEED/MEC), em 2004, transferiu quatorze milhões de reais a universidades públicas para que abram cursos à distância em licenciatura exatamente naquelas disciplinas. Conforme SEED (2007), com esta quantia criou-se a Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2005. Já em 2007, existe em todo o Brasil duzentos e oitenta pólos da UAB que irão oferecer mais de 40 mil

vagas em cursos de graduação e pós-graduação na modalidade à distância. A meta do governo é que mil pólos do programa estejam em funcionamento até 2010. A UAB visa, prioritariamente, à formação de professores que não tenham graduação; e de outros profissionais que tenham o ensino médio completo.

Outra política importante da esfera Federal é a proposta de regulamentação do uso do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), criada em 2001 em que as empresas de Telecomunicações contribuem 1 % de sua receita operacional bruta para o fundo, o saldo deste fundo chega a R\$ 5 bilhões e nunca foi usado. Esta proposta apresentada pelo Ministério de Comunicações à Casa Civil em outubro de 2006, consiste em quatro projetos de telefonia fixa e três programas de banda larga, que deverão beneficiar as áreas de saúde, por exemplo, interligando 1.708 unidades (postos, hospitais e clínicas) para o programa de telemedicina – e educação e institutos de apoio a deficientes e também 93 mil escolas públicas com banda larga. Porém segundo as informações do Jornal O GLOBO de março de 2007, o dinheiro do FUST foi economizado pelo governo para fazer superávit primário e pagar a dívida pública, e provavelmente deve continuar assim.

Não podemos deixar de citar projeto de inclusão digital patrocinado por empresas privadas, tal como o Programa Novos Brasis, do Instituto Telemar. O Programa Novos Brasis priorizara os seguintes aspectos:

- ✓ Projetos inovadores com diretrizes e objetivos bem definidos;
- ✓ Projetos que colaborem na elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da comunidade beneficiada;
- ✓ Projetos que trabalhem com base tecnológica;
- ✓ Projetos que possam gerar novas metodologias, oferecendo possibilidades de replicação com ações que possam ser aplicadas em escala;
- ✓ Projetos que produzam impactos relevantes na comunidade;
- ✓ Projetos que apresentem um diagnóstico prévio do local e seus beneficiados;
- ✓ Projetos que contenham critérios de avaliação e desempenho;
- ✓ Projetos que apresentem cronograma de execução e orçamento detalhado;
- ✓ Projetos que apresentem perspectiva de sustentabilidade;
- ✓ Projetos com ações de formação de recursos humanos e que apresentem potencial para geração de trabalho e renda.

Concluimos de acordo com a pesquisa de Baggio (2003), que a exclusão digital se relaciona com a exclusão social, então com o agravamento da exclusão digital pode agravar a exclusão social, criando um círculo vicioso nocivo a organizações e comunidades, por este motivo vários governantes estão preocupados com este tema. Neste contexto, é preciso levar em conta indivíduos com baixa escolaridade, baixa renda, com limitações físicas e idosas. Uma ação prioritária deveria ser voltada às crianças e jovens, pois constituem a próxima geração. Só que, para essa ação traga resultados, torna-se necessário repetir que é preciso uma ação orquestrada principalmente do Governo, sem a qual continuaremos a emplacar índices baixos como o Índice de Convergência Digital abordado anteriormente.

I.6 - TECNOLOGIA EDUCACIONAL

I.6.1 - Considerações Gerais

Segundo Turban (2003), as pessoas precisam conhecer as tecnologias da informação e entender o que elas podem fazer. São vários os motivos para conhecê-la, uma delas é que ela aumenta o conhecimento, permite trabalhar com mais inteligência e eficiência; além disso, modifica o modo como estruturamos e administramos as organizações e processos, ou seja, ela é uma facilitadora das atividades e processos organizacionais.

Entretanto, um sistema de informação coleta, processa, armazena, analisa e dissemina informações com um propósito específico. Como qualquer outro sistema, um sistema de informação abrange entradas (dados) e saídas (relatórios, cálculos), processa essas entradas e gera saídas que são enviadas para o usuário ou outros sistemas (Turban, 2003).

A tecnologia da informação é um componente particular de um sistema (por exemplo, computador pessoal). Os principais componentes de um sistema de informação baseado em um computador, segundo Turban (2003) são mostrados na figura I.23.

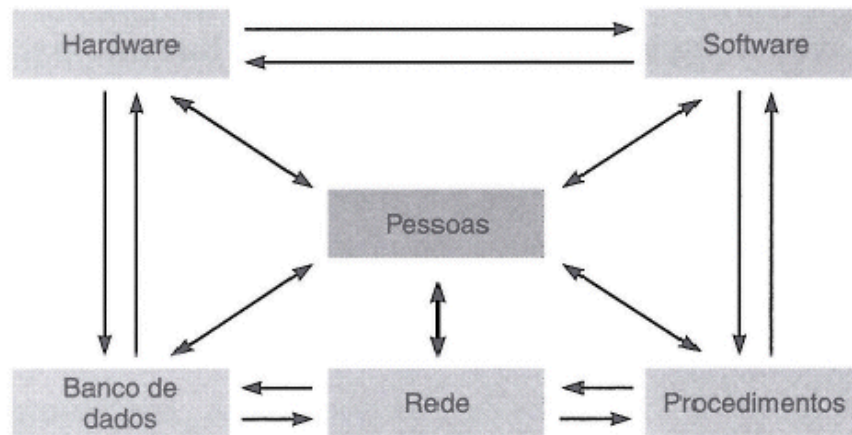


Figura I.23 – Componentes de um sistema de informação baseado em computador.

- Hardware - um conjunto de dispositivos, como processador, monitor, teclado e impressora, que aceita dados e informações, processa-os e os exhibe.
- Software – um grupo de programas de computador, que permite o processamento de dados no hardware.
- Banco de dados – um conjunto organizado de arquivos ou registros relacionados, que armazena dados e as associações entre eles.
- Rede – um sistema de conectividade que viabiliza o compartilhamento de recursos entre computadores diferentes.
- Procedimentos – estratégias, políticas, métodos e regras para utilizar o sistema de informação.
- Pessoas – o componente mais importante nos sistemas de informação; inclui aquelas que trabalham com o próprio sistema ou usam sua saída.

Por isso, neste tópico, abordaremos a tecnologia na educação e, segundo Litwin et al. (2001, p12), ao examinarmos o termo Tecnologia Educacional, encontraremos duas vertentes fundamentais. Em primeiro lugar, as idéias dos anos 50 e 60, nas quais correspondia à Tecnologia Educacional o estudo dos meios como geradores de aprendizagem. Em segundo lugar, a partir da

década de 70, aquelas concepções que definem a Tecnologia por seu estudo de ensino como processo tecnológico (De Pablos Pons apud LITWIN, 2001).

Podemos citar a declaração formulada pela Comissão sobre Tecnologia Educacional dos Estados Unidos, em 1970:

É uma maneira sistemática de elaborar, levar a cabo e avaliar todo o processo de aprendizagem em termos de objetivos específicos, baseados na investigação da aprendizagem e da comunicação humana, empregando uma combinação de recursos humanos e materiais para conseguir uma aprendizagem mais efetiva. (De Pablos Pons apud LITWIN, 2001).

Atualmente, surgem vários conceitos referentes a este tema nas quais coexistem diversas concepções, versões da Tecnologia Educacional que, ao mesmo tempo, poderiam ser enquadradas em momentos particulares de seu desenvolvimento. Entre os espanhóis, Sarramona Lopes (1994) afirma que tecnologia é aquela que reflete sobre a aplicação da técnica à resolução de problemas educativos, justificada na ciência corrente em cada momento histórico. Enfatiza o controle do sistema de ensino e aprendizagem como aspecto central e garantia de qualidade, ao mesmo tempo em que compreende que as opções mais importantes estão relacionadas com o tipo de técnica que convém e como incorporá-la adequadamente. No México, Quesada Castillo (1990) define Tecnologia Educacional como estudo científico das práticas educativas, técnica-prática baseada no conhecimento científico. A tecnologia pretende apagar essa distância entre a eficiência infundada e o saber científico, ao servir de ponte entre a técnica e a ciência.

É possível perceber, tanto nestas como em outras definições, que a Tecnologia Educacional não se define como ciência (Poloniato, 1994) e poderia estar situada no que se diz “ciência ponte”, disciplina voltada para a prática e controlável pelo método científico. Nota-se que nesta definição torna-se verdadeira quando etimologicamente, a palavra tecnologia provém da técnica, cujo vocábulo latino *techné* quer dizer arte ou habilidade. Esta derivação mostra que a tecnologia é uma atividade voltada para a prática, enquanto a ciência é voltada para as leis a que a cultura obedece.

Litwin (1993) propõe uma definição do campo de estudo que recupera sua especificidade:

Entendemos a Tecnologia Educacional como o corpo de conhecimentos que, baseando-se em disciplinas científicas encaminhadas para as práticas do ensino, incorpora todos os meios a seu alcance e responde à realização de fins nos contextos sócio-históricos que lhes conferem significação.

A Tecnologia Educacional, assim como a Didática, preocupa-se com as práticas do ensino, mas diferentemente dela, inclui entre suas preocupações o exame da teoria da comunicação e dos novos desenvolvimentos tecnológicos: a informática, hoje em primeiro lugar, o vídeo, a TV, o rádio, o áudio e os impressos, velhos ou novos, desde livros até cartazes. Ao tratar de delimitar seu objetivo entre os suportes teóricos, tem que se acrescentar as teorias da comunicação com o exame dos pressupostos ou modelo em nível do macrossistema.

Em nosso debate sobre a Tecnologia Educacional, ganham força as preocupações ideológicas-políticas e ético-filosóficas como crítica e superação da marca tecnicista no momento de seu nascimento.

Na análise da disciplina, desde o ponto de vista histórico, observamos que durante muito tempo se definiu a Tecnologia Educacional, identificando-a com propostas tecnocráticas. Mesmo hoje em dia, costuma-se falar do modelo tecnológico quando na realidade se deveria estar falando do modelo tecnicista. Por este motivo, a preocupação desde o ideológico-político se torna fundamental no reconhecimento dos fins subjacentes, nas diferentes propostas de Tecnologia Educacional.

1.6.2 - História da Tecnologia Educacional

Diferentes autores coincidem em localizar a origem da Tecnologia Educacional na década de 50. Para Bartolomé e Sancho (1994), citado por Litwin (2001,p.14), esta é uma década importante para o desenvolvimento referente à Tecnologia Educacional, destacando-se, neste período, a importância crescente do tema da comunicação. Esta origem, que se situa nos Estados Unidos, na área militar, a primeira referência são os cursos projetados para especialistas militares apoiados em instrumentos audiovisuais. Por isso a Tecnologia Educacional apareceu pela primeira vez como matéria no currículo de estudos de Educação Audiovisual da Universidade de Indiana,

em 1946. Então concluímos que a utilização dos meios audiovisuais com uma finalidade formativa constitui o primeiro campo específico da Tecnologia Educacional (Ely, 1992 apud SANCHO, 2001).

Paralelamente, os trabalhos de B.F. Skinner baseados no condicionamento operante e aplicados ao ensino programado dão origem a uma segunda vertente de desenvolvimento (Ely, 1992 apud SANCHO, 2001).

Na década de 60, começaram a incorporar-se os avanços da psicologia cognitiva, para analisar os meios desde os processos cognitivos provocados. Tenta-se comprovar a influência de diferentes métodos ou meios no processo de aprendizagem do aluno, ou seja, a psicologia da aprendizagem vai sendo incorporada como campo de estudo dos currículos de tecnologia educativa. Neste mesmo período aparecem os meios de comunicação de massas, um fator de extraordinária influência social. A “revolução eletrônica”, que começou inicialmente pelo rádio e pela televisão propiciando uma profunda revisão nos modelos de comunicação usados, teve a capacidade de influenciar milhões de pessoas e gerou mudanças nos costumes sociais, na maneira de fazer política, na economia, no marketing e na educação.

A partir dos anos 70, o desenvolvimento da informática consolidou a utilização dos computadores com finalidades educacionais (FERNÁNDEZ, 1977 apud SANCHO, 2001), especificamente em aplicações como o ensino assistido por computador (EAC). Com o surgimento dos PCs (computadores pessoais), esta opção tornou generalizada e uma opção com enormes possibilidades, fundamentalmente sob a idéia de ensino individualizado.

Pelo fim da década de 60 e nos anos 70, a Tecnologia Educacional pode ser caracterizada a partir de dois pontos de vista: um restritivo e outro amplo (Diaz Barriga apud LITWIN, 2001). A versão restrita aparece vinculada ao uso de novas tecnologias na educação. Esta visão tem escasso desenvolvimento na América Latina devido aos custos que esta nova visão adotava. Na visão ampla, a Tecnologia Educacional é caracterizada como conjunto de procedimentos, princípios e lógicas para atender os problemas da educação.

Com os anos 80 chegam, sob a denominação de novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC), novas alternativas apoiadas no desenvolvimento de máquinas e dispositivos projetados para armazenar, processar e transmitir, de modo flexível, grandes quantidades de informação. Para Vásquez e Beltrán (1989), citado por SANCHO (2001, p.52), a “novidade” das tecnologias da informação reside, algumas vezes na natureza dos apoios (...), e outras, como no caso de meios convencionais (...), no uso, na interação dos mesmos com outros meios.

Podemos concluir, conforme SANCHO (2001, p.52):

A inovação constante nas tecnologias da informação e da comunicação com a criação de novos materiais audiovisuais e informáticos cada vez mais integrados (opções multimídia) e a necessidade de projetar as suas aplicações educacionais correspondentes têm despertado o interesse dos técnicos educacionais.

No entanto, é preciso levar em consideração que os meios por si só não constituem toda a tecnologia educacional (...). Assim, para Hug (1992) o desenvolvimento institucional cobre quatro funções preferenciais: direção e administração de instituições educacionais; projeto e desenvolvimento educacional; serviços de informação e produção de meios.

II - PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL

II.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Para a pesquisa foram escolhidos projetos de acordo com os seguintes critérios: projetos que envolvam software livre com o objetivo de reduzir custos para o projeto Oficina Esperança; projetos patrocinados pelo CDI, uma ONG com experiência em financiar projetos de inclusão digital; projetos financiados pelo Governo Federal e suas instituições; projetos que envolvem empregabilidade e educação à distância.

Por isso foram feitas algumas entrevistas: Centro Público de Formação Profissional (CPFP) em Santo André, com a finalidade de compreender a melhor forma de implementar uma rede de software livre, então foi adotado o Kurumin como software para o projeto Oficina Esperança; Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente (CEACA) financiado pelo CDI; ONG Associação ressurgir patrocinado pelo Banco do Brasil; o Programa Federal do Primeiro Emprego do Ministério do Trabalho, da Ação Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro; e por último o projeto de educação à distância Webaula que o governo de Minas Gerais está adotando junto com o grupo Webaula.

II.2 - CENTRO PÚBLICO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (CPFP) DE SANTO ANDRÉ

www.publicolivre.org.br e www.observatoriosantoandre.org.br

II.2.1 - Histórico

Em 1997, o Centro Público de Formação Profissional iniciou suas atividades educacionais, quando a Secretaria de Educação assumiu na cidade os programas de "qualificação e requalificação profissional".

Em 2003, o Centro Público especializou-se por área de conhecimento e, nesta época, surgiram disciplinas referentes à área de Tecnologia da Informação. Neste período foi realizado planejamento para inclusão de softwares livres, sem no entanto abandonar a plataforma windows, mas com perspectiva para migrar tudo para o ambiente de softwares livres. Este planejamento foi

antecipado devido ao roubo de trinta e seis máquinas, por isso adotando integralmente os softwares livres.

Em 2004, o Centro Público mudou de lugar e nome: Centro Público de Formação Profissional de “Tecnologia da Informação em Software Livre”.

II.2.2 - Objetivo

Sua finalidade é alfabetizar e qualificar para o mercado de trabalho, tendo como público alvo os desempregados de Santo André que correspondem a dez por cento da população, totalizando uns setenta e dois mil habitantes e parte da população que tem menos de um salário mínimo (R\$ 350,00 – Maio de 2006) de rendimento.

Possui uma média de setecentos alunos por ano, sendo 80 % com renda inferior a R\$ 350,00 (salário mínimo – Maio de 2006) e o restante de desempregados, com um perfil heterogêneo com faixa de idade variando entre quatorze e setenta anos.

II.2.3 - Infra-Estrutura

Como sistema operacional utiliza o Debian GNU/Linux versão SARGE, baseado em terminais leves Thinstations, executando os seguintes softwares: Openoffice, Mozilla (browser), Gimp (manipulador de imagem), Jashaka e blader (edição de vídeo), bluefish (editor web) e Squid (Proxy).

Utiliza como hardwares uma rede de 100 Mb/s com as seguintes características: um Servidor que armazena todos os arquivos e perfis dos usuários, com as seguintes propriedades , Celeron 1,7 Ghz, 2 Gb RAM e 160 Gb de HD e seis Servidores distribuídos nas cinco salas de aula, sendo que dois são Celeron 1,7 Ghz com 1 Gb RAM e 40 Gb de HD e quatro são Pentium III 1 Ghz com 1 Gb de RAM e 20 Gb de HD, possuindo sessenta estações Pentium 100 Mhz com 32 Mb RAM, usando os monitores LG e Microtec com placa de rede 3COM.

II.2.4 - Aplicabilidade

Em relação ao processo de aprendizagem adota o PIQ (Programa Integrado de Qualificação): um programa multiseriado que se divide em PIQ I que se subdivide em fundamental 1, considerado 1ª a 4ª com duração de dois anos e o alfa que se refere antes da alfabetização, o PIQ II inicial de 5ª e 6ª e o final de 7ª a 8ª com duração de dois anos e finalmente o PIQ III de 1ª a 3ª durando aproximadamente um ano, sabendo-se que o município certifica os programas PIQ I e PIQ II, e o governo federal certifica o PIQ III. Estes programas mesclam com os cursos especializados, podendo citar, o curso de Técnica de Microinformática (TMI) com o PIQ II e os cursos Técnicas Avançadas de Microinformática (TAM) e Manutenção de micros com PIQ III.

O CPFP apresenta quatro tipos básicos de divulgação: através do Site da própria instituição, www.publicolivre.org.br e www.observatoriosantoandre.org.br, de eventos tais como Semana do Centro Público que realiza várias atividades, como diagnóstico e reparação dos micros da comunidade sem custo de mão de obra, periodicidade de uma vez por ano; Eventos de Jovens e Adultos e Pontos de Cultura financiado pelo Ministério da Cultura, refere-se a áudio e vídeo, onde se reúne todas as escolas tanto pública com particular, realizado uma vez por ano.

Enfim, para atingir tais objetivos, solicita à Central de Trabalho e Renda de Santo André os perfis que o mercado está exigindo com finalidade de capacitar os discentes baseado nestas informações. Porém não existe uma metodologia para acompanhar aqueles que saíram do Centro Público como feedback para verificar se a metodologia lá empregada está atingido satisfatoriamente o objetivo.

Não existe também uma política de incubadora e parceria com empresas privadas com intuito de facilitar a inclusão dos discentes no mercado de trabalho. Estas incubadoras seriam uma das portas para o mercado de trabalho.

Desejam, como retorno, utilizar a política pública de forma a financiar com o dinheiro público, com pretensão de alfabetizar e alocar os desempregados e qualificar parte da população com renda inferior a um salário mínimo.

II.3 - CENTRO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (CEACA)

II.3.1 - Histórico

A ONG CEACA (Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente) surgiu com a criação da creche Patinho Feliz e, o aumento da necessidade da comunidade, foi responsável pelo seu desenvolvimento. Assim, em 1995, iniciou-se o projeto de inclusão digital, com a Escola de Informática e Cidadania (EIC), patrocinado pelo CDI (Comitê de Democratização da Informática). Depois, em 2002, a FAETEC entrou no projeto, com os computadores e professores da área de informática.

II.3.2 - Objetivo

Esta ONG tem como finalidade desenvolver um trabalho de apoio à educação formal e ao mercado de trabalho, utilizando a informática como um dos meios para atingir este objetivo. Como público alvo, abrange a Comunidade do Complexo do Macaco (morro do Macaco, Pau da Bandeira...) com idade de seis anos até a terceira idade.

II.3.3 - Infra-estrutura

Com o apoio do Comitê de Democratização da Informática (CDI), utiliza softwares da Microsoft, tais como: Windows 2003 Server, Windows XP, Word, Excel e Powerpoint.

O Centro Comunitário Lídia dos Santos (CEACA), localizado no complexo do Macaco, tem três laboratórios de informática financiados, cada um, por instituições diferentes. O primeiro é voltado para crianças de seis até dez anos com uma infra-estrutura de dez estações com configurações de Pentium 100 Mhz , 200 Mhz e memória de 16 e 32 Mb, rodando windows 98, doadas pelo Banco do Brasil. O segundo é um laboratório com treze estações com CPU Sempron 2200 e memória de 138 Mb, rodando Windows XP e Office XP, fornecidos pela FAETEC, e o terceiro é usado como Cybercafé contendo dez micros Pentium 100 Mhz , 200 Mhz e memória de

16 Mb e 32 Mb e um Servidor de um Gb, Sempron 3200 e oitenta Gb de Hd, doados pelo CDI, conectado com a Internet com o link de 1 Mb/s.

II.3.4 - Aplicabilidade

No curso de especialização existem dois módulos que são o básico, constituído das seguintes matérias: Word, digitação, Introdução da Internet e Sistema Operacional; e o módulo avançado que engloba a Internet avançada, Excel e PowerPoint, com duração de três meses cada. Antes de cursar estes módulos, o CEAC faz uma triagem com a finalidade de formar as turmas conforme o perfil. Existe também um curso de montagem de micro com duração de três meses, mas o pré-requisito para cursar este módulo é que já tenha cursado o módulo básico e avançado.

O laboratório para as crianças entre seis até dez anos de idade, serve para reforçar o aprendizado ministrado nas escolas através de softwares educativos. Para o corpo técnico do CEAC, há um treinamento para a formação pedagógica voltada para a área de informática, ministrado pelo CDI.

A divulgação do projeto é feita por cartazes que são fixados na comunidade e entre os próprios membros da comunidade como forma de propagar a existência do projeto.

Para atingir tais objetivos é realizado um levantamento dos dados referente às demandas da comunidade e dos empregadores locais, a fim de qualificar a comunidade e suprir essas necessidades.

Pretende-se, assim, desenvolver um trabalho sócio educativo junto às crianças e adolescentes advindas de famílias de baixa renda, com a finalidade de facilitar a inserção na sociedade através de uma boa educação e emprego.

A manutenção dos projetos de inclusão é obtida através de parcerias tais como o Banco do Brasil, CDI e FAETEC, e também pelo núcleo de geração de renda como o T@I.com, o

Cybercafé, onde cobra-se uma taxa de R\$ 1,00 /hora para acessar a Internet, e também um valor simbólico para gravação de Cds e elaboração de cartões personalizados.

II.4 - ONG ASSOCIAÇÃO RESSURGIR – ESCOLA FAMÍLIA

www.ressurgir.org.br

II.4.1 - Histórico

A história da ONG Associação Ressurgir - Escola Família iniciou-se quando a Dr^a. Albenita Correia era chefe do setor de saúde mental do Hospital Municipal Salles Netto (H.M.S.N.) no Rio Comprido. Nesta época, ela fazia parte de um grupo de profissionais do Hospital. Durante sua permanência no Hospital conheceu o programa da ONG Renascer do Hospital da Lagoa que desenvolvia um trabalho com base na relação criança internada. Este projeto foi fundamental para criação da Associação Ressurgir no dia 20 de janeiro de 1995 que, no primeiro momento, chamou-se Ressurgir Grupo de Apoio a Crianças e Adolescentes.

Logo a seguir percebeu que o trabalho precisava ser ampliado, buscando cercar toda família de um atendimento holístico, descobrindo assim sua vocação maior, passando a chamar Associação Ressurgir – Escola de Família, pois foi sentido que a falta de informação aliada à miséria das famílias encaminhadas pelo hospital levavam à manutenção do círculo vicioso :MISÉRIA + DOENÇA + FALTA DE INFORMAÇÃO = INTERNAÇÃO e REINTERNAÇÃO. Surgiu, então, o desejo de ajudar a família através da inclusão social e cidadania.

II.4.2 - Objetivo

Seu objetivo principal é a inclusão social e cidadania através de uma equipe interdisciplinar, com famílias com condições precárias de sustentabilidade, encaminhadas pelo Hospital Municipal Salles Netto. O público desejado são crianças de dez até dezoito anos, provenientes do Hospital Municipal Salles Netto.

II.4.3 - Infra-Estrutura

Como softwares utiliza o Windows XP e o pacote Office XP (Excel, Word e Powerpoint) doado pela Microsoft. E, em relação aos hardwares, existe uma sala de informática com micros doados pela ETWA, empresa holandesa com a finalidade de apoiar o terceiro mundo, com as seguintes características: Sempron 2800 com 256 Mb de memória. Nesta sala existe apenas um profissional de informática que ministra as aulas, sendo custeado pela Empresa MPL Corporate Software, e a outra sala com micros doados pelo Banco do Brasil.

II.4.4 - Aplicabilidade

A instituição desenvolve programas nas áreas de saúde, educação e geração de renda, com a finalidade de promover a inclusão social das famílias assistidas provenientes do Hospital Municipal Salles Netto. São eles: acesso à cidadania (reconhecimento dos direitos e deveres); atendimento à família (assistência psicossocial); alimentando e vestindo (doação de cestas básicas e roupas), trabalho e geração de renda (artesanato); inclusão digital (oficina de informática) e o mais recente, o Café Ressurgir (curso de coffee break). A família entra no programa com duração de um ano e meio no mínimo, recebendo durante o programa uma cesta básica no valor de sessenta e oito reais (R\$ 68,00) em alimentos não perecíveis por mês como forma de incentivo. Se faltar duas vezes ao processo educativo perderá o direito de receber a cesta básica durante um mês.

A divulgação do projeto fica sob a responsabilidade do Hospital Municipal Salles Netto, a quem está diretamente ligado. E a ONG se mantém através da mobilização da sociedade civil (doações em espécie, alimentos não perecíveis, roupas, brinquedo, material escolar) e com a participação voluntária de profissionais liberais de diferentes segmentos, e através de parcerias que apóiam os projetos sociais como empresas mantenedoras (Prefeitura, Estácio, BNDES, Metrô Rio, White Martins e Corporate Software MPL) e empresas apoiadoras (Cândido e Ortiz, DoctorRio e Vizual).

A fim de observar se os objetivos estão sendo atingidos, existe um processo chamado (PADEF– Plano de Desenvolvimento Familiar) que avalia a Família qualitativamente e quantitativamente a cada dois anos para verificar se atingiu o objetivo proposto. Espera-se, assim, resgatar a saúde integral, a auto-estima, a cidadania e, principalmente, a integração social das famílias assistidas.

II.5 - AÇÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL DO RIO DE JANEIRO

www.acaocomunitaria.org.br

II.5.1 - Histórico

Ação Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro é uma organização social sem fins lucrativos, reconhecida como de Utilidade Pública Federal e Estadual. Foi fundada há 39 anos por um grupo de empresários brasileiros preocupados em melhorar a qualidade de vida de milhares de cidadãos brasileiros, residentes em favelas e em conjuntos habitacionais populares. Daí o seu pioneirismo na área da responsabilidade social no Brasil.

Em um determinado momento de sua história, a ACB/RJ chegou a atuar, simultaneamente, em 64 favelas e 16 conjuntos habitacionais populares do estado, beneficiando cerca de 150.000 pessoas que tiveram oportunidade de desenvolver suas capacidades e passar a protagonizar própria história.

Em 2000, a instituição iniciou uma grande mudança substantiva na sua estrutura e funcionamento. Nesse processo, sua equipe original foi substituída e re-conceituada sua missão, objetivos, programas, estratégias e parcerias.

Atualmente a ONG atua na Vila do João no Complexo do Alemão que é o maior e um dos mais antigos complexos de favelas do Rio de Janeiro e tem uma das maiores concentrações de população de baixa renda do município vide Figura III.1. Cerca de quarenta por cento dos educadores e monitores da ONG vivem na Maré e no Conjunto habitacional de Cidade Alta que foi construído em 1969 e está localizado no bairro de Cordovil, na zona norte do Rio de Janeiro, figura

III.2. Conta com cerca de vinte e cinco mil moradores, muitos oriundos de remoções de antigas favelas da zona sul. Assim como na Vila do João, grande parte de educadores é da comunidade, somando cerca de setenta por cento.



Figura III.1 - ONG Vila do João – Complexo da Maré



Figura III.2 – ONG Cidade Alta - Cordovil

II.5.2 - Objetivo

Segundo seu Estatuto Social, a Ação Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro tem como missão promover e defender os direitos de cidadania de milhares de brasileiros excluídos social, econômica e culturalmente do desenvolvimento do país, principalmente de jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social. Desenvolve programas e projetos visando seu crescimento pessoal e intelectual, resgate da auto-estima e conquista da autonomia,

prioritariamente por meio da sua inserção no mundo do trabalho via o empreendedorismo solidário. A ACB/RJ acredita que seu papel é criar oportunidades para que esses jovens e essas mulheres façam escolhas conscientes e responsáveis que os permita protagonizarem sua história, além de apontar para tecnologias e políticas sociais inovadoras que possam ser internalizadas por parte do poder público.

O público almejado que participa do programa Primeiro Emprego são estudantes de dezesseis e vinte e quatro anos da comunidade de Cordovil e Parada de Lucas, com renda per capita familiar de até meio salário mínimo (R\$ 175,00).

II.5.3 - Infra-Estrutura

Como softwares, o programa Primeiro Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego utiliza o Office 2003 (Word, Excel e PowerPoint) para a inclusão digital. E como hardware, a ONG Ação Comunitária do Brasil se associou ao Ministério do Trabalho e Emprego junto com outras vinte e quatro ONGS que participam do Programa Federal do Primeiro Emprego. Esta associação foi responsável pela criação de duas salas de informática contendo oito micros e numa outra sala dezesseis micros com as seguintes características: Duron (1600 Mhz e 1800 Mhz) com 256 Mb de RAM e 40 GB de HD. A ONG também possui uma biblioteca chamada Bonde das Letras com três computadores que acessam a internet através de uma banda larga (Velox).

II.5.4 - Aplicabilidade

A ONG abre um dia de inscrição e o candidato escolhe a Oficina que pretende cursar do programa Primeiro Emprego. O processo seletivo é constituído de uma redação (dissertação) a respeito da oficina escolhida, uma entrevista com o assistente social e um psicólogo. O programa é constituído de oito oficinas (cabeleireiro, serigrafia, gastronomia, marcenaria, manicure, costura, artesanato e empreendedorismo) que se divide em dois módulos: um módulo técnico (cabeleireiro, manicure, serigrafia) e outro de formação integral (português, matemática e informática) com duzentas horas de duração para cada módulo perfazendo cinco meses. Este modelo de

aprendizagem compreende uma parte técnica e a outra de competências, e existe uma prova mensal para acompanhar o desenvolvimento dos estudantes que, ao acessarem este programa, podem optar em ser um voluntariado para fazer serviço civil. Por ser voluntário ganha um incentivo de cento e vinte reais para trabalhar quatro horas por semana em empresas tais como MacDonald, BOB's e outras empresas que estão participando do programa Primeiro Emprego. Essas empresas emitem uma declaração para o estudante comprovar junto a ONG a sua frequência como voluntariado, e a ONG encaminha a declaração para o Banco do Brasil que libera o valor da bolsa-auxílio.

A ONG possui outras oficinas que não estão incluídas no programa do Primeiro Emprego tais como grafitaria, dança (balet), capoeira, karate, núcleo de Moda (modelagem, bordado).

Para divulgar o projeto, utiliza faixas que são colocadas nas comunidades, sites e carro de som para divulgar os trabalhos sociais que a Ação Comunitária do Brasil realiza.

Na ONG existe um coordenador de inserção com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento dos estudantes na sociedade através de avaliações. Em 2005, participaram do programa de Primeiro Emprego duzentas e cinquenta pessoas, sendo cem na Maré e cento e cinquenta em Cordovil; deste total sessenta e cinco por cento conseguiram o objetivo de entrar no mercado de trabalho. Espera-se, através do programa, a inclusão no mercado de trabalho através de parcerias tais como Di Santini, Bob's, Mac Donald, Carrefour.

Para manter o projeto, a ONG Ação Comunitária do Brasil cria vários projetos sociais em parcerias com as Empresas privadas e com o governo. Podemos citar como exemplo desta parceria, o programa Primeiro Emprego com o Ministério do Trabalho e Emprego que forneceu os micros e que financia o custo do projeto, o núcleo de arte com a Shell que forneceu os equipamentos para a oficina de arte plástica. Com estas iniciativas foram criadas várias incubadoras com a finalidade de se auto sustentarem, como exemplo, a oficina de gastronomia que fabrica pães para vender à comunidade e empresas, assim como a oficina de corte e costura que fabrica peças que são comercializadas no mercado.

II.6 - WEBAULA

www.webaula.com.br

II.6.1 - Histórico

O Grupo WebAula nasceu através da joint-venture entre as empresas: Poliedro Educacional e Zargon Computação. Ambas atuam na área do ensino há mais de 17 anos e sempre aliaram a tecnologia na melhoria de seus processos educacionais. O seu sistema de gerenciamento para educação a distância foi apresentado ao mercado em novembro de 1999, quando foi lançado o portal com o mesmo nome do grupo. Neste portal, foram disponibilizadas dezenas de cursos gratuitos de informática, já passaram pelo portal mais de 400 mil alunos, sendo que a média de acesso chega a um aluno a cada dois minutos. Neste período, descobriu-se também a vocação social do site que se tornou importante ferramenta contra a exclusão digital no país.

II.6.2 - Objetivo

Este projeto visa a adoção do sistema de ensino a distância através da Internet (e-learning) para capacitar alunos em diversos cursos profissionalizantes.

Como público alvo estão os cidadãos que desejam aprimorar seus conhecimentos para melhorar sua carreira profissional; principalmente pessoas da faixa social C, D e E, de variadas faixas etárias e que não possuem contato costumeiro com computadores e internet, mas que desejam se aperfeiçoar profissional e pessoalmente através da capacitação técnica em cursos profissionalizantes.

II.6.3 - Infra-Estrutura

A WebAula S/A disponibilizou softwares desenvolvidos pela própria empresa para gerenciamento em salas virtuais, possibilitando a emissão de diversos tipos de relatórios, permitindo estratégias de avaliação variadas, atendendo aos objetivos de fixação, verificação e “mensuração” do aprendizado.

II.6.4 - Aplicabilidade

O grupo WebAula está participando do projeto de inclusão digital junto ao Governo de Minas Gerais tendo a função de fornecer Cartões webAula, intitulados “Passaporte para a Cidadania”, para a comunidade adjacente aos CVT’s (Centros de Vocação Tecnológica) que é uma unidade de formação profissional básica e de prestação de serviços voltada para a difusão de conhecimentos práticos na área de serviços técnicos e para a transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processos produtivos. Apresentando uma estrutura de ensino com base em laboratórios e salas de inclusão digital, está orientada para capacitar as pessoas para o trabalho no campo de suas atividades profissionais e Telecentros.

Cada Passaporte da Cidadania (vide a figura III.3) permite que o portador escolha 1 dos 60 cursos disponíveis para cursá-lo através da internet com assessoria virtual de uma equipe de tutores e assessoria presencial através de um monitor do Telecentro ou CVT. Ao final dos treinamentos pela internet, o aluno passa por uma avaliação e, caso tenha resultado superior ou igual a 70%, seu certificado é disponibilizado para impressão. Todo o banco de dados formado pelo conhecimento dos alunos é disponibilizado para pesquisas de perfis e conhecimento, em entidades como SINE (instituição responsável por angariar oportunidades para o 1º emprego, no Brasil) e iniciativa privada. Assim, pesquisas de perfis podem ser realizadas através de um clique propiciando aos selecionados terem oportunidade de ascensão profissional ou até mesmo o tão sonhado primeiro emprego. Este projeto ganhou como melhor Projeto de Inclusão Digital de 2005

no Ministério da Ciência e Tecnologia e melhor Projeto de Inclusão Digital da América Latina com direito a palestra em Seminário na França.



Figura III.3 – Passaporte da Cidadania

Alguns cursos ficam disponíveis na internet que são acessados mediante cartões WebAula (Passaporte para a Cidadania). Os cursos foram adaptados pela equipe WebAula para melhor aprendizado do aluno. Trata-se de uma estrutura em módulos condensados objetivamente que apresentam leitura simples e rápida ao alcance do treinando, deixando-o à vontade na demanda por conhecimentos, o que facilita a assimilação, devendo por isso no desenho do treinamento buscar-se a manutenção de um fluxo de atividades e comunicação que estimule o treinando a participar das atividades do curso, através da comunicação com rapidez possível ainda que realizada de modo assíncrono. Segue na figura III. 4 e figura III. 5 informações dos dez cursos mais procurados e dos cursos com maior índice de conclusão respectivamente.



Os 10 Cursos mais Procurados

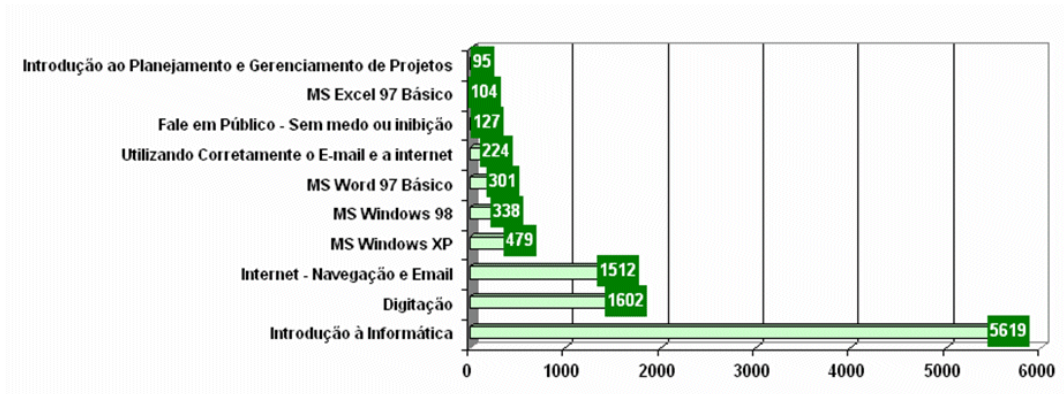


Figura III.4 – Os dez cursos mais procurados



Os 20 Cursos Com Mais Alunos Concluintes

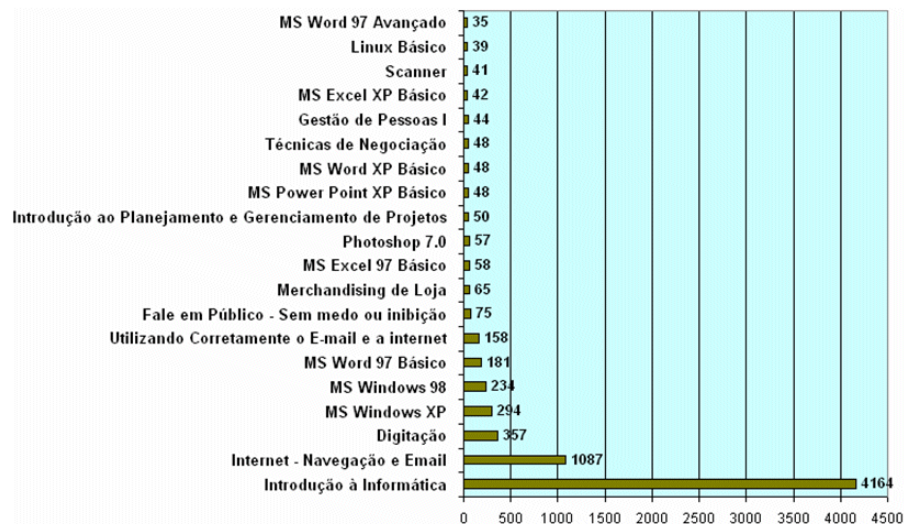


Figura III.5 – Os cursos com maior índice de conclusão

III - ESTUDO DE CASO: OFICINA ESPERANÇA

III.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Conforme observação de Albertin (2004) um modelo de Inclusão Digital deve contemplar pelo menos três dimensões: o acesso à tecnologia, a capacitação tecnológica e a resistência ou não em manuseá-la.

O projeto Oficina Esperança contempla as duas primeiras dimensões: o acesso à tecnologia, através do uso dos computadores, a utilização da banda larga ou acesso discado para acessar a Internet. Sem a Internet não podemos imaginar o sucesso de um projeto de inclusão digital. É através dela que interagimos com o mundo tornando-nos seres globalizados. Um projeto deste porte sem a ferramenta internet limitaria o interesse do público alvo e a inclusão digital propriamente dita.

III.2 - HISTÓRICO

O projeto de inclusão digital: Oficina Esperança, surgiu em março de 2004, quando foi apresentado ao pastor da comunidade a idéia de implantar o projeto na comunidade de São João de Meriti, por isso a comunidade desde então está construindo uma sala com uma infra-estrutura adequada para implantação do mesmo. Em abril de 2004, a equipe do projeto conseguiu, através de uma compra simbólica junto a GE (General Electric) que estava atualizando o seu parque tecnológico, os seguintes componentes: quatorze monitores e nove desktops no valor de R\$ 10,00 cada.

Em março de 2006, este projeto foi apresentado a ONG SASDEP que se interessou e sugeriu a implantação do mesmo em Guaratiba (Largo do Correia). Uma casa foi alugada pela comunidade local que também doou a infra-estrutura para iniciar um projeto de inclusão digital (computadores, mesas, cadeiras), que iniciou em junho de 2006 com uma turma com onze pessoas, e terminou no final de setembro.

III.3 - OBJETIVO

Atualmente o conhecimento da informática tornou-se requisito indispensável na busca de um bom emprego.

Por isso, o Projeto Oficina Esperança tem por objetivo capacitar jovens a serem usuários de informática e, ao concluir o curso, estarão mais capacitados para o mercado de trabalho. E a comunidade a ser atingida é de baixo índice de IDH em São João de Meriti (Vila Tiradentes -0,683 – 57º lugar no Estado), com jovens que hoje estão em desigualdade para disputar o mercado de trabalho, por falta de vários conhecimentos, incluindo nestes a Informática.

III.4 - PÚBLICO ALVO

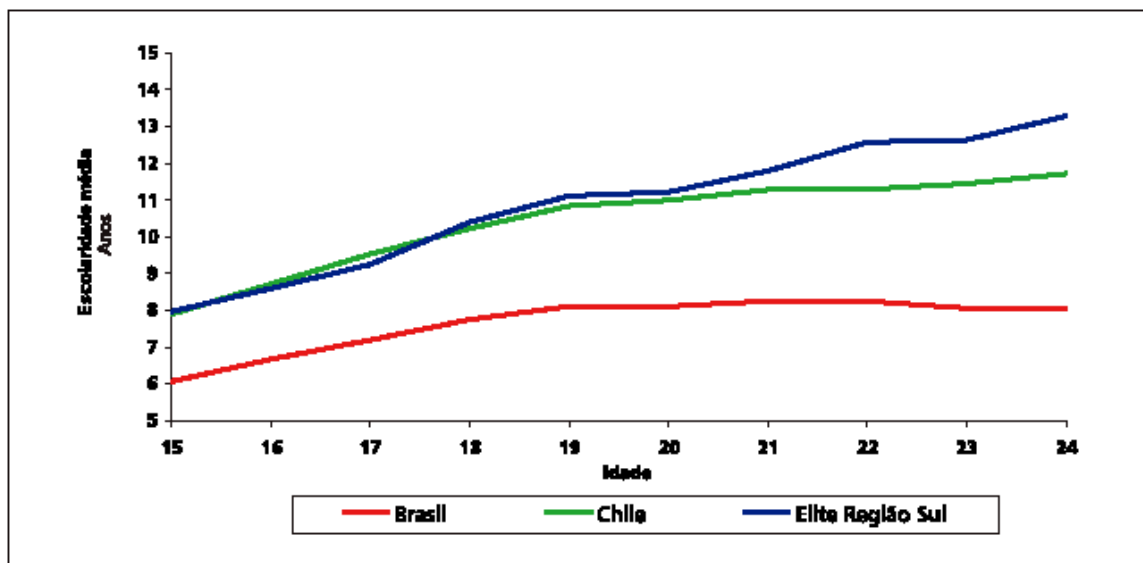
Conforme a pesquisa Brasil: O estado de uma nação (IPEA, 2005), a população jovem entre 15 a 24 anos em 2003 foi de 33,85 milhões, o que representa 19,5 % da população. A cada ano, a quantidade máxima de pessoas de uma determinada idade se desloca para idades mais avançadas. Mas há varias razões para que a sociedade hoje pense nos seus jovens. Uma delas, segundo a pesquisa está no fato de que “o futuro será construído por aqueles que hoje são jovens. Cuidar da juventude é nela investir para que toda e qualquer sociedade tenha um futuro melhor “.

O projeto Oficina Esperança está mais relacionado às questões de inclusão digital, principalmente à educação, por onde os jovens têm oportunidades de adquirir conhecimento, um bem valioso, fator determinante do crescimento econômico e da remuneração dos trabalhadores, por isso que incorporar conhecimento representa um aumento do bem-estar.

A pesquisa IPEA realizou duas comparações: a primeira os jovens são comparados com os de outro país latino americano cuja renda per capita é semelhante a nossa. Percebe-se que existem diferenças significativas em termo de acessos à educação. O país utilizado nesta comparação é o Chile. E a segunda comparação busca estabelecer uma meta baseada nas oportunidades educacionais oferecidas aos jovens de classes sociais privilegiadas no Brasil (região sul). Através dessas comparações, concluí-se que o Brasil não fornece aos jovens o pleno

acesso a todos os níveis educacionais; em parte isso ocorre por limitação de recursos gerando uma desigualdade educacional entre eles.

No Brasil, segundo a pesquisa (IPEA, 2005) a escolaridade média da população jovem é inferior a oito anos de estudo, ou seja, em média os jovens brasileiros não completaram sequer a educação fundamental. Enquanto isso, no Chile, a escolaridade média supera dez anos de estudo e atinge onze anos entre jovens da elite da região sul do país. Isso indica um atraso, em média de dois a três anos de estudo em relação aos grupos de comparação (Gráfico IV.1). Porém ao longo dos últimos vinte anos, a escolaridade média cresceu 2,3 anos de estudo; os grupos etários que mais expandiram foram os jovens com idade entre 18 e 21 anos. Mas seriam necessários 15 anos para que a escolaridade média brasileira alcançasse a situação chilena atual e 18 anos para que chegasse à situação atual da elite na região Sul.



Fonte: PNAD 2002

Gráfico IV.1 – Escolaridade média dos jovens no Brasil, Chile e elite na região Sul.

Para assegurar ao jovem um adequado desenvolvimento e uma melhor transição à idade adulta, é fundamental o acesso pleno a educação para reduzir essas desigualdades que têm amplas, profundas e duradouras conseqüências, difíceis de remediar ou compensar mais tarde, na idade adulta.

E este projeto tem como objetivo mitigar esta desigualdade através da informática com uma proposta de implementar um projeto de inclusão digital com custo reduzido conforme o item IV.5 desta dissertação.

III.5 - INFRA-ESTRUTURA

Em Guaratiba, encontrava-se uma casa com duas salas, uma sala com as mínimas condições para a implantação do projeto Oficina Esperança, com quatro computadores com as seguintes características: dois micros 486 com 36 Mb de Ram cada , um Pentium 100 MHz com 64 Mb de Ram e um Pentium 4 1.8 GHz com 256 Mb de Ram, onde estavam instalados o Windows 98 e o pacote completo do BrOffice 2.0 (BROffice Base, BROffice Calc, BROffice Draw, BROffice Impress, BROffice Math e BROffice Writer), conectada à Internet via discada, devido a não existência do serviço de banda larga na região do Largo do Correia e a outra com equipamentos para aulas teóricas.

Na comunidade de Meriti, a sala em construção terá capacidade de suportar dez micros que rodarão o sistema operacional Kurumin, conectada à Internet através de uma banda larga e uma sala para aulas teóricas com a finalidade de reforçar o aprendizado.

Atualmente, para este projeto a equipe já conseguiu, através de doações, nove micros (Foto IV. 1) e dois servidores (Foto IV.2) que serão usados pelo público alvo.



Foto IV. 1 – Nove micros doados.



Foto IV. 2 – Dois servidores.

III.6 - APLICABILIDADE

Este projeto visa à capacitação destes jovens para o mercado de trabalho com cursos básicos de informática (sistema operacional, editor de texto, planilha eletrônica), manutenção de computadores e formação de instrutores.

As aulas serão ministradas na sala ao lado da Igreja Nova Vida em Meriti e já foi implementada na ONG Sasdep em Guaratiba (Largo do Correia), a qual já tem por característica atender/ajudar toda a comunidade sem distinção de pessoas.

A primeira turma que ingressou no projeto iniciou-se em junho de 2006 e foi dividida em duas: uma teórica e outra prática, mas a primeira aula foi apresentação da ementa do curso

Tabela IV.1 – Ementa do curso.

Disciplina	Teoria (h)	Prática (h)	Total de horas
Introdução à Informática	6	6	12
Editor de Texto	6	6	12
Planilha Eletrônica	2	2	4
Conceitos básicos Internet	2	2	4

III.7 - DIFICULDADE

Como a região de São João de Meriti (Vila Tiradentes) possui baixo IDH (0,683 – 57º lugar no Estado) conforme a terceira edição dos Estudos Socioeconômicos dos Municípios Fluminenses (Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2002), percebe-se uma demora na construção da infra-estrutura, que começou em 2004 e a previsão de término é final de 2007. Podemos citar vários fatores: dependência de doações tanto financeira quanto material, dificuldade de encontrar patrocínio, inexperiência dos membros referente à implantação do projeto. Esta inexperiência foi percebida quando um dos membros sugeriu que o Projeto Oficina Esperança participasse de uma seleção de projetos sociais do Programa Novos Brasis do Instituto Telemar. Este programa da Telemar tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento social do país através do apoio a projetos inovadores focado na transformação social de comunidades de baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), tendo a tecnologia como fator de aceleração, beneficiando, primordialmente, crianças e jovens.

Para participar do Programa Novos Brasis, as propostas devem apresentar idéias originais e visar à implantação de um projeto, ou ao seu redirecionamento. Isto é, o Instituto Telemar não investe na simples continuação de um projeto existente, e sim de novos projetos.

Ao verificar os critérios do Programa e do preenchimento do formulário (Anexo I) com o intuito de participar do Programa Novos Brasis, notaram-se que alguns itens mencionados não seriam atendidos no momento pela inexperiência da equipe, principalmente os critérios referentes ao cronograma de execução, orçamento detalhado e perspectiva de sustentabilidade com a finalidade de tornar o projeto auto sustentável, tudo isto foi determinante para não participar deste Programa.

Outra sugestão proposta para facilitar a implementação do projeto Oficina Esperança, foi a tentativa de criar uma ONG para atender o objetivo. De acordo com a lei 9790, 23 de março de 1999, conhecida como "a nova lei do Terceiro Setor", visa, no geral, estimular o crescimento do Terceiro Setor. Para tanto, faz-se necessário construir um novo arcabouço legal, ou seja, o Estado

reconhece publicamente a existência de uma esfera que é pública, não pela sua origem, mas pela sua finalidade: é pública, embora não estatal. Assim como qualquer outra entidade, as OSCIPs ou ONG têm um Estatuto, no qual deverá conter requisitos legais e normas, a fim de evitar fraudes, atitudes e posturas antiéticas no âmbito da sociedade; com objetivo de promover a assistência social, cultural, defender e conservar o patrimônio histórico e artístico, promover também a gratuidade da educação, da saúde e outras atividades com a finalidade de fortalecer a Sociedade Civil.

Conforme a Lei N° 9790, de 23 de março de 1999, as OSCIPs são públicas, embora não estatais, então reconhece como tendo caráter público organizações não estatais. Isso é um escândalo para boa parte dos dirigentes e funcionários governamentais, que ainda pensam que o Estado não só detém por direito, como deve continuar mantendo de fato em suas mãos, eternamente, o monopólio do público.

Nos extremos desse campo de concepção, uma parte dos dirigentes governamentais atuais, encara como forma das empresas não pagarem impostos. Na contramão das mudanças que ocorrem no plano mundial neste início de século e de milênio - dentre as quais, talvez, a mais significativa seja a emersão de uma esfera pública não-estatal - esses dirigentes partem da premissa de que todo mundo é culpado até prove o contrário. Sendo assim, esmeram-se em dificultar ao máximo a vida das organizações da Sociedade Civil, quer criando obstáculos burocráticos de toda ordem ao seu reconhecimento institucional, quer negando-lhes o acesso a recursos públicos - dificultando a celebração e a execução de convênios e abolindo ou reduzindo incentivos, dos quais, é bom dizer, sempre foram e continuam sendo beneficiárias as empresas muito mais do que as entidades sem fins lucrativos, soma-se a tudo isto os escândalos envolvendo as OSCIPs, tornando-as malquistas pela sociedade.

Por isso não é difícil entender as razões pelas quais ainda estamos engatinhando nesse terreno, tornando-se inviável a criação de uma ONG que atendesse o objetivo do Projeto Oficina Esperança, podemos citar também a burocracia para criação de uma simples ONG (Revista

Integração CETSP/ EAESP / FGV, 2000 – Anexo II) que por sua vez atenderia o objetivo da lei 9790:

- ✓ Primeiro passo: Convocar uma reunião, onde deverão ser explicitados os objetivos, as necessidades para a criação da ONG;
- ✓ Segundo passo: Convocação da assembléia geral, na qual será oficializada a mesma com a convocação de todos os interessados. No dia da Assembléia, deverá haver um Livro de presença que registrará todos os interessados em participar da assembléia e um Livro de Atas, no qual serão anotadas as assembléias, assinadas pelos presentes.
- ✓ Terceiro passo: Elaboração do estatuto; alguns itens essenciais que devem estar contido no Estatuto:
 - ✓ Nome e sigla da entidade;
 - ✓ Sede e foro;
 - ✓ Finalidades e objetivos;
 - ✓ Se os sócios respondem pelas obrigações da sociedade;
 - ✓ Quem responde pela entidade;
 - ✓ Os sócios e seus tipos, entrada e saída, direitos e deveres;
 - ✓ Poderes, tais como assembléia, diretoria, conselho fiscal;
 - ✓ Tempo de duração;
 - ✓ Como os estatutos são modificados;
 - ✓ Como a entidade é dissolvida;
 - ✓ Qual o destino do patrimônio, em caso de dissolução.
- ✓ Quarto passo: A eleição da Diretoria da ONG;
- ✓ Quinto passo: Registrar a ONG no cartório civil, devido às exigências do cartório esta etapa torna-se muito burocrática, sem o registro a ONG não existe de fato.

Diante deste problema, procurou-se outra alternativa que consistia na procura de Empresas Estatais que pudessem viabilizar o Projeto Oficina Esperança ou através de patrocínio ou de doações, por isso foi feito contato com o Banco do Brasil que possui um Programa de Inclusão Digital (Anexo III). Para participar deste projeto precisava pelo menos ter um mínimo de infraestrutura, mas, como foi mencionado, o prazo para o término da construção da sala do projeto Oficina Esperança está previsto para o final de 2007, portanto inviabilizou a participação.

Outra empresa procurada foi a Petrobras Distribuidora que estava desfazendo dos micros antigos através de doações, devido atualização do seu parque tecnológico, mas as instituições que poderiam receber as doações eram instituições de Ensino Municipal, Estadual e Federal ou qualquer ONG que possua o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Este certificado é obtido junto ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que exige várias

documentações (Anexo IV), tornando o processo burocrático e inviabilizando mais uma vez a implantação do Projeto Oficina Esperança.

O projeto Oficina Esperança foi implantado em Guaratiba através da comunidade local, mas durante a implantação surgiram várias dificuldades que fizeram com que o projeto se tornasse inviável:

- ✓ Pouca divulgação da existência do curso na comunidade;
- ✓ Falta de pessoal de apoio para parte administrativa (secretaria, pessoal de limpeza);
- ✓ Estado precário da casa cedida para o curso (falta do quadro negro nas salas), falta de bancadas e materiais para aulas práticas;
- ✓ Dificuldade de manter a linha telefônica e aluguel da casa;

III.8 - SOLUÇÃO

Devido a tantos problemas, uma das soluções foi associar-se a uma ONG cujo nome é SASDEP (Serviço de Assistência Social Deus Proverá), que facilitou a implantação do projeto em Guaratiba (Largo do Correia) através de doações de salas, micros, mesas e cadeiras feitas pela comunidade local.

Após a determinação de uma data de inauguração do curso, foi feita uma triagem dos interessados pela aula de informática através de um formulário (Apêndice II), isto foi fundamental para o sucesso do projeto, onde se percebeu a heterogeneidade dos interessados. Logo depois foi realizada uma aula de apresentação com a finalidade de apresentar a ementa do curso e as normas relativas ao curso e avaliação que consistem em: no final de cada módulo teria uma prova escrita e uma avaliação pessoal (instrutor) para aferir o desempenho do aluno, avaliação da aula prática, valor simbólico de um real para cada material do curso com a finalidade de valorizar o material utilizado, métodos para verificar o interesse do aluno através de lista de frequência e preenchimento de formulários de avaliação do curso (Apêndice III).

O projeto de Guaratiba foi fundamental para adquirir experiência que estava faltando ao grupo e, com certeza, será levado para São João de Meriti, onde já está sendo testado o Sistema

Operacional Kurumin 7.0; por várias razões: o sistema operacional está em português, já vem instalado o OpenOffice que é idêntico ao Office da Microsoft e do BOffice (Apêndice IV) que foi utilizado em Guaratiba; outro motivo é a utilização do LTSP (Linux Terminal Server Protocol). Com este protocolo, o projeto pode utilizar micros antigos, a partir de 486, sem HD nem CD-ROM, apenas 32 MB de RAM, placa de rede e um drive de disquetes (ou um chip de boot espetado na placa de rede) e criar uma próspera rede de terminais leves, onde os terminais dão boot através de disquete ou através do protocolo PXE, mas como os micros são de modelos antigos, o boot será via disquete onde está armazenado um software minúsculo chamado Etherboot. Este procedimento reduzirá o custo do projeto, porque não será preciso a utilização de HDs nos terminais, e a manutenção desta estrutura não será complexa, onde toda a configuração desta solução ficará centralizada num único ponto (Apêndice V), ou seja, num micro cuja configuração de hardware será melhor do que nos terminais onde serão exibidas as imagens dos aplicativos que estarão rodando num computador mais potente (Servidor).

Como mencionado, os monitores e os desktops foram obtidos junto a GE (General Electric) através de uma compra simbólica, mas nem todos os monitores estavam funcionando, por isso foi necessária a contratação de um profissional de eletrônica para repará-los com custo reduzido. Deste total foram recuperados dez monitores, foram doadas algumas impressoras que também foram recuperadas a um valor reduzido, todas essas ações foram feitas com a finalidade de viabilizar o projeto.

CONCLUSÕES

Percebemos que os indicadores de inclusão digital (IBCD, CGI e IBGE), apresentados neste trabalho, retratam a realidade brasileira referente ao tema. Por exemplo, o indicador do IBCD foi criado como um parâmetro para os países elaborarem uma política de inclusão digital; este indicador é composto por vários índices conforme a figura 1.2, e mostra que a parte de estrutura de telecomunicações foi a que obteve a melhor nota, depois da privatização, mas o índice referente à inclusão digital teve o pior resultado dentre os outros índices que compõem este indicador. Podemos citar como causa as altas taxas dos serviços de telecomunicações e o elevado custo para construir e manter uma infra-estrutura de inclusão digital. O segundo índice reforça que pouco se avançou na luta contra a exclusão digital, mostrando que são poucos os domicílios brasileiros que possuem computador e que a posse deste está relacionada à classe social, à renda e à escolaridade do respondente; então os que têm pelo menos um computador possuem uma condição social, educacional melhor dos que não têm um computador em seu domicílio. E o último indicador apresenta o perfil dos incluídos: a maioria é estudante, a idade média é baixa (28,6 anos), a renda é alta, têm mais de quinze (15) anos de estudo, homens e mulheres usam a rede quase na mesma proporção.

O assunto torna-se relevante após o surgimento do novo paradigma, a “Sociedade da Informação”. Alguns a consideram como um novo modelo técnico-econômico representando uma grande mudança na organização da sociedade e da economia, por isso reconhecida como um recurso estratégico e propulsor do desenvolvimento de um país; e é considerada como uma nova era em que a informação flui a alta velocidade e em grande quantidade devido, principalmente, ao surgimento da Internet.

Outro aspecto importante refere-se aos projetos de inclusão digital tais como: “e-gov” ou “governo eletrônico” que tem como finalidade a promoção da cidadania; o “Projeto Casa Brasil” com intuito de levar a inclusão digital, cidadania, cultura e lazer às comunidades de baixa renda; “Computador para Todos” que consiste de financiamento de computador com juros baixos para os

excluídos digitalmente, que foi responsável pela inclusão digital das camadas intermediárias, conforme a última pesquisa do CGI (2007); e a política adotada referente à TV Digital que será um dos meios futuros de inclusão digital usado pelo Governo Federal. Contudo não podemos deixar de citar a falta de uma política mais integrada por parte dos governantes tanto nas esferas Federais, Estaduais e Municipais referente ao assunto.

Não podemos deixar de citar dois projetos privados: o Programa Novos Brasis, do Instituto Telemar que prioriza projetos inovadores que produzem impactos relevantes na comunidade, perspectivas de sustentabilidade, com a finalidade de gerar trabalho e renda. E o projeto Um computador por Aluno (Projeto UCA), ligado ao Massachusetts Institute of Technology (MIT), que pretende vender milhões de computadores portáteis para as escolas com custo simbólico.

Observamos também a importância deste tema no campo educacional utilizando a tecnologia, por isso o termo “tecnologia educacional”. Litwin (1993) a define como “o corpo de conhecimentos que, baseando-se em disciplinas científicas encaminhadas para as práticas do ensino, incorpora todos os meios a seu alcance e responde à realização de fins nos contextos sócio-históricos que lhes conferem significação”, que é fundamental para o Projeto Oficina Esperança cujo objetivo é a inserção dos jovens (entre 15 a 24 anos - IPEA, 2005) para o mercado de trabalho usando a tecnologia, a informática.

Por este motivo, o trabalho aborda na prática cinco casos referentes à inclusão digital, mostrando o histórico, o objetivo, a infra-estrutura, a aplicabilidade de cada projeto. Como experiência importante para agregar valores para o Projeto Oficina Esperança, podemos citar o “Centro Público de Formação Profissional” de Santo André que utiliza uma infra-estrutura de software livre com equipamentos obsoletos para redução de custos; a “Ação Comunitária do Brasil” do Rio de Janeiro que em 2000 fez uma grande mudança na sua estrutura e funcionamento com a finalidade de participar do Programa Primeiro Emprego do Governo Federal.

Ao final do trabalho, são descritas as dificuldades para implantar o Projeto Oficina Esperança mostrando a complexidade de combater a exclusão digital através da ótica de uma

equipe que está inserida no contexto. Estas descrições reforçam os dados das pesquisas institucionais relatados neste artigo (IBCD, CGI e IBGE).

Outro aspecto importante refere-se às parcerias que foram mencionadas como uma das soluções; essas parcerias são fundamentais para a aceleração do desenvolvimento da inclusão digital e para a sustentabilidade de um projeto de inclusão digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A WORLD Wide Web cresce mais do que nunca. O Globo, Rio de Janeiro, 24 out. 2005. Caderno Informática ETC, p. 17.

AÇÃO Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.acaocomunitaria.org.Br>>. Acesso em: 02 ago. 2006.

ALBERTIN, A. L., ALBERTIN, R. M.; Tecnologia de Informação. 1. ed. Editora Atlas, 2004.

ALMEIDA, C.; FRANÇA, M. Inclusão digital de 32 milhões. O Globo, Rio de Janeiro, 24 mar. 2007. Economia, p. 35.

ALMEIDA, C.; ORTONEZ, R.; TAVARES, M. Exclusão digital atinge mais de 120 milhões acima de 10 anos de idade. O Globo, Rio de Janeiro, 24 mar. 2007. Economia, p. 36.

ATLAS BRASILEIRO DAS TELECOMUNICAÇÕES. Revista Teletime. Rio de Janeiro: Editora Glasberg. 7 ed., dez. 2006.

BANCO do Brasil. Disponível em: < <http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/id/index.jsp>>. Acesso em: 11 maio 2006.

BAGIO, Rodrigo. Mapa da exclusão digital. Rio de Janeiro: CDI/FGV, 2003. Disponível em: < http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/apresentacao/Texto_Principal_Parte1.pdf> Acesso em: 30 nov. 2007.

BANDLER, James; Stecklow, Steve. Laptop a \$100 pode ter sido uma idéia boa demais para sobreviver. Valor Econômico, Rio de Janeiro, p. b10, 26 nov 2007.

BARBOSA, Eduardo; Barbosa, Alexandre; Moura, Dácio ; Inclusão das Tecnologias de Informação na Educação através de Projetos – Congresso Anual de Tecnologia da Informação (CATI 2004) – FGV- EAESP.

BRASIL avança em uso das TICs, mas ainda está atrás de Argentina e Venezuela. Disponível em: < <http://www.cgi.br/infoteca/clipping/2006/midia59.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2006.

CASA Brasil. Disponível em <<http://www.iti.br/twiki/bin/view/Main/ProjetoCasas>> Acesso em: 05 jan. 2005.

CENTRO Público Tecnológico. Disponível em < <http://www.observatoriosantoandre.org.Br> > Acesso em: 16 fev. 2006.

CGI 2006, Segunda pesquisa sobre o uso da Tecnologia de Informação e Comunicação no Brasil. Disponível em: < <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2006/index.htm> >. Acesso em: 31 mar. 2007.

CGI 2007, Terceira pesquisa sobre o uso da Tecnologia de Informação e Comunicação no Brasil. Disponível em: < <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2007/index.htm> >. Acesso em: 11 abr. 2008.

_____, Empresas apostam no comércio pela web (2006). Disponível em: < <http://www.cgi.br/infoteca/clipping/2006/midia40.htm> > Acesso em: 25 ago. 2006.

CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/institucional/conselhos1/novo-conselho-nacional-de-assistencia-social-cnas/> >. Acesso em: 20 jul. 2006.

COMO Criar uma ONG. Revista Integração CETSP/ EAESP / FGV. Abr. 2000. Disponível em: <http://www.paranafundacoes.com.br/como_criar_ong.pdf >. Acesso em: 10 abr. 2006.

COMPUTADOR para todos. Disponível em <<http://www.computadorparatodos.gov.br>> Acesso em: 05 jan. 2005.

COUTINHO, L., FERRAZ, J. C. (coord); Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. Campinas: Editora da UNICAMP/Papirus, 1994.

DARELLI, L. E.; Telecentro como instrumento de inclusão digital para o E-gov Brasileiro, 2002. 124 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) UFSC. Santa Catarina.

DUARTE, P.; TAVARES, M. TV Digital: transmissão começa no fim de 2007. O Globo, Rio de Janeiro, 11 out. 2006. Economia, p. 33.

EXCLUSAO Digital ainda atinge maioria dos brasileiros, mostra a pesquisa. O Globo, Rio de Janeiro, p. 28, 9 nov. 2006.

FERRAREZI, E.; Rezende V. OSCIP — Organização da sociedade civil de interesse público: a lei 9.790/99 como alternativa para o terceiro setor. 2. ed. Brasília : Comunidade Solidária, 2002. 116 p.

FERREIRA, R.; A Sociedade da Informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15971.pdf> > Acesso em: 16 ago. 2006.

FILHO, Antônio; Os três pilares da inclusão digital. Disponível em < http://inclusao.ibict.br/index.php?option=com_sobi2&sobi2Task=sobi2Details&sobi2Id=10&Itemid=2 > Site do ministério das comunicações. Acesso em: 20 ago. 2006.

GARCIA, A.; KOSAKA, D.; Utilização de Tecnologia de Educação a Distância no Ensino de Instalações Elétricas Industriais – COBENGE – 2004.

GODINHO, R.; Índice novo dá nota baixa ao Brasil. Gazeta Mercantil, Rio de Janeiro, 30 Mar. 2006.

GOVERNO quer dobrar inclusão digital. O Globo, Rio de Janeiro, 1 nov. 2006. Economia, p. 31.

GRISPUN, M. (Org.); Educação Tecnológica Desafios e Perspectivas. 2 ed. - São Paulo: Cortez Editora, 2001.

IBOPE, Brasileiros com acesso à Internet já são 36,9 milhões (2007). Disponível em: < <http://www.ibope.com.br> > Acesso em: 4 dez. 2007.

_____, SITES de vídeos atingem 4,2 milhões de internautas residenciais (2006). Disponível em: < <http://www.ibope.com.br> > Acesso em: 25 ago. 2006.

IBGE, Estimativas para a população. Disponível em: < <http://www.ibge.com.br> > Acesso em: 25 ago. 2006.

IBGE, Índice de Brasileiros que acessam a Internet. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet/defaulttab_hist_.shtm > Acesso em: 17 ago. 2006.

IBCD, Índice Aponta Aspectos de Desenvolvimento e Retração do Brasil na Área de Convergência Digital – Abril/Maio 2006. Disponível em: <<http://www.ibcd.com.br/>>. Acesso em: 25 Abr. 2006.

IDC, Internet rouba cena da TV entre jovens no Brasil, diz IDC. Disponível em : < <http://computerworld.uol.com.br/telecomunicacoes/2006/08/10/idgnoticia.2006-08-10.1393146854/> > Acesso em: 18 set. 2006.

INFO Online, Intel venderá PC e laptop de baixo custo no Brasil. Disponível em: < <http://info.abril.com.br/aberto/infonews/052006/29052006-6.shl>> Acesso em: 01 Jun. 2006.

INSTITUTO Telemar. Disponível em: < <http://www.oifuturo.org.br/oifuturo.htm#/> >. Acesso em: 05 jan. 2004.

INTERNET substitui a televisão. Extra, Rio de Janeiro, 17 ago. 2006. Info Extra, p.5.

IPEA 2005 – Estudos e Pesquisas. Brasil: O estado de uma nação – Capítulo VIII – Juventude no Brasil. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/default.jsp> > Acesso em: 14 ago. 2007.

LAPTOP de U\$ 100 fica mais caro e similar da Intel tem redução de preço. O Dia, Rio de Janeiro, 4 out. 2006. Internet, p. 3.

Lei 9790, de 23 de Março de 1999. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9790.htm> > Acesso em: 06 de fev. 2006.

LITWIN, E. (Org.); Tecnologia educacional: política, histórias e propostas. 2 reimpressão – Porto Alegre: Artmed, 2001.

LUCIANO, E. M.; Tecnologia, Exclusão e Desenvolvimento: Abrangência, Intensidade e Alternativas – Congresso Anual de Tecnologia da Informação (CATI 2005) – FGV- EAESP.

LULA assina decreto que cria a TV digital no país. O Globo, Rio de Janeiro, p. 25, 30 jun. 2006.

MACHADO, A., MONTEIRO, E.; Ibase e RNP, pai e mãe da rede verde-e-amarela. O Globo, 16 maio 2006. Info ETC, p. 3.

MACHADO, A.; MONTEIRO, E.; Rede longe do Brasil profundo. O Globo, 26 mar. 2007. Info ETC, p. 3.

MACHADO, A.; MONTEIRO, E.; Cadê a telefonia fixa ?. O Globo, 26 mar. 2007. Info ETC, p. 3.

MACHADO, A.; À procura de uma Internet Cidadã. O Globo, 26 mar. 2007. Info ETC, p. 4.

MACHADO, A.; MONTEIRO, E; A Inclusão que se carrega no bolso. O Globo, 26 mar. 2007. Info ETC, p. 18.

MARCHETTI, A. P.; Educação a Distância: Diretrizes e Contribuições para a Implantação – COBENGE – 2004.

MEC 2005. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/> >. Acesso em: 02 maio 2007.

_____. MEC denuncia a falta de 250 mil professores nas escolas públicas do país. Disponível em: < <http://www.horadopovo.com.br/2003/junho/06-06-03/pag5d.htm> >. Acesso em: 10 nov 2007.

MILER, N.; MOURA, P. Na medida para estudantes. Extra, Rio de Janeiro, 5 out. 2006. Info Extra, p.3.

MINISTERIO propõe regulamentação do uso do FUST, que tem R\$ 5 bilhões. O Globo, Rio de Janeiro, p. 33, 12 out. 2006.

MIRANDA, A.; Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a10v29n2.pdf> > Acesso em: 16 ago. 2006.

MONTEIRO, E. Internet: com que conexão?. O Globo, Rio de Janeiro, 01 maio 2006. Info Etc, p. 3.

MONTEIRO, E; Governo: A lei do FUST é um grande nó. O Globo, 26 mar. 2007. Info ETC, p. 4

MOURA, P. O sonho do computador. Extra, Rio de Janeiro, 16 nov. 2006. Info Extra, p. 3.

NERI, Marcelo. Motivações e Metas Educacionais. Conjuntura Econômica Vol. 61 N° 05 , Maio de 2007.

NERI, Marcelo; Retornos da Educação no Mercado de Trabalho, 2005. Disponível em < http://www4.fgv.br/cps/simulador/quali2/Apresentação/FGV_Pesquisa_Retornos_da_Educação.pdf > Acesso em: 06 jun. 2007.

NUNES, I.; Noções de Educação a Distância. Instituto Nacional de Educação a Distância. Disponível em <<http://www.cni.org.br/links/links-at-educacao.htm#textos>> Acesso em: 13 Set. de 2004.

OLIVEIRA, Fátima. Tecnologia da Informação e da Comunicação: desafios e propostas. São Paulo: Pearson Prentice Hall: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ONG Associação Ressurgir – Escola Família. Disponível em <<http://www.ressurgir.org.br>> Acesso em: 28 jul. 2006.

O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam. Pesquisa Nacional Unesco, São Paulo: Moderna, 2004.

PC popular vai ganhar upgrade. O Dia, Rio de Janeiro, 1 nov. 2006. Internet, p. 3.

PDE, Plano de Desenvolvimento Educacional. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/> >. Acesso em: 31 maio 2007.

PNAD 2004. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/> >. Acesso em: 06 jan. 2005.

- PNAD 2005. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/>>. Acesso em: 25 ago. 2006.
- PORCARO, R.; Tecnologia da Comunicação e Informação e Desenvolvimento: Políticas e Estratégias de Inclusão Digital no Brasil. IPEA, Rio de Janeiro, jan. 2006.
- RANDALL, N.; Aprenda em uma (1) semana INTERNET; tradução de João E. N. Tortello – Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- REGISTRO de domínios.br cresce 21,7% nos últimos 12 meses. Disponível em: < <http://www.cgi.br/infoteca/clipping/2006/midia51.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2006.
- SAMMARONE, D.; GODINHO, R. Em Busca da Justiça Digital. Inclusão Digital B2B Magazine – Ano 5 n° 51 – Mar. 2005.
- SANCHO, Juana M.; Para uma Tecnologia Educacional; trad. Beatriz Afonso Neves. 2 reimpressão – Porto Alegre: ArtMed, 2001.
- SEED 2007 – Secretaria de educação à distância. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=com_content&task=view&id=9570&interna=6 > . Acesso em: 08 dez 2007.
- SOCIEDADE da Informação no Brasil – Livro Verde. Disponível em: < <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html>>. Acesso em: 25 ago. 2006.
- TELECENTRO. Disponível em: <http://www.idbrasil.gov.br/docs_telecentro/Docs_telecentro/o_que_e>. Acesso em: 06 jan. 2005.
- THIOLLENT, Michel Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche. Organizado por Michel Thiollent, São Carlos: EdUFSCar, 2006.
- _____. Metodologia de Pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1986.
- TURBAN, Efraim; Rainer R.; Potter, Richard. Administração da Tecnologia da Informação; tradução de Teresa Cristina Felix de Souza – Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- TV Digital começará por Capitais e Brasília. O Globo, Rio de Janeiro, p. 27, 29 jul. 2006.
- TRIBUNAL de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Terceira edição dos Estudos Socioeconômicos dos Municípios Fluminense (2002). Disponível em: < www.tce.rj.gov.br > Acesso em: 10 nov. 2007.
- UM Sonho de cem dólares. Extra, Rio de Janeiro, 5 out. 2006. Info Extra, p. 4.
- YIN, R. K.; Estudo de caso: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi – 3. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2005.

BIBLIOGRAFIA

ECO, U.; Como se Faz uma Tese – 20 ed. – Perspectiva Editora, 2005.

GIL, A. C.; Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 4 ed. – São Paulo: Atlas, 1994.

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/Site/>> Acesso em: 02 maio 2007.

Petrobras Distribuidora. Disponível em: <<http://www.br.com.br/portalbr/calandra.nsf>>. Acesso em: 15 maio 2006.

SASDEP <<http://www.sasdep.com.br>>. Acesso em: 19 maio 2006.

SEVERINO, A. J.; Metodologia do Trabalho Científico - 22 ed. rev. e ampl. De acordo com a ABNT - São Paulo: Cortez, 2002.

TREVISAN, N.; Por mares nunca dantes navegados: estudos para a inclusão da população de baixa renda na sociedade da informação, 2005. 158 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos – São Paulo.

WebAula. Disponível em: <<http://www.webaula.com.br>>. Acesso em: 02 ago. 2006.

APÊNDICE I – Questionário usada nas entrevistas

- A criação (Histórico)?
- Qual a finalidade?
- Qual o público alvo (abrangência)?
- Quais os softwares utilizados?
- Quais os hardwares utilizados?
- Qual o processo usado (aprendizagem)?
- Quais são os meios de divulgação relacionados ao projeto?
- Quais os parâmetros necessários para atingir o objetivo?
- Qual o retorno pretendido?

APÊNDICE II – Formulário do perfil do estudante

Preencha os espaços em branco com um X

Definição de Perfil			
Qual a sua formação?	Médio	Fundamental	Superior
	Completo	Incompleto	
Renda familiar?	< 1 sal. mín.	> 1 sal. mín. e < 3 sal. mín.	
	> 3 sal. mín. e < 6 sal. mín.		> 6 sal. mín.
Qual a sua Idade?			
Sexo:	Masc.	Fem.	
Posse, acesso e domínio de ferramentas computacionais.			
Você tem acesso a computador?			
Não			
Sim, na escola de informática			
Sim, na escola de parentes.			
Sim			
Você tem e-mail?			
Não			
Sim, em provedor gratuito (Ibest, IG, click21, etc)			
Sim, em provedor pago (Terra, Portoweb, etc)			
Com que frequência você usa	Computador	E-mail	Internet
Nunca			
Quase nunca			
Uma vez por semana			
Todos os dias			
Conhecimentos de Informática			
Não conheço			
Conhecimento básico (Windows, Internet)			
Conhecimento intermediário (Windows, Internet, e-mail e Word)			
Conhecimento avançado			
Qual o motivo de fazer o curso?			

APÊNDICE III – Formulário de Avaliação do Curso

Serviço de Assistência Social DEUS Proverá

Definição de Perfil					
Sexo:	Masc.		Fem.		
Avaliação da Disciplina		Excelente !😊	Bom 😊	Regular 😐	Péssimo 😞
Programa da disciplina X tempo de duração da disciplina					
Conteúdo programático					
Bibliografia básica adotada					
Avaliação do Professor		!😊	😊	😐	😞
Definição dos objetivos das aulas					
Domínio do Conteúdo					
Transmissão de conceitos e informações					
Pontualidade					
Assiduidade					
Auxílio extra classe					
Estímulo do senso crítico e do seu interesse pelo					
Encorajamento da sua participação em classe					
Listas de problemas, testes e trabalhos					
Relacionamento com a turma					
Cumprimento do programa da disciplina					
Avaliação do Aluno		!😊	😊	😐	😞
Sua preparação para acompanhar esta disciplina					
Consulta a bibliografia básica para estudar					
Além da bibliografia básica, utilização de outro livros					
Você fez os exercícios e/ou trabalhos indicados					
Você fez perguntas em aula para resolver dúvidas					
Você procurou o seu professor fora do horário de aula					
Avaliação do Ambiente		!😊	😊	😐	😞
Sala, iluminação, ventilação					
Recursos didáticos					
Atendimento Secretaria					
Sugestões					
Avaliação Geral (dê uma nota de 0 a 10)					

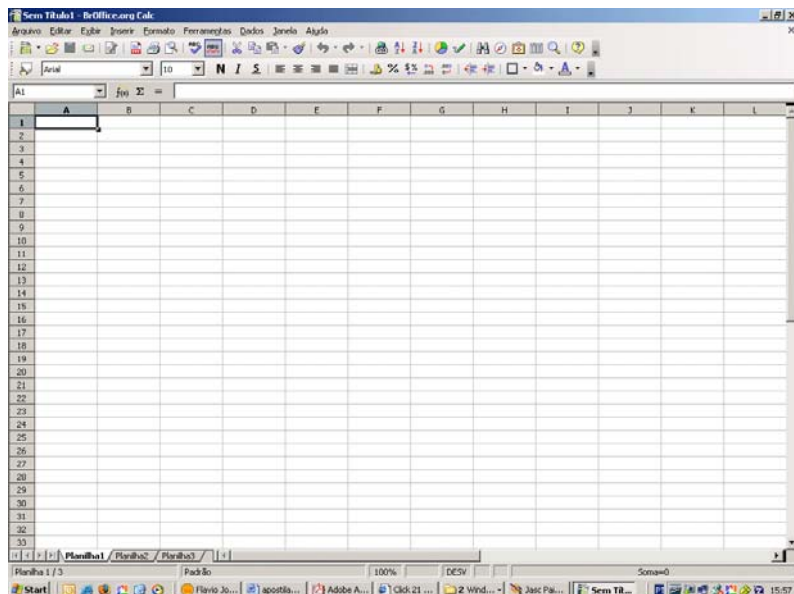
APÊNDICE IV – Apostila BrOffice 2.0

BROFFICE 2.0

SASDEP

junho/ 2006

O BROFFICE vem evoluindo junto com os computadores. Certamente você poderá encontrar outras versões desta planilha e notará que a forma de trabalhar é a mesma.



Observará também que certas versões diferem das outras porque umas têm uns recursos que facilitam o desenvolvimento de um trabalho outras mais antigas não tem tais facilidades.

Ao acessar o BROFFICE a primeira tela que vemos na maioria das versões é idêntica a esta ao lado.

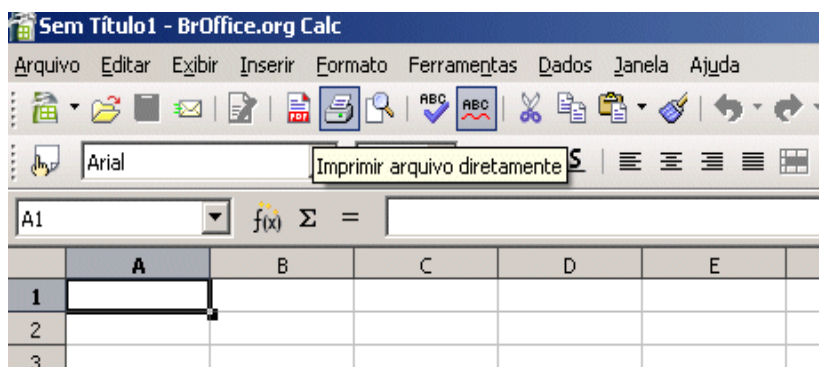
A nossa meta é dar a você uma noção de como usar esta planilha e também como poderá ajudá-lo no seu dia a dia. Fica claro que com o uso e a prática, novas idéias poderão surgir junto com novas dúvidas. Caberá a você encontrar as soluções e até mesmo definir a melhor forma de trabalhar escolhendo quais planilhas servirão de padrão para o trabalho diário.

PRIMEIROS PASSOS

A primeira tarefa para se trabalhar numa planilha é definir na mente de que forma ela deverá ficar no final do seu trabalho, definir quais e como cada uma das formulas serão usadas.

Se você está vendo uma planilha pela primeira vez, não se assuste, apenas idealize seu trabalho e antes de começar a desenvolvê-lo, procure ver quais ferramentas estão ao seu dispor. Observe no teclado a disposição de cada letra, número, etc.

Para iniciar, com o mouse, mova o cursor por sobre a primeira linha da tela onde estão as

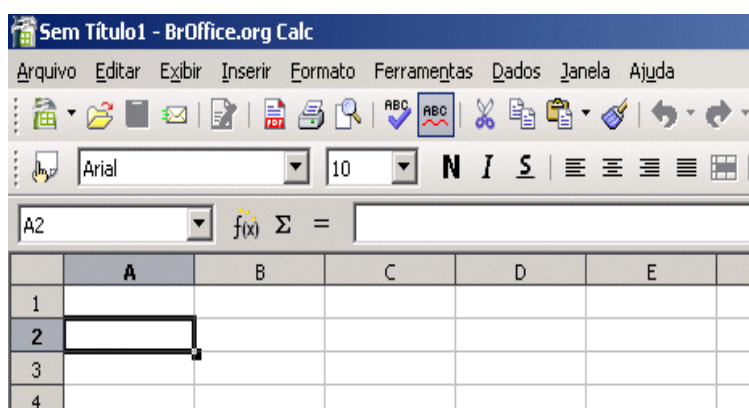


informações Arquivo, Editar, Exibir, etc.

Observe os botões que irão surgindo ao se passar por sobre as figuras e note que, logo abaixo do cursor, aparecerá a figura em forma de botão com mensagens para indicar a finalidade de cada figura.

Veja no exemplo acima de quando o cursor passou por sobre a figura que representa a impressora. Aparece uma tarja amarela indicando qual impressora está disponível ao sistema, para imprimir, naquele momento.

Preste atenção a cada informação, porém, não decore nada e nem se preocupe com isso, pois, a cada passada de mouse por sobre qualquer figura retornará a informação.



O nosso primeiro trabalho será apenas digitar a planilha exemplo para que nos ambientemos com o soft. Digite sem se preocupar com grafia, erros de qualquer espécie, regras de sintaxe ou qualquer outra razão, apenas digite e se errar melhor

ainda, apenas não tente corrigir. Em breve nós iremos adentrar ao BROFFICE, conhecer bem devagar o que ele pode nos oferecer, porém, antes de qualquer coisa, vamos aprender um pouco sobre **“Célula” e “Bloco”**.

A planilha é composta de linhas, identificadas por números, e colunas, identificadas por letras. A interseção da linha com a coluna resulta no elemento que chamamos de **célula**.

Veja, na figura a cima, o exemplo da interseção da linha 1 com a coluna A. Esta interseção(onde se encontra o cursor) criou a **célula** que será identificada como célula A1. A esta identificação nós chamaremos de endereço A1.

A idéia de Bloco é idêntica a de um editor. Aproveite a planilha que você digitou e coloque, com o mouse, o cursor na primeira linha da planilha. Clique a tecla esquerda do mouse, mas, não a solte!. Com a tecla esquerda pressionada mova com o mouse o cursor duas linhas para baixo e

note que “células” ficarão marcadas. Pronto! Você está determinando a sua planilha o trecho dela, ou seja, que **“Bloco”** você quer que ela faça a alteração que determinar. Este recurso tem várias finalidades que serão vistas mais tarde. O motivo desta informação ser dada agora foi, apresentá-lo ao **“Bloco”** e você saber que ele existe e vai ajudar muito.

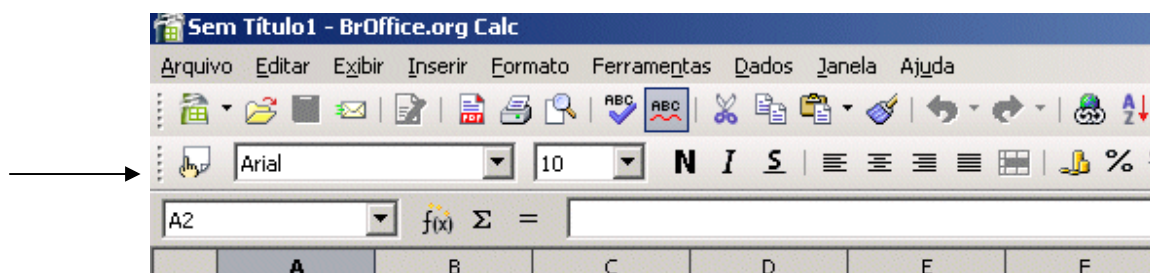
Antes que me esqueça gostaria de perguntar se você já conhece o efeito das teclas home e end na planilha? Para conhecer faça o seguinte: pressione a tecla ctrl do seu teclado e não a solte, depois com ela pressionada tecele home apenas dando um toque, solte e observe o resultado. É, você levou um susto e o cursor foi parar lá no início da planilha, não foi!.

Agora faça o mesmo com a tecla end, lógico que desta vez moveu o cursor para o fim da planilha! Então aproveite sua planilha e aprenda mais a mover-se com as setas para cima, para baixo, para esquerda e para a direita do seu teclado. Note que ao mover-se com as setas nada é alterado, apenas o cursor move-se a cada toque em uma das setas. Estas setas vão ajudar quando você esquecer de digitar um dado em uma determinada célula e quiser inserir o dado esquecido.

Seja curioso e faça uma outra experiência. Use a tecla ctrl e as setas em conjunto e observe o resultado. Será que o cursor vai ficar mais rápido? Tente agora a tecla Page Up e depois a Page Down.

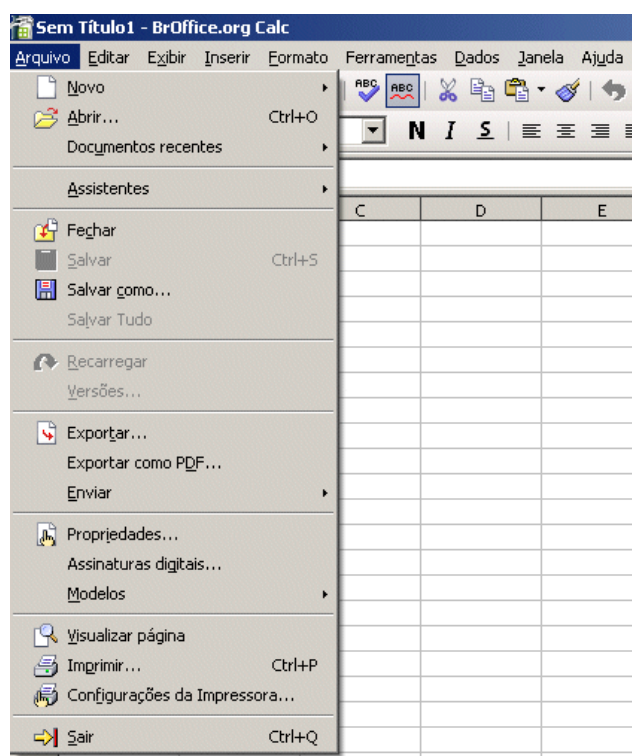
Ao terminar o primeiro contato com o teclado vamos ver como funcionam as teclas backspace e delete. Coloque o cursor sobre um dado digitado, pressione a tecla delete e observe o que acontece. Será que podemos chamar estas teclas de “borracha”?, ou seja, será que elas servem para apagar? Quem errou verá!

Bom! Está na hora de voce ser apresentado à primeira linha do vídeo de sua planilha. Aquela onde estão as informações Arquivo, Editar, etc. Antes de qualquer coisa quero que saiba que, o que for visto em Arquivo, por exemplo, terá uma ou mais figuras (Ícones) na segunda linha da planilha, que farão as mesmas tarefas, isto porque, nesta linha estão as tarefas mais comuns em uma planilha e se lá estão é porque você irá usá-las com maior freqüência.



Fica aqui um compromisso, o de mostrar que tarefa cada ícone (figura) executará na planilha.

Para acessar a opção “Arquivo” bastará você mover, com o mouse, o cursor por sobre a informação Arquivo até esta se transforme em um botão e em seguida pressionar a tecla esquerda do seu mouse. Logo após você dar o clique verá uma janela idêntica a esta ao lado.

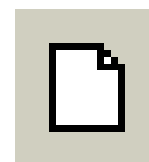


Em caso do seu mouse esteja com defeito você poderá acessar esta opção pressionando a tecla alt, do seu teclado, junto com a tecla A . Note que a letra A na palavra Arquivo está sublinhada.

Para acessar a qualquer opção da janela aberta, você poderá usar o mouse ou o recurso de pressionar a letra sublinhada.

Já, já vamos definir o que cada opção da janela irá executar quando for selecionada, mas, antes vamos aprender como acessar a cada linha da janela.

Na opção Novo observe o ícone que aparece a esquerda desta. Ele é idêntico ao primeiro ícone da segunda linha da planilha, consequentemente podemos concluir que fazem a mesma tarefa, ou seja,



opção.

abre

um arquivo novo. Faça um teste. Passe o mouse por sobre o primeiro ícone e note que aparecerá uma tarja amarela com a mensagem NOVO.


Observe também que do lado direito da opção Novo existe a mensagem ctrl+O . Isso indica que se pressionando a tecla ctrl, do teclado, junto com a tecla O obteremos o mesmo resultado.

Para terminar veja que nem todas as outras opções têm as mesmas facilidades, mas, acredito que já dá para trabalhar.

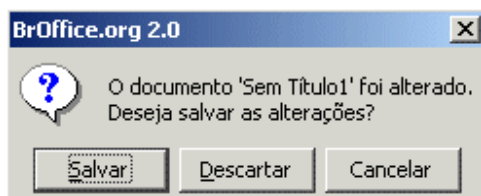
Janela Arquivo

A partir de agora vamos apenas definir cada opção da janela Arquivo e se houver alguma observação à acrescentar, faremos:

Novo – Usada quando queremos criar um arquivo novo, ou seja, quando iniciamos uma idéia nova e não temos nada gravado que possa servir de base para a nova planilha.

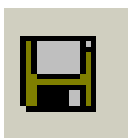
Abrir – Usada quando queremos dar continuidade a um trabalho já existente. Note que esta opção tem as mesmas características da opção  NOVO, ou seja, tem do lado esquerdo o segundo ícone da segunda linha da planilha e a direita tem a mensagem ctrl+A. Uma das várias vantagens do planilha é que podemos dar continuidade a um trabalho que começamos e fomos obrigados a interromper.

Fechar – usada quando terminamos um trabalho. Muitas vezes, por estarmos com pressa, saímos da planilha e esquecemos de fechá-la, mas, ela está preparada para evitar tais esquecimentos. Quando isto acontecer, antes de sair, a planilha irá colocar uma janela com a



mensagem “Deseja salvar as alterações feitas ?” e os três botões, Salvar, Não e Cancelar, conforme mostra a figura no fim da página anterior.

Cuidado de novo com a pressa! O botão Salvar se pressionado com o mouse, gravará a planilha da forma que estiver escrita e em seguida à apagará da tela. O botão Descartar se pressionado não gravará nada e à apagará da tela. Neste



caso perderá todo seu trabalho. O botão Cancelar se pressionado cancelará o abandono do trabalho e voltará à planilha para que dê continuidade ao que está fazendo.

Salvar – usada quando queremos gravar o nosso trabalho. Note que esta opção tem as mesmas formas de acesso que a opção NOVO, ou seja, tem do lado esquerdo o terceiro ícone da segunda linha da tela da planilha e a direita tem a mensagem ctrl+B. Esta opção é muito interessante termos sempre em mente quando do desenvolvimento do nosso trabalho, pois, devemos gravar (“SALVAR”) de tempos em tempos o nosso trabalho, isto porque, não sabemos a que momento irá faltar energia ou simplesmente acontecer uma oscilação grande da mesma que, certamente, apagará tudo que está na memória RAM do seu computador. É bom prevenir e ir sempre gravando o trabalho. Aproveite a oportunidade e grave agora.

Salvar **c**omo... – esta opção é idêntica a anterior, porém, ela é mais útil quando queremos fazer uma cópia de um arquivo padrão.

Um exemplo simples seria o de uma tabela que você quer fazer a partir de uma já gravada. Para fazer isto basta abrir o arquivo já gravado, proceder as alterações necessárias, e gravar o resultado com outro nome usando a opção salvar como. Desta maneira você mantém o original e cria um arquivo novo com novo nome.


Salvar área de **t**rabalho... – salva uma lista das pastas de trabalho (arquivos) abertas, seus tamanhos e suas posições na tela em um arquivo da área de trabalho para que a tela tenha a mesma aparência da próxima vez que você abrir o arquivo da área de trabalho.

Configurar página... – esta opção é usada para informar a sua planilha o formato do papel que será usado para imprimir o seu trabalho. Você definirá o tamanho, as margens, a forma de impressão, o layout, etc. Lembre-se do que já foi dito! Antes de começar a usar a planilha você deverá idealizar como será o resultado do seu trabalho. Não esqueça de antes de começar a digitar definir as características do papel que será usado.

Definir área de impressão – Define o intervalo selecionado (Bloco) como área de impressão, que é a única parte da planilha que será impressa.



Visualizar impressão – esta deverá ser usada antes de qualquer impressão para que você tenha uma idéia de como vai ser impresso o seu trabalho. Note que esta opção tem as características idênticas a opção NOVO, ou seja, tem do lado esquerdo o quinto ícone da segunda linha da planilha.

Imprimir – esta opção se alto define, mas, além de determinar a planilha que imprima seu trabalho, ela também servirá para definir por qual impressora será impresso, que tipo de acabamento, número de cópias,  quais páginas, etc. Note que esta opção tem as mesmas formas de acesso que a opção NOVO, ou seja, tem do lado esquerdo o quarto ícone da segunda linha da tela da planilha e a direita tem a mensagem ctrl+P.

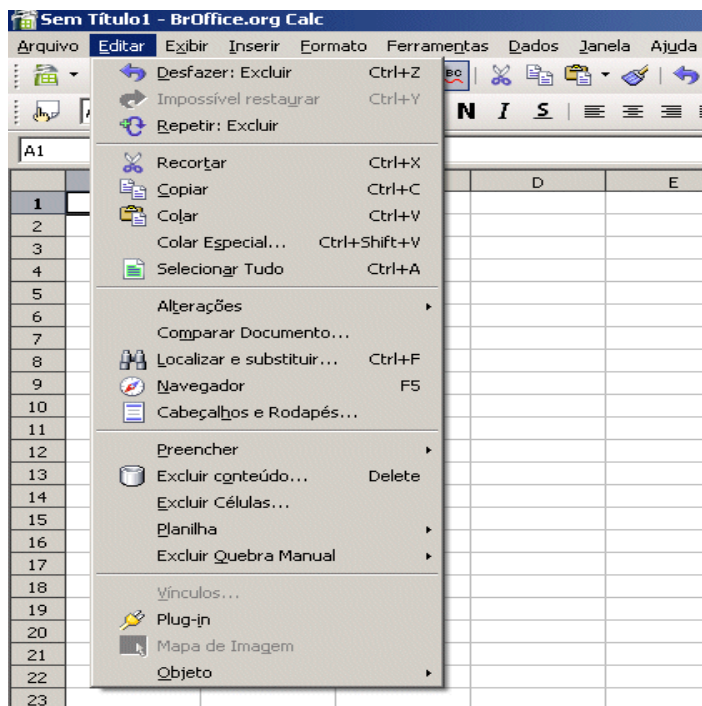
Propriedades... – exibe uma janela com as propriedades do arquivo ativo.

As opções que pulamos e não definimos são as que mais tarde voltaremos a elas. Na verdade estas não são interessantes usá-las no momento ou são tão auto explicativas que achamos desnecessário falar sobre elas. Um exemplo prático seria a opção Sair.

Logicamente é usada quando terminamos os nossos trabalhos e desejamos sair da planilha. Simples né!

Janela Editar

Agora vamos definir cada opção da janela Editar e se houver alguma observação faremos o



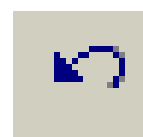
comentário:

Esta janela é a base da sua planilha, ou seja, tudo que aprendermos aqui será útil não só para a planilha como também para outros softs.

Quando aprendemos outros softs desenvolvidos para Windows observamos que muitas destas janelas se repetem com pequenas diferenças. Então podemos concluir que, se tivermos atenção e dedicação à tudo

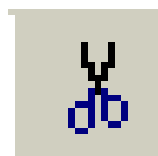
que aprendermos de agora em diante, não será difícil usar esse e outros softs, pois, tudo se desenvolverá dentro de uma mesma lógica.

Desfazer – esta opção se alto define. Determina a planilha que volte a posição anterior do seu trabalho. Ela serve para corrigir alguma tarefa indesejada que por ventura você tenha executado. A cada toque a planilha volta para a situação anterior e com isso você poderá voltar até a posição que desejar. Note que esta opção tem as características da opção NOVO, ou seja, tem do lado esquerdo o décimo primeiro ícone da segunda linha da tela da planilha e a direita a mensagem ctrl+Z. Resumindo, esta opção serve para desfazer qualquer erro inoportuno que sem querer cometermos.



Repetir – usada quando queremos cancelar a opção anterior. Esta opção só se ativa quando usamos a opção anterior.

Recortar – usada de várias maneiras. Esta opção basicamente apaga o **Bloco** da tela e o coloca na memória. Sua imaginação definirá o limite do emprego desta opção. Como exemplo simples, esta opção serve para apagar um trecho (um bloco) de sua planilha e reposicioná-lo ou não em outra parte dela. Um outro exemplo bem útil é quando você quer aproveitar uma fórmula de um outro arquivo e inseri-lo no que você está desenvolvendo. Esta opção só está ativa quando você define um bloco. Note que esta opção tem as características da opção NOVO, ou seja, tem do lado esquerdo o sétimo ícone da segunda linha da planilha e a direita tem a mensagem ctrl+X. Cuidado quando você definir um novo Bloco! Se depois definir o novo Bloco pressionar esta opção, você substituirá na memória o Bloco antigo pelo novo e perderá o antigo.



opção.
bloco)

Copiar – esta opção é idêntica a anterior, apenas ela não apaga da tela o Bloco definido. Também ficará por conta de sua imaginação definir o emprego desta opção. Ela é muito usada quando queremos repetir uma fórmula. Note que esta opção tem também as características da opção NOVO, ou seja, tem do lado esquerdo o oitavo ícone da segunda linha da planilha e a direita tem a mensagem ctrl+C.



as
ícone

Colar – usada em conjunto com as opções anteriores. Ela coloca na tela onde estiver o cursor o bloco que você gravou na memória quando usou a opção Recortar ou Copiar. Você poderá usar esta opção para copiar para um bloco ou várias vezes um mesmo dado, pois, quando você pressiona a opção colar ela imprime na tela o que estava na memória, porém, não apaga o dado da memória. Note que esta opção tem do lado esquerdo o oitavo ícone da segunda linha da planilha e a direita tem a mensagem ctrl+V.



Colar especial... – Este comando poderá não estar disponível se você não tiver recortado ou copiado um objeto, bloco, texto ou conteúdo de uma célula para a área de transferência. Para obter maiores informações, clique no comando Ajuda da janela Ajuda do seu programa e, em seguida, pesquise o recurso sobre o qual você deseja outras informações.

Preencher/para Baixo - copia o conteúdo e o formatos das células localizadas na parte superior de um bloco para as células abaixo. Para preencher um bloco acima em vez de baixo mantenha pressionada a tecla shift e clique em Para baixo na opção Preencher da janela Editar.

Preencher/para Direita - copia o conteúdo e o formatos da célula à extrema esquerda ou das células de um bloco para as células à direita. Para preencher a seleção à esquerda em vez da direita mantenha pressionada a tecla shift e clique em À direita na opção Preencher da janela Editar.

Preencher/para Cima - copia o conteúdo e o formatos das células localizadas na parte inferior de um bloco para as células superiores do bloco. O conteúdo e os formatos copiados substituem o conteúdo e os formatos existentes.

Preencher/para Esquerda - copia o conteúdo e o formatos da célula à extrema direita ou das células de um bloco para as células à esquerda. O conteúdo e os formatos copiados substituem o conteúdo e os formatos existentes.

Limpar/tudo – remove todo o conteúdo e a formatação, incluindo comentários das células selecionadas.

Excluir – com esta opção você poderá eliminar uma célula, uma linha ou uma coluna.

Excluir planilha – exclui as planilhas selecionadas da pasta de trabalho. **Cuidado!** Você não pode desfazer este comando.

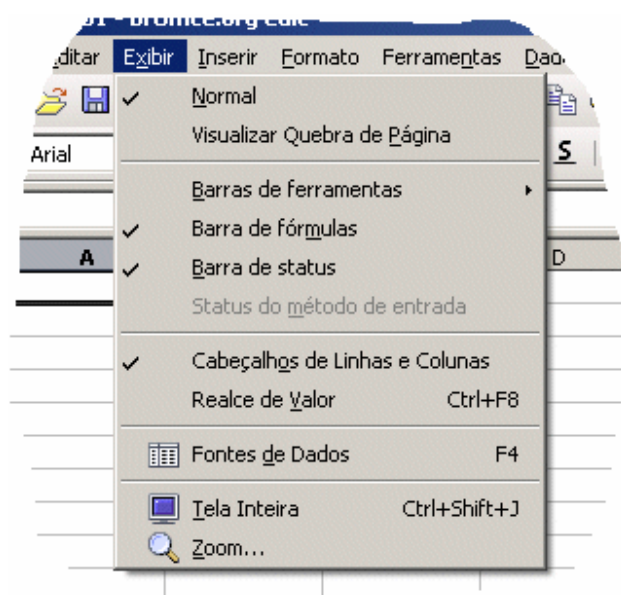
Localizar – usado quando sua planilha está muito grande e você não quer procurar uma fórmula ou um dado. Esta tarefa pode ser feita pela sua planilha, principalmente quando o que você procura não pode ter erro. Observe que do lado direito da opção **L**ocalizar existe a mensagem ctrl+L. Isso indica que se pressionando a tecla ctrl do teclado junto com a tecla L acessaremos a opção localizar.

Substituir – usada quando queremos substituir um dado por outro. Esta opção se torna mais útil quando estamos desenvolvendo uma grande planilha e já não mais sabemos aonde o dado se encontra e temos que procurá-lo para substituí-lo. Observe que do lado direito da opção **S**ubstituir

existe a mensagem ctrl+U. Isso indica que se pressionando a tecla ctrl do teclado junto com a tecla U acessaremos esta mesma opção.

Ir para... – usada quando queremos nos movimentar rapidamente dentro de uma planilha muito grande. Imagine que você está na célula A02 e quer se posicionar na célula G200. Este é um dos casos onde esta opção é muito útil e pode reduzir seu tempo de acesso. Ao se usar esta opção a planilha abre uma janela onde você definirá entre várias opções o elemento de busca.

Voltamos aqui para lembrar que também nesta janela existe outras opções que não definiremos agora e motivo é o mesmo que já comentamos.



Janela Exibir

Esta janela está relacionada com a aparência da sua planilha.

Nela você poderá definir quais os botões aparecerão na segunda linha da planilha, qual o layout, quais as barra de ferramentas serão exibidas, ou outros detalhes que facilitarão o seu trabalho com a planilha.

Cabeçalho e rodapé – esta é uma opção que tem relação com sua planilha, pois, com ela definimos qual o cabeçalho ou rodapé será impressos em cada página.

As opções Itela inteira e Zoom têm direta com a visualização da planilha. Caso deseje teste estas opções. Como já comentamos essas são auto-explicativas.

Janela Inserir

Esta janela está relacionada com o layout planilha, ou seja, qual a aparência final da planilha.

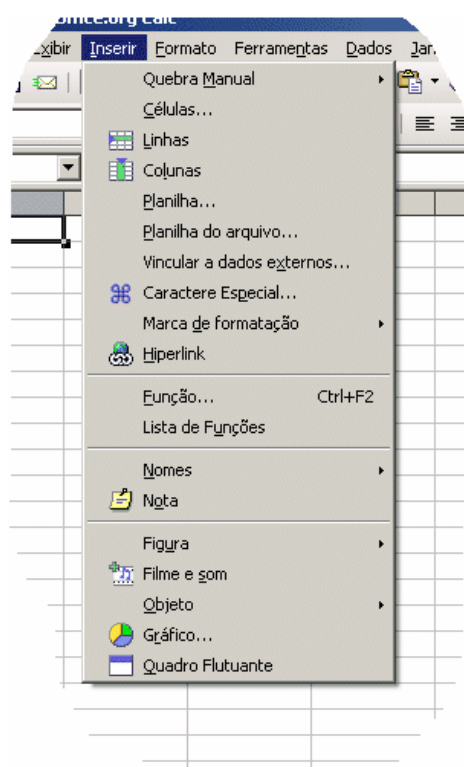
Quando usamos esta opção significa que estamos nos instantes finais do nosso trabalho e certamente queremos que as pessoas que forem nosso trabalho não tenham dificuldades de entendê-lo.

Desta forma temos que usar não só todo nosso talento matemático como também o de comunicador. Os textos deverão estar relacionados aos gráficos exibidos.

Observe que com esta janela você poderá inserir figuras, quebras de páginas, linhas, colunas e outros recursos que certamente farão os seus trabalhos ficarem mais apresentável.

Figura – esta opção permite a você definir se será usado um arquivo do BROFFICE, gráficos ou um desenho que você tenha feito em um editor gráfico.

Bom! De novo você poderá verificar que sua imaginação será o limite para a utilização desta opção.

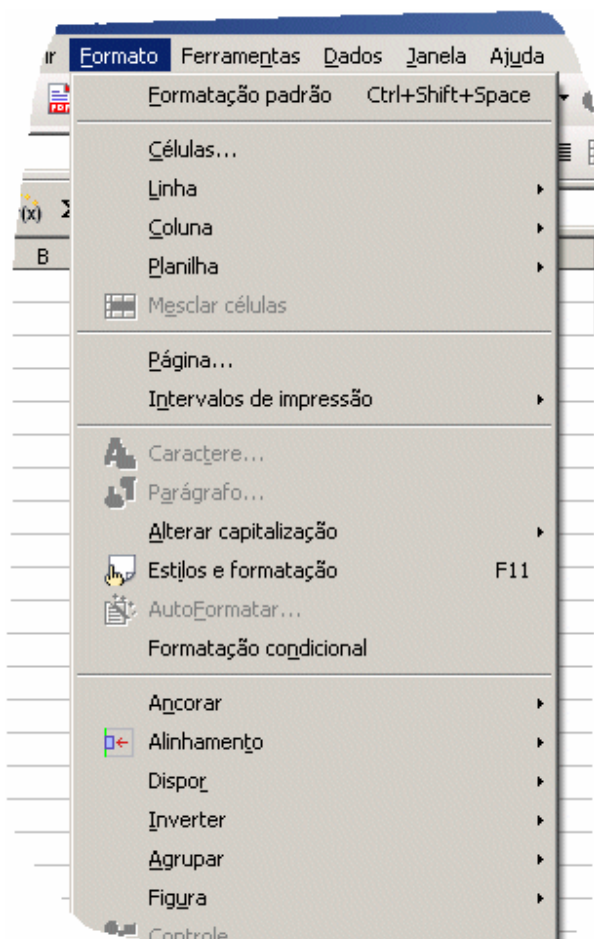


relação
você

de sua

ver o

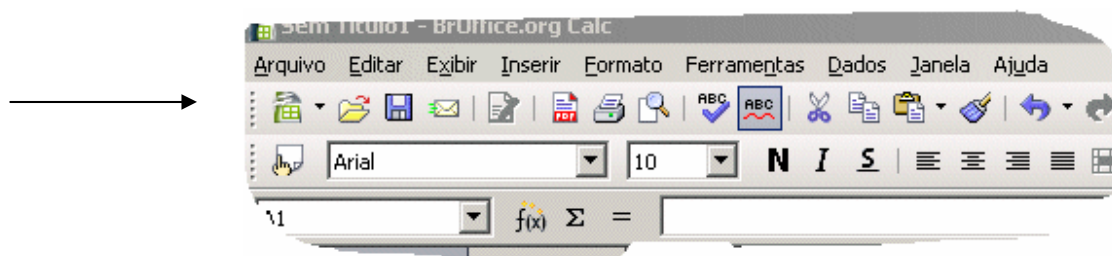
Janela Formato



Esta janela é usada para dar estética ao seu trabalho. Muitas das vezes queremos ressaltar alguma parte dele ou mesmo provocar a atenção do leitor.

Usando a opção poderemos alterar o tamanho e as cores das letras, alterar o formato das células, colocar em negrito, alterar o alinhamento do texto, enfim, esta opção equivale a terceira linha do seu vídeo.

Se você observar bem a idéia anterior permanece, ou seja, na terceira linha estão as tarefas que certamente você vai usar com a maior frequência.



Celulas... – Esta opção equivale a você usar a primeira e segunda seta da terceira linha



do vídeo e os ícones **N**, **I** e **S**. Na primeira seta você selecionará o tipo de letra (fonte) que vai usar, na segunda seta o tamanho da letra.

O ícone **N** ao ser pressionado fará com que as letras fiquem em negrito sobressaindo-se das demais. Em caso de pressionar o ícone **I** as letras irão ser impressas na forma itálica. E por fim o ícone **S** fará com que seu texto seja sublinhado. Para cancelar qualquer um dos ícones anterior basta pressioná-los de novo.



Na planilha centralizar texto é bem simples, pois, basta apenas pressionar o ícone de centralização, lembrando que antes devemos marcar o texto tornando-o um bloco. Os ícones acima mostram quais alinhamentos estão disponíveis. Eles são: alinhar à esquerda, centralizar e alinhar à direita.

AutoFormatação... – Aplica uma combinação de formatos internos, denominada autoformatação, a um bloco de células ou a uma Tabela dinâmica. Se uma única célula for selecionada, o BROFFICE selecionará automaticamente o intervalo rodeado por células em branco e aplicará a autoformatação a esse intervalo.

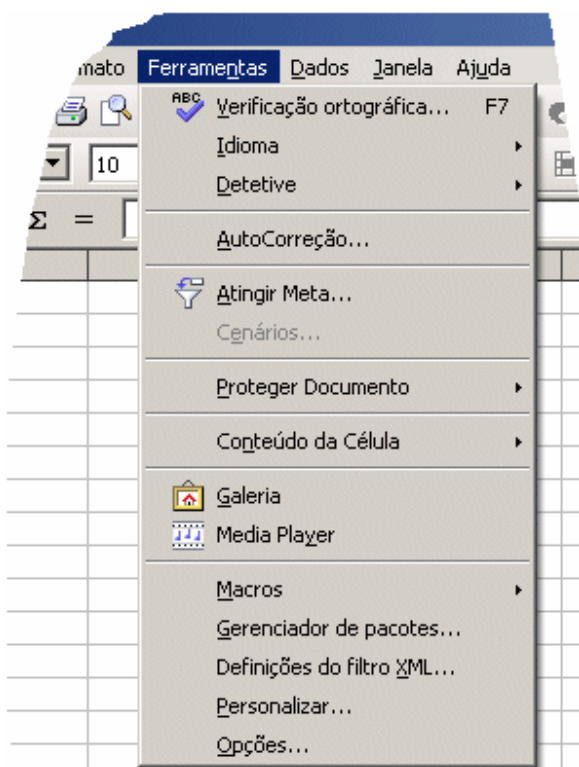
Se a seleção for parte de uma Tabela dinâmica, a tabela inteira, exceto os campos de páginas, será selecionada e formatada. Este comando não estará disponível se a planilha estiver protegida.

Formatação condicional... – Aplica formatos à células selecionadas que atendem a critérios específicos baseados em valores ou formulas que você especificar.

Estilo... - Define ou aplica na seleção uma combinação de formatos, denominada estilo.

Janela Ferramentas

Esta janela é um complemento de sua planilha. Nela podemos fazer tarefas que não são

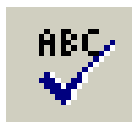


basicamente cálculos.

Um exemplo prático seria a correção ortográfica e até mesmo configurar sua planilha para que se torne mais fácil sua utilização. Com exceção da primeira opção todas as outras são tarefas que exige um domínio bem razoável da planilha, desta forma explicaremos algumas opções para que em outra oportunidade, você com um conhecimento mais aprimorado sobre a planilha, possamos tirar maior proveito.

Ortografia e gramática... - esta opção é

e queremos ver se digitamos algo errado.



usada quando terminamos o trabalho

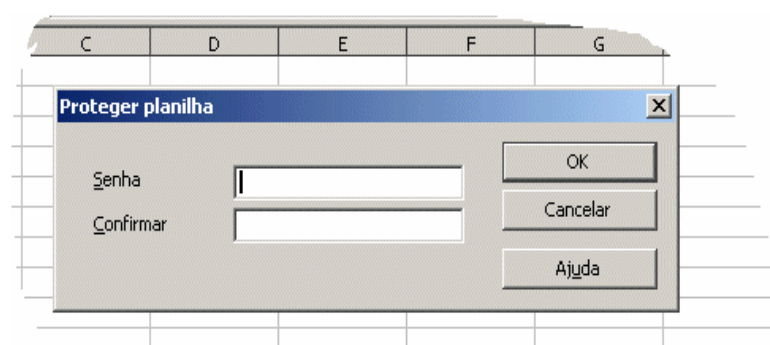
Um fato curioso é que a planilha vai considerar erro alguns nomes próprios, algumas palavras que o fabricante esqueceu de colocar no dicionário interno, endereços. Como já comentamos antes que esses computadores são rápidos, porém, nada inteligentes. Para corrigir este deslize da planilha o fabricante colocou a subopção **adicionar**, que, se pressionada, gravará no dicionário interno a palavra que a planilha considerou

errada. Note que esta opção tem também características idênticas a opção NOVO, ou seja, tem do lado esquerdo o sexto ícone da segunda linha do planilha de texto e a direita tem a mensagem F7.

Auto Correção... – Usada para definir que palavras a planilha deverá corrigir automaticamente caso esta tenha sido escrito de forma errada. Deve-se usar esta opção para aquelas palavras que normalmente nos deixam dúvidas quanto a ortografia ou quando estamos com pressa costumamos digitar errado.

Compartilhar pasta de trabalho... – Alterna para o modo de pasta de trabalho compartilhada, que permite que você e outros usuários da rede editem e salvem as alterações na mesma pasta de trabalho.

Proteger – Esta opção se auto explica. Usada para proteger um documento quando este



não deva ser modificado. Poderá ser protegido até através de senha.

célula alcance o valor de destino.

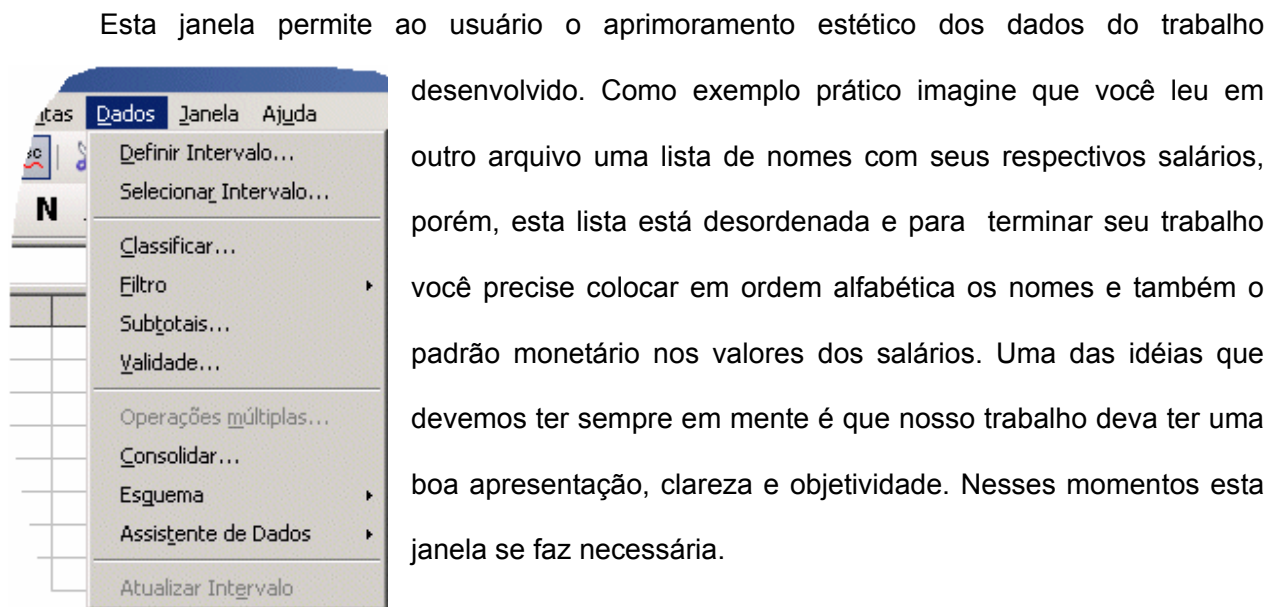
Atingir meta... – Ajusta o valor de uma célula específica até que uma formula dependente dessa

Suplementos... – Especifica os suplementos que ficam disponíveis automaticamente quando você inicia o BROFFICE. Você pode carregar ou descarregar suplementos que vem com o BROFFICE bem como programas suplementares criados por você.

Personalizar... – usada para definir que recursos da planilha estarão disponíveis em forma de ícone.

Opções... – usada para configurar a planilha. Quando você for selecionar esta opção tenha em mente que um dos fatores importante é conhecimento da planilha, você deverá dominar a planilha para poder escolher as opções de tal forma que esta fique mais acessível para o desenvolvimento de seu trabalho.

Janela Dados



Esta janela permite ao usuário o aprimoramento estético dos dados do trabalho desenvolvido. Como exemplo prático imagine que você leu em outro arquivo uma lista de nomes com seus respectivos salários, porém, esta lista está desordenada e para terminar seu trabalho você precise colocar em ordem alfabética os nomes e também o padrão monetário nos valores dos salários. Uma das idéias que devemos ter sempre em mente é que nosso trabalho deva ter uma boa apresentação, clareza e objetividade. Nesses momentos esta janela se faz necessária.

Classificar... – Organiza as informações em listas ou linhas selecionadas em ordem alfabética, numérica ou data.

Filtrar/**A**ltoFiltro – O meio mais rápido de se selecionar apenas os itens que você deseja exibir em uma lista.

Formulário... – Exibe um formulário de dados em uma caixa de diálogo. Você pode usar o formulário de dados para ver, alterar, adicionar, excluir e localizar registros em uma lista ou banco de dados.

Subtotais... – Calcula os valores de total geral e subtotal para as colunas rotuladas selecionadas. O BROFFICE insere e rotula automaticamente as linhas de total e organiza a lista em estrutura de tópicos.

Validação... – Define os dados válidos para as células individuais ou blocos; restringe a entrada de dados a um tipo específico, como números inteiros, números decimais ou texto; e define limites nas entradas válidas.

Tabela... – Cria uma tabela de dados com base nas fórmulas e valores de entrada definidos. As tabelas de dados podem ser usadas para mostrar os resultados da alteração dos valores em suas formulas.

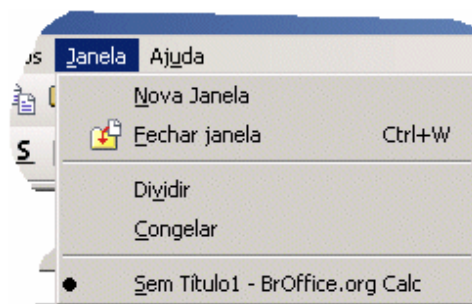
Texto para colunas... – Separa o texto em uma célula de uma planilha em colunas, usando o **Assistente de conversão de texto para colunas**. O assistente ajuda você a especificar como deseja dividir o texto em colunas usando um separador ou delimitador, como tabulações ou virgulas.

Consolidar... - Resume os dados de uma mais áreas de origem e os exibe em uma tabela.

Relatório da tabela dinâmica... – Inicia o **Assistente da tabela dinâmica**, que irá orientá-lo durante a criação ou modificação de uma tabela dinâmica.

Janela

Esta janela é um recurso da planilha para que você possa trabalhar com mais de uma pasta ao mesmo tempo. Este tipo de recurso favorece quando queremos desenvolver uma partir de uma pasta já existente. Um exemplo seria você desenvolver um orçamento tendo base um já pronto.



idéia a
prático
como

Nova janela - Para abrir uma nova janela basta criar um arquivo usando a opção **N**ovo ou **A**brir, da janela **A**rquivo ou selecionar esta opção.

Organizar – esta opção traz para tela do seu vídeo todas as planilhas que estão na memória.

Dividir – divide a tela em duas áreas. Serve para consultar duas áreas ou áreas diferentes de sua planilha ao mesmo tempo.

Uma característica que deve ser observado é a facilidade de se acessar as janelas. A figura acima mostra que o arquivo Pasta1 está na memória. O arquivo Pasta1 está marcado e isto

significa que ele está sendo mostrado no vídeo. Quando tivermos mais de um arquivo na memória e quisermos acessar qualquer um dos outros arquivos basta mover cursor com o mouse e clicar por sobre o nome do arquivo desejado ou pressionar o número correspondente ao arquivo desejado.

Janela Ajuda

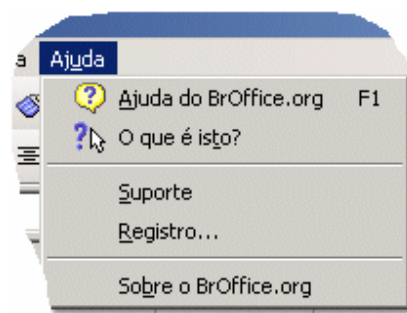
Esta janela é auto-explicativa e basicamente serve para tirar dúvidas sobre qualquer parte da planilha. Uma das formas mais comuns de também se ter ajuda é pressionando-se a tecla F1 do teclado. BrOffice

Ajuda do - é o Assistente do Office, fornece a Ajuda e Dicas para ajudá-lo a concluir suas tarefas.

Conteúdo e índice – usado para abrir o índice Ajuda on-line e o índice analítico do programa.

O que é isto?- abre uma janela com um resumo explicando a dúvida indicada.

Sobre o BrOffice – exibe o número da versão desse programa, os avisos de copyright, legais e de licença; o nome do usuário e da organização; o número de série do software; e informações sobre o seu computador e o sistema operacional.



tópicos

de

EXERCÍCIOS

1)

	A	B	C	D	E	F	G	H
1								
2	Curso de Informática SASDEP							
3								
4								
5	Aluno		Março	Abril	Maio	Junho	Média do 1º Semestre	
6	Ana Maria		6	6	5,5	8	6,375	
7	José da Silva		9	7	6,7	7	7,425	
8	João Bári		8	5	9	9	7,75	
9	Oswaldo de Souza		7,5	7	9	7	7,625	
10	Zulmira		9	8	8	7	8	
11								
12	Média da Turma		7,9	6,6	7,64	7,6	7,435	
13								
14								

2)

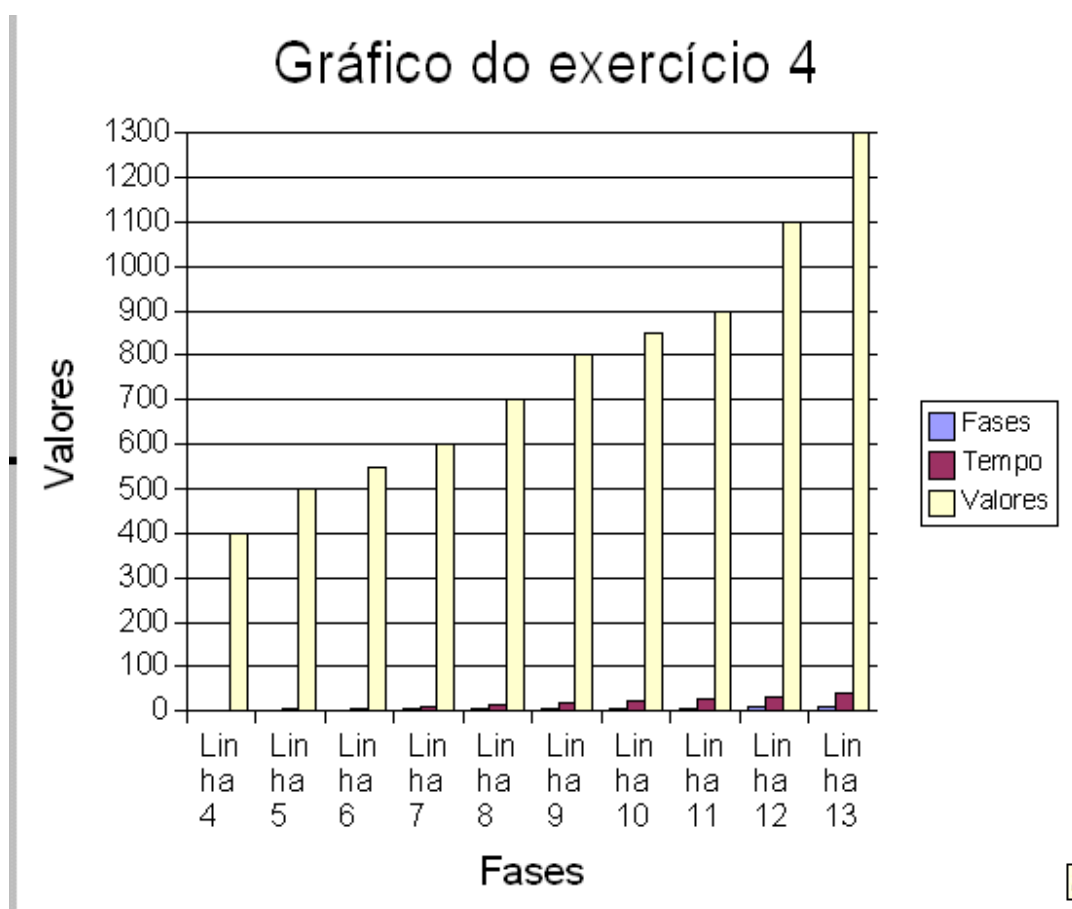
	A	B	C	D	E	F	G
1	Planilha de Custo						
2							
3							
4	Produto		Quant.		Preço Unit.		Preço Total
5							
6	Gabinete		1		R\$ 20,00		R\$ 20,00
7	Placa Main		1		R\$ 200,00		R\$ 200,00
8	Memórias		2		R\$ 40,00		R\$ 80,00
9	Parafusos		20		R\$ 0,20		R\$ 4,00
10	Monitor		1		R\$ 400,00		R\$ 400,00
11	Teclado		1		R\$ 18,00		R\$ 18,00
12	Drive 1.44		1		R\$ 17,00		R\$ 17,00
13	HD		1		R\$ 230,00		R\$ 230,00
14	Cdrom		1		R\$ 67,00		R\$ 67,00
15	Cooler		1		R\$ 20,00		R\$ 20,00
16	Processador		1		R\$ 180,00		R\$ 180,00
17							
18	Valor total da Compra						R\$ 1.236,00
19							

3)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
1													
2	Curso de Informática - Lista de Presença - SASDEP												
3													
4		Mês - Agosto											
5	Aluno / Dia	1	2	3	3	4		7	8	9	10	11	
6	Ana Maria	P	P	P	P	P		P	P	P	P	P	
7	José da Silva	P	P	P	P	P		P	P	P	P	P	
8	João Bári	P	P	F	P	F		F	P	P	P	P	
9	Oswaldo de Souza	P	P	P	P	F		P	P	P	P	P	
10	Zulmira	P	F	P	P	P		P	P	P	P	P	
11													
12													

4) Construção de gráfico

	A	B	C	D
1	Construir Gráficos			
2				
3	Fases	Tempo	Valores	
4				
5	1	2	400	
6	2	4	500	
7	3	7	550	
8	4	10	600	
9	5	14	700	
10	6	18	800	
11	7	23	850	
12	8	28	900	
13	9	34	1100	
14	10	40	1300	
15				
16				



APÊNDICE V– Configurando os terminais leves com o LTSP v4.2

O primeiro passo é identificar as placas de rede que farão parte do projeto, como a solução adotada será o etherboot, então acessará o site <http://www.rom-o-matic.org/>, neste site encontrará a imagem de boot relacionada a cada placa de rede usada pelos computadores. Após a criação dos disquetes de boot que estão relacionados a cada placa de rede e este a cada estação; o próximo passo será a configuração do Servidor que terá os seguintes serviços-base:

1. Dhcp3-server

O servidor DHCP é o primeiro a ser acessado pela estação. Ela "acorda" sem saber quem é, e o DHCP responde entregando as configurações da rede e dizendo qual Kernel ou cliente PXE a estação deve carregar e em qual compartilhamento de rede (no servidor) onde está o sistema a ser carregado por ela. Antes de mais nada, verifique se o pacote "dhcp3-server" está instalado:

```
# apt-get install dhcp3-server
```

Em seguida, vamos à configuração do arquivo `"/etc/dhcp3/dhcpd.conf"`, onde vai a configuração do servidor DHCP:

```
shared-network WORKSTATIONS {  
  subnet 192.168.0.0 netmask 255.255.255.0 {  
    default-lease-time 21600;  
    max-lease-time 21600;  
    option subnet-mask 255.255.255.0;  
    option broadcast-address 192.168.0.255;  
    option routers 192.168.0.1;  
    option domain-name-servers 192.168.0.1;  
    deny unknown-clients;  
    # range 192.168.0.100 192.168.0.201;
```

```
    option root-path "192.168.0.10:/opt/ltsp/i386";
next-server 192.168.0.10;
}
}
group {
    use-host-decl-names on;

    # terminal 1:
    host ws001 {
        hardware ethernet 00:E0:7D:B2:E5:83;
        fixed-address 192.168.0.11;
        filename "lts/2.6.17.3-ltsp-1/pxelinux.0";
    }

    # terminal 2:
    host ws002 {
        hardware ethernet 00:D0:09:A2:9B:8D;
        fixed-address 192.168.0.12;
        filename "lts/2.6.17.3-ltsp-1/pxelinux.0";
    }
}
```

Na primeira parte do arquivo, você deve fornecer as configurações da rede, como a máscara de sub-rede, o endereço do default gateway e o DNS do provedor. O default dos arquivos de configuração *i* é usar a faixa de IP's 192.168.0.x, onde o servidor de terminais é configurado para usar o endereço 192.168.0.10.

Note que o **"/opt/ltsp/i386"** representa a pasta de instalação do LTSP, que é montada pelos clientes como diretório-raiz durante o boot. Não se esqueça de verificar e alterar esta

configuração se tiver instalado o LTSP em outra pasta ou estiver utilizando outro endereço IP no servidor.

A opção "deny unknown-clients" faz com que o servidor DHCP aceite apenas os clientes do terminal server, sem conflitar com um servidor DHCP já existente. Caso prefira que o servidor DHCP atribua endereços também para os demais micros da rede (que não estão cadastrados como terminais), comente a linha "deny unknown-clients" e descomente a linha abaixo, informando a faixa de endereços que será usada pelos clientes que não estejam cadastrados como terminais. Você pode usar os endereços de .11 a .50 para os terminais e de .100 a .200 para os demais micros, por exemplo.

```
range 192.168.0.100 192.168.0.201;
```

Lembre-se que a linha "range" conflita com a "deny unknown-clients", você deve sempre usar uma ou outra, nunca ambas ao mesmo tempo.

A seguir vem a configuração dos terminais, onde você deve fornecer o endereço MAC de cada um. O "fixed-address 192.168.0.11;" é o endereço IP que o servidor DHCP dará para cada terminal, vinculado ao endereço MAC da placa de rede e o arquivo que ele carregará durante o boot, como em:

```
host ws001 {  
    hardware ethernet 00:E0:7D:B2:E5:83;  
    fixed-address 192.168.0.11;  
    filename "lts/2.6.17.3-ltsp-1/pxelinux.0";  
}
```

Os arquivos de boot são instalados por padrão dentro da pasta **"/ftfboot"**. Você verá uma pasta separada para cada Kernel disponível, como em: **"2.6.17.3-ltsp-1"**.

Depois de configurar o arquivo, reinicie o servidor DHCP:

```
# /etc/init.d/dhcp3-server restart
```

2. Tftpd

Com o DHCP funcionando, o próximo passo é ativar o servidor TFTP, para que as estações possam carregar a imagem de boot.

No Debian existem duas opções de servidor TFTP. O "tftpd" é uma versão obsoleta, que não suporta boot via PXE e que, por isso, é fortemente não-recomendado. A versão atual é instalada através do pacote "**tftpd-hpa**":

```
# apt-get install tftpd-hpa
```

Quando o script de instalação perguntar "Deverá o servidor ser iniciado pelo inetd?", responda que **não**.

Depois de instalar o pacote, edite o arquivo "**/etc/default/tftpd-hpa**". Por padrão ele vem com uma linha que mantém o servidor desativado, mesmo que as demais configurações estejam corretas. Para que o serviço fique ativo, modifique a linha "RUN_DAEMON="no" para "RUN_DAEMON="yes". Altere também a linha "OPTIONS="-l -s /var/lib/tftpboot" (que indica a pasta que será compartilhada pelo servidor tftpd), substituindo o "/var/lib/tftpboot" por "/tftpboot".

Depois da alteração o arquivo fica:

```
#Defaults for tftpd-hpa  
  
RUN_DAEMON="yes"  
  
OPTIONS="-l -s /tftpboot"
```

Para que a alteração entre em vigor, reinicie o serviço tftpd-hpa:

```
# /etc/init.d/tftpd-hpa stop  
  
# /etc/init.d/tftpd-hpa start
```

Por desencargo, usamos também os comandos abaixo, para ter certeza de que ele está configurado para ser executado durante o boot:

```
# update-rc.d -f tftpd-hpa remove  
  
# update-rc.d -f tftpd-hpa defaults
```


No Debian Etch, o servidor tftpd-hpa pode conflitar com o inetd. Se mesmo depois de instalar e fazer toda a configuração, o servidor tftpd continuar a não responder às requisições das estações (elas continuarão parando no "TFTP..."), este é provavelmente o seu caso. Para solucionar o problema, desative o inetd, utilizando os comandos abaixo e, em seguida, reinicie o servidor:

```
# /etc/init.d/inetd stop  
# update-rc.d -f inetd remove  
# reboot
```

Ao desativar o inetd, o acesso remoto ao vmware-server e o swat (caso instalados no servidor) deixarão de funcionar. Caso precise utilizar estes serviços, reative o inetd manualmente quando necessário, utilizando o comando:

```
# /etc/init.d/inetd start
```

Para concluir a configuração, abra o arquivo **"/etc/hosts.allow"** e substitua todo conteúdo do arquivo por:

```
# /etc/hosts.allow para o LTSP 4.2  
# Esta configuração permite que todos os micros da rede local utilizem  
# os serviços usados pelo LTSP.  
# Altere o "192.168.0." caso você esteja utilizando outra faixa de  
# endereços na sua rede:  
ALL : 127.0.0.1 192.168.0.0/24
```

É essencial que a linha "ALL : 127.0.0.1 192.168.0.0/24" esteja presente, caso contrário o sistema recusa as conexões dos clientes mesmo que os serviços estejam corretamente ativados. Ao editar este arquivo, não é necessário reiniciar nenhum serviço. Não se esqueça de substituir o "192.168.0.0" pela faixa de endereços da sua rede, caso diferente.

Com o TFTP funcionando, as estações conseguem carregar a imagem inicial de boot e o Kernel e prosseguem até o ponto em que tentam montar o diretório `"/opt/ltsp/i386"` do servidor via NFS

3. Nfs-Kernel-server / Portmap

O próximo arquivo é o `/etc/exports`, onde vai a configuração do servidor NFS. O LTSP precisa que o diretório `"/opt/ltsp/i386/"` esteja disponível (como somente leitura), para toda a faixa de endereços usada pelas estações. Para isso, adicione a linha:

```
/opt/ltsp/i386/ 192.168.0.0/255.255.255.0(ro,no_root_squash)
```

Note que a configuração dos compartilhamentos inclui a faixa de endereços e a máscara usada na rede (`192.168.0.0/255.255.255.0` no exemplo, configuração usada para evitar que eles sejam acessados de fora da rede). Não se esqueça de alterar esses valores ao utilizar uma faixa diferente, caso contrário, o servidor passa a recusar os acessos dos terminais e eles não conseguirão mais carregar o sistema de boot.

Vamos a uma revisão da configuração do NFS:

Para ativar o servidor nas distribuições derivadas do **Debian**, você precisa ter instalados os pacotes `"portmap"`, `"nfs-common"` e `"nfs-kernel-server"`:

```
# apt-get install portmap nfs-common nfs-kernel-server
```

O portmap deve sempre ser inicializado antes dos outros dois serviços, já que ambos dependem dele. O default é que o portmap seja iniciado através do link `"/etc/init.d/rcS.d/S43portmap"` (carregado no início do boot), enquanto os outros dois serviços são carregados depois, através de links na pasta `"/etc/rc5.d"` ou `"/etc/rc3.d"`.

Use os comandos abaixo para corrigir a posição do serviço portmap e verificar se os outros dois estão ativos e configurados para serem inicializados na hora do boot:

```
# update-rc.d -f portmap remove
# update-rc.d -f nfs-common remove
# update-rc.d -f nfs-kernel-server remove
# update-rc.d -f portmap start 43 S .
# update-rc.d -f nfs-common start 20 5 .
# update-rc.d -f nfs-kernel-server start 20 5 .
```

Para que o servidor NFS funcione, é necessário que o arquivo **"/etc/hosts"** esteja configurado corretamente. Este arquivo relaciona o nome do servidor e de cada uma das estações a seus respectivos endereços IP. Se você copiou meu modelo a partir do site, o arquivo estará assim:

```
# /etc/hosts, configurado para o LTSP 4.2
127.0.0.1 servidor localhost
# Você pode adicionar aqui os endereços IP e os nomes correspondentes
# de cada terminal, caso queira utilizar mais de 8 terminais.
# IMPORTANTE: A primeira linha deve conter o endereço IP e o nome
# (definido durante a configuração da rede) do servidor, ou seja,
# desta máquina. Se o nome for diferente do definido na configuração
# da rede, as estações não conseguirão montar o sistema de arquivos do
# LTSP via NFS e travarão no boot.
192.168.0.10 servidor
192.168.0.11 ws001
192.168.0.12 ws002
192.168.0.13 ws003
192.168.0.14 ws004
192.168.0.15 ws005
192.168.0.16 ws006
```

192.168.0.17 ws007

192.168.0.18 ws008

É importante que você substitua o "servidor" pelo nome correto do seu servidor (que você checa usando o comando "**hostname**") e substitua os endereços IP's usados pelo servidor e pelas estações caso esteja usando outra faixa de endereços. Sem isso, as estações vão continuar parando no início do boot, com uma mensagem de erro relacionada a permissões do NFS.

Com o NFS funcionando, a estação avança mais um pouco no boot. Agora ela consegue montar o diretório raiz e começar o carregamento do sistema, mas para no ponto em que procura pelo arquivo "**lts.conf**", que é justamente o principal arquivo de configuração do LTSP, carregado pelas estações no início do boot:

Configurando o arquivo lts.conf

O lts.conf pode ser dividido em duas partes. A primeira contém as configurações default, que são usadas por todas as estações até que dito o contrário. Em seguida temos uma minissessão que especifica opções adicionais para cada estação. Isso permite que uma estação seja configurada para usar mouse serial e teclado US Internacional, mesmo que todas as demais usem mouses PS/2 e teclados ABNT2.

Este é um exemplo de sessão default, similar ao que incluí no modelo disponível no site:

```
[Default]
```

```
SERVER = 192.168.0.10
```

```
XSERVER = auto
```

```
X_MOUSE_PROTOCOL = "PS/2"
```

```
X_MOUSE_DEVICE = "/dev/psaux"
```

```
X_MOUSE_RESOLUTION = 400
```

```
X_MOUSE_BUTTONS = 3
```

```
XkbModel = ABNT2
```

```
XkbLayout = br
```

```
SCREEN_01 = startx
```

```
RUNLEVEL = 5
```

Logo no início do arquivo você deve prestar atenção para substituir o "192.168.0.10" pelo IP correto do seu servidor, senão os clientes não conseguirão dar boot nem por decreto :).

Abaixo, a partir da opção "XSERVER", vai a configuração default do LTSP. Não existe necessidade de alterar nada aqui, pois você pode especificar configurações diferentes para cada estação mais abaixo, especificando diferentes resoluções de vídeo, tipos de mouse e taxas de atualização de monitor. Lembre-se de que na verdade as estações executam localmente uma cópia do Kernel, utilitários básicos e uma instância do X. Graças a isso, a configuração de vídeo de cada estação é completamente independente do servidor. Nada impede que uma estação use um monitor de 17" a 1280x1024, enquanto outra usa um VGA Mono a 640x480.

Este é o principal motivo de relacionarmos os endereços MAC de cada placa de rede com um nome de terminal e endereço IP específico na configuração do DHCP. Graças a isso, o servidor consegue diferenciar os terminais e enviar a configuração correta para cada um.

Desde o 4.1, o LTSP utiliza o X.org, que possui um sistema de detecção automática para o vídeo em cada estação (a opção "XSERVER = auto"). No final do boot ele tentará detectar a placa de vídeo e detectar as taxas de atualização suportadas pelo monitor via DDC. Este sistema funciona direto em uns dois terços dos micros, mas em um grande número de casos você precisará especificar algumas configurações manualmente para que tudo funcione adequadamente.

Veja também que o default do LTSP é utilizar um mouse PS/2 (sem roda) em todas as estações. Naturalmente você terá alguns micros com mouses seriais ou PS/2 com roda, o que também precisaremos arrumar. Esta configuração individual das estações é feita logo abaixo, relacionando o nome de cada estação com as opções desejadas, como em:

```
[ws001]
```

```
XSERVER = sis
```

```
X_MOUSE_PROTOCOL = "IMPS/2"
X_MOUSE_DEVICE = "/dev/input/mice"
X_MOUSE_RESOLUTION = 400
X_MOUSE_BUTTONS = 5
X_ZAxisMapping = "4 5"
```

Aqui estou especificando que o ws001 usa o driver de vídeo "sis" e um mouse PS/2 com roda. Você pode criar uma seção extra para cada estação. Esta configuração não é obrigatória, pois as estações que não possuem sessões exclusivas simplesmente seguirão os valores incluídos na sessão "Default".

Uma curiosidade é que o arquivo `lts.conf` é lido pelas próprias estações durante o boot. Como elas não possuem HD, nada mais justo do que armazenar suas configurações diretamente no servidor.

4. Xdmcp

Nas distribuições que utilizam o **KDM** (como o Kurumin, Kubuntu e Mandriva), procure pelos arquivos **kdmrc** e **Xaccess** (que sempre ficam na mesma pasta). Em algumas distribuições (como no Mandriva) eles ficam na pasta `"/usr/share/config/kdm/"` e, em outras (como no Kurumin e outras distribuições derivadas do Debian), ficam na pasta `"/etc/kde3/kdm/"`. Você pode usar o comando `"locate"` para encontrá-los.

Dentro do arquivo **"Xaccess"**, descomente a linha:

```
# * #any host can get a login window
```

Basta retirar a tralha (`#`), fazendo com que o asterisco seja o primeiro caractere. Esta linha faz com que o servidor passe a aceitar conexões de todos os hosts da rede. Caso você prefira limitar o acesso a apenas alguns endereços (mais seguro), basta substituir o asterisco pelos endereços desejados.

Um pouco mais abaixo, no mesmo arquivo, descomente também a linha abaixo, novamente retirando a tralha:

```
# * CHOOSER BROADCAST #any indirect host can get a chooser
```

Esta linha é opcional. O Chooser Broadcast permite que os clientes contatem o servidor para obter uma lista de todos os servidores XDM disponíveis na rede (você pode ter mais de um, como veremos a seguir). Isso é feito usando o comando "**X -indirect**".

Em seguida, edite também o arquivo **kdmrc**. Quase no final do arquivo você encontrará a linha:

```
[Xdmcp]
```

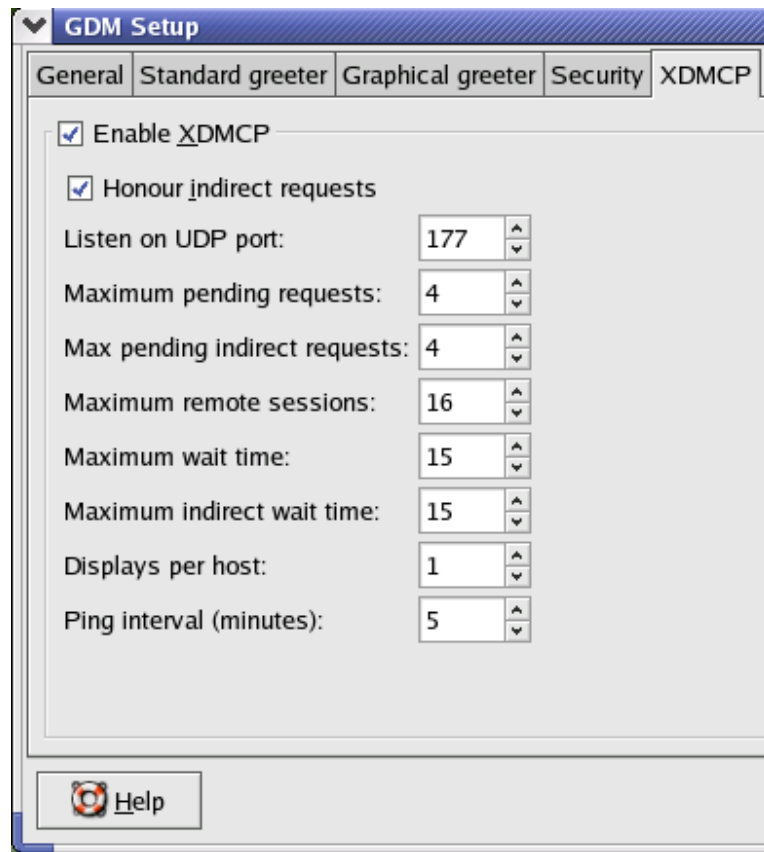
```
Enable=false
```

Basta alterá-la para:

```
[Xdmcp]
```

```
Enable=true
```

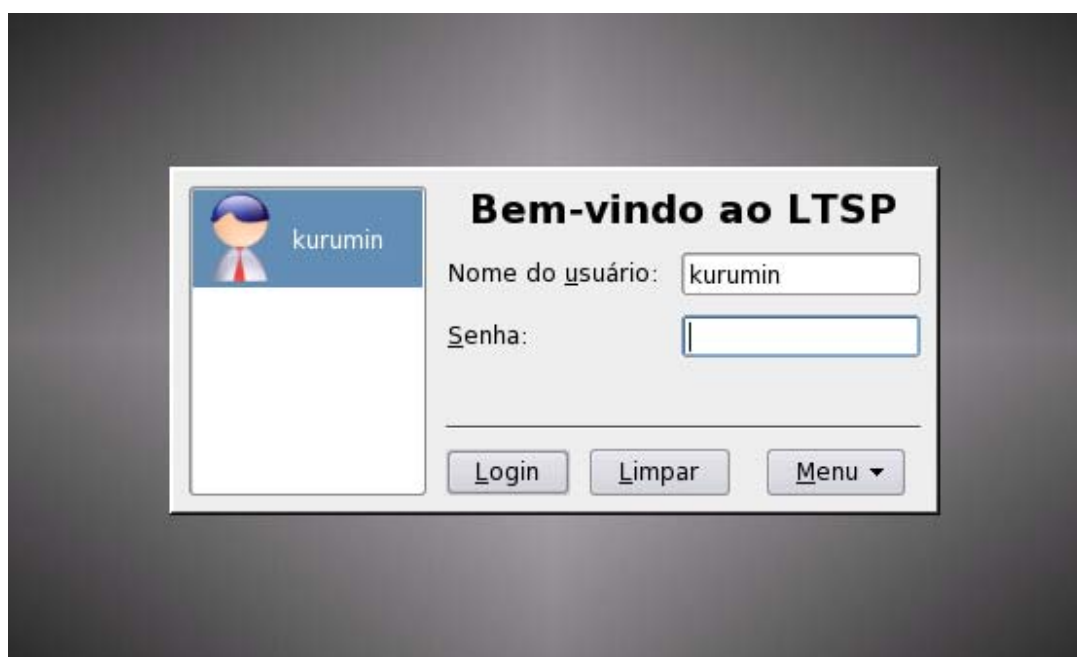
Nas distribuições que utilizam o **GDM** (o gerenciador de login do Gnome), como, por exemplo, o Ubuntu e o Fedora, você pode ativar o compartilhamento e configurar as opções da tela de login usando um utilitário gráfico disponível no "**Iniciar > System Settings > Login Screen**". Acesse a aba "XDMCP" e marque a opção "Enable XDMCP" e, se desejado, também a "Honour indirect requests", que permite que os clientes se conectem usando o "X -indirect".



Na aba "**General**", opção "Greeter", mude a opção "Remote" de "Standard greeter" para "Graphical greeter". Dessa forma, os clientes farão login usando o gerenciador de login gráfico, que é especialmente bonito graficamente, ideal para passar uma boa primeira impressão.

Para que as alterações entrem em vigor (tanto no KDM quanto no GDM), é necessário reiniciar o gerenciador de login. Para isso, mude para um terminal de texto (Ctrl+Alt+F2) e rode o comando **"/etc/init.d/kdm restart"** ou **"/etc/init.d/gdm restart"**. No Mandriva é usado o comando **"service dm restart"**.

A partir daí as estações passarão a exibir a tela de login do servidor e rodar os aplicativos normalmente. Agora é só correr pro abraço :-).



ANEXO I – Instruções para o Preenchimento do Formulário de Inscrição de Projetos

1 - Nome do projeto*:

Instrução: A não ser que seja essencial para a compreensão da proposta, informe o nome do projeto sem incluir a palavra PROJETO. Exemplo: “Escola sem Fronteiras” – e não “Projeto Escola sem Fronteiras”.

2 – Cidade*: Estado*:

Instrução: Nesse campo você deve informar a(s) cidade(s) e respectivo(s) Estado(s) em que o projeto será efetivamente realizado.

3 – Área de atuação*: Educação / Cultura / Cidadania / Protagonismo juvenil / Inclusão digital /Outra:

Instrução: Selecione – ou escreva se for o caso – a(s) área(s) de atuação do projeto.

4 - Público Alvo*: 0 a 7 anos / 8 a 15 anos / 16 a 21 anos / outro:

Instrução: Selecione – ou escreva se for o caso – a faixa etária que melhor representa o público que o seu projeto pretende atingir.

5 - Descrição do projeto*

Instrução: Descreva com clareza seu projeto, mas sem alinhar objetivos e justificativas – os quais só deverão ser abordados nos dois campos subseqüentes. Não ultrapasse 6 mil caracteres de texto.

6 - Objetivos*

Instrução: Exponha os objetivos – específicos e gerais –, do projeto, bem como suas metas e possíveis desdobramentos. Analise ainda a capacidade da proposta em gerar ganhos sociais duradouros. Não ultrapasse 5 mil caracteres de texto.

7 – Justificativas / Situação a ser transformada*

Instrução: Identifique o impacto de seu projeto sobre a realidade social, bem como analise os benefícios diretos e indiretos que serão gerados por ele. Descreva a situação que seja o foco da proposta, analisando o contexto sócio-econômico em que se insere. Informe também sobre a relação entre a instituição e os futuros beneficiários. Não ultrapasse 5 mil caracteres de texto.

8 - Número de beneficiários diretos*

Instrução: Dentre o público-alvo do projeto, enumere aqueles que vão se beneficiar, de forma direta, com o seu projeto.

8.1 - Perfil dos beneficiários diretos*

Instrução: Informe as características essenciais dos beneficiários diretos do seu projeto. Não ultrapasse 2 mil caracteres.

9 – Perfil de Beneficiários indiretos

Instrução: Muitas vezes, um projeto que atinge apenas um reduzido grupo de pessoas diretamente pode, de forma indireta, beneficiar uma parcela mais ampla da comunidade. Se for o caso do seu projeto, informe quais são esses beneficiários indiretos. Não ultrapasse 2 mil caracteres.

10 – Descreva a forma como a tecnologia está inserida no projeto*

Instrução: Relacione a presença da tecnologia como ferramenta tanto no desenvolvimento quanto na realização de seu projeto. Não ultrapasse 2.000 caracteres de texto.

11- A sinergia do projeto com a Missão do Instituto Telemar

Instrução: Destaque de que forma o seu projeto identifica-se com a Missão do Instituto Telemar: “Promover o desenvolvimento da cidadania, por meio da democratização do conhecimento e da valorização da diversidade cultural brasileira, visando à inclusão social de comunidades com Baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)”. Não ultrapasse 1.000 caracteres.

12 – Quantas pessoas trabalham no Projeto?*

Instrução: Informe a quantidade de pessoas que trabalham no projeto, excetuando-se os voluntários.

13 - O projeto utiliza voluntários*? sim / não Quantos*? ()

Hipertexto: Se você marcou sim, informe o número de voluntários recrutados pelo projeto.

14 – Como atuam os voluntários?

Hipertexto: Descreva a forma de utilização do trabalho voluntário nesse projeto, exemplificando com casos concretos. Não ultrapasse 3 mil caracteres. Essa pergunta só é obrigatória se você tiver marcado sim no item acima

15 - Cronograma de execução*

Instrução: Informe o cronograma do projeto, de acordo com cada fase de execução e as respectivas datas de início e término de cada uma delas. Insira ainda os valores destinados para cada fase.

16 - O projeto conta com modelo de monitoramento e avaliação? * Sim / Não

Instrução: Selecione uma das opções.

17 - Especifique o modelo*

Instrução: Se o seu projeto conta com um modelo de monitoramento e avaliação, descreva esses procedimentos. Informe detalhadamente os indicadores utilizados e que tipo de assessoria a instituição recebe para realizar as avaliações. Não ultrapasse 9 mil caracteres. Essa pergunta somente é obrigatória se você respondeu “sim” na pergunta anterior.

18 - Valor total do projeto*

Instrução: Informe o valor para a realização do projeto

19- A instituição proponente emprega recursos financeiros próprios no projeto?* Sim / Não

Instrução: Informe se a instituição proponente emprega recursos próprios

20 - Valor total empregado pela instituição

Instrução: Informe, se for o caso, o valor total investido pela instituição na realização do projeto. Esta pergunta só é obrigatória se você respondeu “sim” na pergunta anterior.

21- Valor solicitado ao Instituto Telemar*

Instrução: Especifique o valor total a ser investido pelo Instituto Telemar na realização do projeto.

22 - Fase do projeto a ser contemplada com o valor solicitado *

Inicial / Em andamento/ Todas / Nova fase – Qual? ()

Instrução: Selecione uma das opções. Em andamento corresponde a um determinado estágio do projeto que necessita de recursos para sua conclusão. Se os recursos solicitados destinam-se a uma Nova fase do projeto, especifique-a, sem ultrapassar 150 caracteres.

23 - O projeto conta com outros parceiros?* sim / não

Parceiro	Forma de Participação	Valores	Bens	Serviços
xxxxxx	Financeira/Bens/ Serviços	R\$	texto	texto

Instrução no item Parceiro: Se a sua instituição tem outro parceiro para este projeto, informe o seu nome.

Instrução no item Forma de participação: Selecione a forma de participação de seu parceiro neste projeto.

Instrução no item Financeira: Informe os valores já investidos ou em fase de investimento, atualmente, pelo seu parceiro neste projeto. Não ultrapasse 150 caracteres.

Instrução no item Bens: Descreva quais são os bens que fazem parte dessa parceria. Não ultrapasse mil caracteres.

Instrução na resposta Serviços: Descreva quais são os serviços que fazem parte dessa parceria. Não ultrapasse mil caracteres.

Repita essa operação tantas vezes quanto for o número de parceiros.

24- Responsável pelo projeto*

Instrução: Informe o nome da pessoa que responde pelo projeto – aquele que poderá ser contatado sempre que for necessário. Indique ainda os telefones para contato e o e-mail do responsável.

Telefone 1*: (DDD) Telefone 2: (DDD) Celular: (DDD) E-mail*:

25 - Informações adicionais

Instrução: Se quiser anexar informações adicionais específicas sobre o projeto, insira arquivo(s) Office (Word, ppt, Excel e imagens jpg) até o limite de 2 MB.

26 - Listagem do material enviado*

Instrução: Relacione aqui todo o material adicional a ser enviado ao Instituto Telemar, via correio. Para cada peça, informe o título e o tipo – se o material é impresso, fotográfico, audiovisual etc. Você tem espaço suficiente para digitar até 2.200 caracteres.

*** CAMPOS OBRIGATORIOS**

ANEXO II – Cinco Passos que Levam a Fundação de uma ONG

PRIMEIRO PASSO: CONVOCAÇÃO

As pessoas de uma determinada região; sejam elas de uma comunidade, de um sindicato, de um bairro, de uma escola, ou clube, que tenham **como objetivo um trabalho de interesse público**, estarão aptas a criar uma entidade. Podem estar preocupadas com a defesa de um rio, de uma cidade, de uma praça, de uma praia ou outra riqueza natural ou cultural, ou com os direitos de comunidades (índios, caiçaras, pescadores, quilombolas, etc.). Ou afim de investir no desenvolvimento humano, como criar, por exemplo, centros educacionais e esportivos, creches, e associações de assistência às pessoas carentes.

O primeiro passo é se juntar e se mobilizar, convocando uma reunião através de telefonemas, cartas, anúncio na rádio local, panfletos e jornais, ou outros meios, para seduzir as pessoas em relação à importância da criação da entidade que estão pretendendo.

O que deverá ser explicitado na reunião são os objetivos da entidade, sua importância, assim como sua necessidade, além da definição de uma comissão de preparação das próximas reuniões, com a divisão de tarefas e responsabilidades.

Deve ser formada também, uma Comissão de Redação do Estatuto Social, que deverá ser pequena e ágil, no sentido de formular e apresentar uma proposta de estatuto que será discutido, analisado, modificado (se necessário) e finalmente aprovado pela Assembléia Geral, sendo que neste dia, terão que ser providenciadas cópias para todos.

SEGUNDO PASSO: ASSEMBLÉIA GERAL

A Assembléia Geral de fundação da entidade, na qual será oficializada a mesma, com a convocação de todos os interessados, deverá ocorrer após definida a missão da entidade e redigida a primeira proposta de Estatuto.

Esta Assembléia deve ser precedida de uma carta convite, contendo o dia, hora, local, além dos objetivos desta e da pauta da reunião.

No dia da Assembléia, deverá haver um livro de presença que registrará todos os interessados em participar da assembléia e um Livro de Atas, no qual serão anotadas as assembléias, assinadas pelos presentes.

Uma mesa dirigente dos trabalhos com um presidente e dois secretários deverá ser eleita pela Assembléia.

Após a leitura da pauta pelo presidente, este deverá encaminhar os debates, principalmente o do Estatuto.

TERCEIRO PASSO: ESTATUTO

A comissão deve ler o Estatuto e distribuir uma cópia para cada presente.

Cada artigo que a Assembléia ache polêmico, ou seja, destacado, deve ser discutido, modificado (se necessário) e aprovado.

Abaixo estão alguns itens essenciais que devem estar contidos nos Estatutos:

- Nome e sigla da entidade;
- Sede e foro;
- Finalidades e objetivos;
- Se os sócios respondem pelas obrigações da sociedade;
- Quem responde pela entidade;
- Os sócios e seus tipos, entrada e saída, direitos e deveres;
- Poderes, tais como assembléia, diretoria, conselho fiscal;
- Tempo de duração;
- Como os estatutos são modificados;
- Como a entidade é dissolvida;
- Qual o destino do patrimônio, em caso de dissolução.

QUARTO PASSO: A POSSE DA DIRETORIA

A eleição da diretoria deve seguir o que foi aprovado no Estatuto; e após eleita, deve ser conferida a posse dos cargos aos eleitos.

Finalmente, foi fundada a Entidade, entretanto, ela ainda não possui "status" legal, o que só ocorre após alguns procedimentos burocráticos.

QUINTO PASSO: COMO PROCEDER PARA O REGISTRO LEGAL

Devido à grande burocracia e às exigências específicas de cada cartório, é necessária muita paciência, pois sempre faltará algum item.

Não é recomendável colocar o endereço da Entidade no Estatuto, pois a burocracia se repetirá a cada mudança de endereço.

A documentação terá que ser reunida e encaminhada ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, além de pagar as taxas, registrar o Livro de Atas, os Estatutos e publicar um extrato dos mesmos, aprovados no Diário Oficial.

A documentação, que poderá variar de acordo ao cartório, é a seguinte:

- Três (3) cópias dos estatutos em papel timbrado;
- Três (3) cópias da Ata de Fundação datilografada, assinadas pelo presidente e demais diretores com firma reconhecida;
- Livro de atas original;
- Pagamento de taxas do cartório (se houver);
- Três (3) cópias da Relação Qualificada da Diretoria (nome, cargo, estado civil, nascimento, endereço, profissão, identidade e CPF);
- Três (3) cópias da relação de sócios fundadores;
- Um resumo contendo os principais pontos dos Estatutos, que às vezes, é solicitado pelo cartório para que seja apresentado no Diário Oficial.

Todos estes documentos fazem com que a entidade passe a ter personalidade jurídica, mas no caso de realizar operações financeiras, abrir conta bancária ou celebrar contratos, é necessário também, que a entidade tenha o CGC. Para isto, basta procurar uma delegacia regional da Secretaria da Receita Federal, com todos os documentos registrados no cartório, autenticados e carimbados e os documentos do responsável pela entidade. Além disso, deve-se preencher um formulário padrão e dar entrada para obtenção do CGC.

ANEXO III – Programa de Inclusão Digital do Banco do Brasil

1. O que é um Telecentro?

É um espaço de universalização do acesso aos recursos tecnológicos e de capacitação de pessoas para o uso dos computadores e da Internet, além de se constituir num ambiente de comunicação e informação para uso das comunidades.

Por conceito, o Telecentro tem finalidade social, constituindo um local de livre acesso da população com equipamentos conectados à internet, através dos quais poderá ser disponibilizada uma série de serviços, contando também com uma programação permanente de atividades para atrair o interesse nas possibilidades do mundo virtual e, desta forma, incorporar a mudança cultural nos hábitos da comunidade, fazendo com que a mesma reverta em qualidade de vida.

Um aspecto fundamental da constituição de um Telecentro é a participação da comunidade. Para que a implantação de um Telecentro dê resultado, é necessária a adoção da idéia pela comunidade. A compreensão das possibilidades do projeto, o envolvimento da comunidade em todas as etapas de decisão, enfim, a gestão participativa do Telecentro é chave para consolidação do projeto.

Dentro das diretrizes governamentais estabelecidas, os Telecentros constituem elementos que contribuem para a inversão de prioridades, a geração de renda e o combate à exclusão. A alfabetização cibernética é um dos aspectos que fortalecem esta linha de atuação, no momento em que há um processo mundial acelerado que causará um distanciamento cada vez maior entre países centrais e periféricos.

2. Infra-estrutura mínima para implantação do Telecentro

- 1,5 m² por microcomputador;
- Acesso fácil ao Telecentro;
- Banheiros;

- Iluminação;
- Ventilação na sala;
- Uma (1) mesa por micro ou bancada contínua;
- Uma (1) cadeira por micro (mínimo);
- Um (1) quadro branco;
- Sala com ar-condicionado ou ventiladores;
- Uma (1) tomada e um (1) estabilizador para cada micro;
- Segurança para integridade dos equipamentos;
- Instalação de cabeamento de rede;
- Linha Telefônica;
- Assinatura com provedor de Internet;
- Internet Banda Larga;
- Switch;
- Microcomputador para Servidor.

3. Roteiro de procedimentos:

Relacionamos abaixo as sugestões para a entidade que será responsável pela implantação do Telecentro Comunitário.

1. Providências a cargo da Entidade:
2. Constitua um Conselho Gestor Comunitário do Telecentro;
3. Escolha os educadores sociais: monitores remunerados e/ou voluntários;
4. Adquira um microcomputador para funcionar como servidor e um switch, caso a entidade já não os possua;
5. Prepare a Infra-estrutura: espaço físico, rede elétrica, mobiliário;
6. Agende a inauguração;
7. Planeje e inicie os preparativos para a inauguração;
8. Faça a instalação e teste dos microcomputadores;

9. Realize a cerimônia de Inauguração do Telecentro Comunitário.

Banco do Brasil S. A./ Gerel Rio de Janeiro/ Fome Zero - Inclusão Digital

Rua Barão de São Francisco n. 177 – 1º andar - CEP 20560.030 – Rio de Janeiro – RJ

Telefones: (21) 3808-5228 – 3808-5301 – 3808-5258

E-mail: gerel.riodejaneiro.rj@bb.com.br

ANEXO IV – Lista de Documentos para Concessão ou Renovação do Certificado



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esplanada dos Ministérios, Bloco F – Anexo Ala “A” – 1º andar - BRASÍLIA/DF – CEP: 70059-900.

LISTA DE CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS

PARA PROTOCOLAR O PEDIDO DE CONCESSÃO OU RENOVAÇÃO DO

CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Confira na lista, abaixo, os documentos essenciais para a formalização do processo. Não esqueça de ler o Decreto nº 2.536/1998 e a Resolução CNAS nº 177/2000.

01 - REQUERIMENTO/QUESTIONÁRIO

requerimento-formulário fornecido pelo CNAS, preenchido, datado e assinado pelo representante legal da entidade, que deverá rubricar todas as folhas.

]

02 - ESTATUTO

cópia autenticada do estatuto registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, nos termos da lei, com identificação do mesmo Cartório em todas as folhas e transcrição dos dados do registro no próprio documento ou em certidão

03 - INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

comprovante de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social do município de sua sede, se houver, ou no Conselho Estadual de Assistência Social, ou Conselho de Assistência Social do Distrito Federal.

04 - DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

[] declaração de que a entidade está em pleno e regular funcionamento, assinada pelo representante legal, na forma do modelo padrão, fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

06 - ATA DE ELEIÇÃO DA ATUAL DIRETORIA

[] cópia da ata de eleição dos membros da atual diretoria, devidamente registrada no cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

07 - CNPJ (O ANTIGO CGC)

[] cópia atualizada do documento de inscrição no CNPJ (antigo CGC) do Ministério da Fazenda.

Observação: na ausência, APENAS, deste documento, não será objeto de devolução, uma vez que o mesmo poderá ser obtido via Internet.

09 RELATÓRIO DE ATIVIDADES

relatórios de atividades dos três exercícios anteriores ao da solicitação, assinados pelo representante legal da entidade, conforme modelo fornecido pelo CNAS:

[] referente ao exercício de 200____; ;
referente ao exercício de 200____; ;
[] referente ao exercício de 200____. ;
[]

10 BALANÇOS PATRIMONIAIS

balanços patrimoniais dos três exercícios anteriores ao da solicitação, assinados pelo representante legal da entidade e por técnico registrado no Conselho Regional de

[] Contabilidade
[] referente ao exercício de _____; ;
referente ao exercício de _____; ;
[] referente ao exercício de _____.

11 DEMONSTRATIVOS DO RESULTADO

demonstrativos do resultado dos três exercícios anteriores ao da solicitação, assinados pelo representante legal da entidade e por técnico registrado no Conselho Regional de

[] Contabilidade

[] referente ao exercício de _____;
referente ao exercício de _____;
[] referente ao exercício de _____.

12 DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÃO DO PATRIMONIO

demonstração de mutação do patrimônio dos três exercícios anteriores aos da solicitação, assinados pelo representante legal da entidade e por técnico registrado no Conselho Regional de Contabilidade

[] referente ao exercício de _____;
referente ao exercício de _____;
[] referente ao exercício de _____.
[]

13 DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

demonstração das origens e aplicações de recursos dos três exercícios anteriores aos da solicitação, assinados pelo representante legal da entidade e por técnico registrado no Conselho Regional de Contabilidade

[] referente ao exercício de _____;
referente ao exercício de _____;
[] referente ao exercício de _____.
[]

14 NOTAS EXPLICATIVAS

notas explicativas, evidenciando o resumo das principais práticas contábeis e os critérios de apuração do total das receitas, das despesas, das gratuidades, público alvo beneficiado com atendimento gratuito, doações, aplicações de recursos, bem como da mensuração dos gastos e despesas relacionadas com projetos assistenciais, dos três exercícios anteriores aos da solicitação.

[] referente ao exercício de _____;
 [] referente ao exercício de _____;
 [] referente ao exercício de _____.

15 PARECER DE AUDITOR INDEPENDENTE

demonstrações contábeis e financeiras, devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado junto aos Conselhos Regionais de Contabilidade

[] referente ao exercício de _____;
 [] referente ao exercício de _____;
 [] referente ao exercício de _____.

16 UTILIDADE PUBLICA FEDERAL

[] cópia da Declaração de Utilidade Pública Federal e respectiva certidão atualizada, fornecida pelo Ministério da Justiça

Em se tratando de Fundação, além dos documentos acima relacionados, observar também:

17 - ESCRITURA PÚBLICA DA CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO

[] cópia autenticada da escritura pública da instituição, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

18 – APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

[] comprovante de aprovação dos estatutos, bem como de suas respectivas alterações, se houver, pelo Ministério Público

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES***Das documentações:***

- O Conselho não procederá a formalização de processo, caso falte um ou mais documentos necessários ao exame e julgamento do pedido;
- Toda documentação apresentada em cópia deve conter autenticação do cartório.
- O preenchimento correto do Requerimento/Questionário é imprescindível para o cadastramento da entidade em nossos sistemas.
- Evitar apresentar divergências de denominação da entidade, principalmente aquelas referidas no estatuto, CNPJ, Relatórios, Balanços e Requerimento/Questionário.
- A falta de um ou mais documentos acima relacionados, implicará em baixa do processo em exigência, ocasionando atraso na tramitação do mesmo.
- O CNAS baixará o processo em diligência uma única vez, que deverá ser cumprida no prazo de 60 (sessenta) dias.
- No relatório de atividades, devem ser apresentadas informações detalhadas sobre as ações desenvolvidas, bem como os programas, público alvo e número de pessoas beneficiadas com o atendimento. É importante qualificar e quantificar os atendimentos.
- No Requerimento/Formulário, a instituição deverá indicar apenas uma atividade principal, mesmo que esta desenvolva ações em outras áreas (assistência social, educação, saúde, ecológica, etc.).
- Nenhuma instituição está dispensada da apresentação dos documentos contábeis.
- Os modelos dos documentos contábeis, apresentados nos anexos II, III e IV, foram elaborados de forma genérica unicamente para orientar as instituições que tenham interesse em ingressar com pedido no Conselho.

Da fundamentação:

- A fundamentação para a concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEAS encontra-se nos seguintes dispositivos:
 - Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993;
 - Decreto n.º 2.536, de 6 de abril de 1998 e suas respectivas alterações;
 - Resolução CNAS n.º 177, de 10 de agosto de 2000.

Das informações gerais:

- Recomendamos a leitura atenta do Decreto n.º 2.536, de 6 de abril de 1998 e suas respectivas alterações, bem como da Resolução n.º 177, de 10/08/2000.

- Observe o prazo de validade do seu Certificado e não deixe para o último dia para ingressar com o pedido de renovação. Na dúvida sobre a validade de seu Certificado, solicite informações ao CNAS através dos telefones: **(61)317.5091 ou (61)317.5729**.
- O Cartão Protocolo não garante a obtenção do documento requerido.
- Informações sobre o andamento de processos: a instituição poderá solicitar através dos telefones: **(61)317.5091 ou (61)317.5729** ou pelo **fax (61)317.5737 ou (61)317.5558**.

OS SERVIÇOS PRESTADOS PELO CNAS SÃO INTEIRAMENTE GRATUITOS, NÃO SENDO NECESSÁRIA À CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE SEU INTERESSE.

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA-CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA**

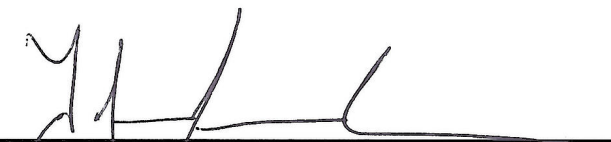
DISSERTAÇÃO

INCLUSÃO DIGITAL: ESTUDO DE CASO OFICINA ESPERANÇA

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM TECNOLOGIA.

Data da defesa: 25/04/2008.

Aprovação:



Ilda Maria de Paiva Almeida Spritzer, D.Sc.



Mônica de Cassia Vieira Waldhelm, D.Sc.



Maria da Gloria de Faria Leal, D.Sc.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)